

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

ROSEMERI LEANE KNEBEL

**TRABALHO E MATERNIDADE:
DESAFIOS PARA A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE**

PONTA GROSSA

2009

ROSEMERI LEANE KNEBEL

**TRABALHO E MATERNIDADE:
DESAFIOS PARA A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE**

**Dissertação apresentada em
cumprimento parcial aos requisitos
para obtenção do título de mestre em
Ciências Sociais Aplicadas, na área de
concentração História, Cultura e
Cidadania, na Universidade Estadual
de Ponta Grossa.**

**Orientação: Professora Doutora Divanir
Eulália Naréssi Munhoz.**

PONTA GROSSA

2009

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

K68t Knebel, Rosemeri Leane
Trabalho e maternidade : desafios para a mulher na contemporaneidade. / Rosemeri Leane Knebel.
Ponta Grossa, 2009.
143f.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Área de Concentração : História, Cultura e Cidadania), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof. Dra. Divanir Eulália Naréssi Munhoz

1. Maternidade. 2. Trabalho. 3. Gênero. 4. Representações.
5. Identidades. I. Munhoz, Divanir Eulália Naressi. II.T

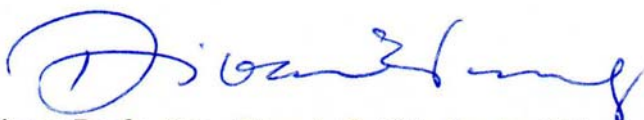
CDD: 331.4

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSEMERI LEANE KNEBEL

“TRABALHO E MATERNIDADE: DESAFIOS PARA A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientadora: Profa. Dra. Divanir Eulália Naréssi Munhoz
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Profa. Dra. Marlene Tamanini
UFPR -Universidade Federal do Paraná



Profa. Dra. Edina Schimanski
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico este trabalho a duas grandes mulheres: minha mãe, Nair Catarina Knebel, que praticou a maternagem acima de tudo e à minha irmã, Roseclei Schmitt Knebel, que exerce jornada dupla há doze anos, quando se tornou mãe e precisou continuar trabalhando fora para ajudar a sustentar a casa.

Dedico este trabalho de forma especial à minha filha, Iolanda Anita, que foi gerada juntamente com ele.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, especialmente ao meu marido, João Carlos, pela compreensão e ajuda constante. À minha filha, Iolanda Anita, que pelos seus primeiros 9 meses de vida teve que abrir mão da mãe em vários momentos, agradeço de forma mais que especial.

Aos sujeitos entrevistados que, gentilmente, se dispuseram a ajudar nesta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, da UEPG.

À professora Lúcia Cortes da Costa pela participação na banca de qualificação e pelas sugestões dadas.

Às professoras Edna Schimanski e Marlene Tamanini por todas as recomendações e pelos pareceres que fizeram quando da qualificação e na ocasião da defesa.

Agradeço de maneira especial à professora Divanir Eulália Naréssi Munhoz por todo o conhecimento repassado, assim como por todos os conselhos e indicações. Agradeço especialmente por ter feito isso com muita paciência, consideração e, até, amor.

DOCE QUIMERA

*É ser Mulher
É ser Mãe
É ser humana
É sedução!*

*Que mudança foi esta?
No fluir dos tempos?
Que mudança foi esta
Na teoria atual?
Já que na prática
Continua tudo igual.*

*Com ela... assim
Dia após dia.
Vai para o trabalho
Corre depressa.
Vai para casa
Tratar de tudo
Ouvir os filhos
Tratar da roupa
Fazer de comer
Com vontade pouca.
É muita pressa
Com tudo à espera.
É trabalhão.
É emoção!*

*Passa a roupa
Lava a louça
Dá banho aos filhos
Sente cadilhos.*

*Limpa o pó
Arruma tudo.
Ninguém reconhece.
Ilusões aos tombos
Sonhos de veludo.
É mais um café
Talvez cigarro.
Entre o sonho
E o fumo...*

*Mais um empurrão.
É rapidez...
De novo no fogão.
Para o pequeno almoço.
Vestir à pressa
Acelerada
Tomar banho
Em desalinho.*

*Ir para o trabalho.
Já perfumada.
Se tiver tempo
Bem penteada.
Não venha o patrão
Em desatino...
Passar revista
E não ter tino.*

*É ser MULHER.
É ser MÃE.
É ser tudo
No coração!!!*

(Maria Tereza Fernandes)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo entender os desafios que mães vêm enfrentando através dos tempos no tocante à relação entre trabalho fora de casa e maternidade. Para tanto, fez-se uma reconstituição histórica acerca das representações sobre maternidade e trabalho feminino, partindo do Brasil colonial até os dias de hoje. Em seguida, trabalhou-se, através de entrevistas, com 18 sujeitos, divididos em três categorias, onde se faz uma análise das formas de enfrentamento dos desafios que a relação trabalho e maternidade impõem às mães que trabalham fora. Como ampliação do estudo, pesquisas bibliográficas apresentam um pequeno histórico e uma breve análise dos conceitos de feminismo e de gênero. Ao final do trabalho foi possível constatar que ocorreram muitas transformações nas representações sociais no que concerne aos papéis estabelecidos às mulheres dentro da sociedade brasileira. Contudo, nem sempre essas transformações significaram melhorias para a mulher.

Palavras-chave: Maternidade. Trabalho. Gênero. Representações. Identidades.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the challenges that mothers are experiencing through the ages concerning the relationship between working outside the home and motherhood. Thus, there was a historic restoration on the representations of motherhood and women, from Brazil to the colonial days. Then worked up through interviews with 18 subjects, divided into three categories, where there is an analysis of ways to confront the challenges that the work and motherhood impose on mothers who work outside. As expansion of the study, bibliographic searches present a brief history and a brief analysis of the concepts of feminism and gender. At the end of the work could see that there were many changes in the social representations with respect to the roles established for women in Brazilian society. However, these changes do not always mean improvements for women.

Keywords: Parenting. Work. Gender. Representations. Identities.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 1.....	72
QUADRO 2 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 2.....	73
QUADRO 3 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 3.....	74
QUADRO 4 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 4.....	75
QUADRO 5 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 5.....	76
QUADRO 6 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 6.....	77
QUADRO 7 – Perspectivas da educação para as mães que trabalham fora de casa e para as mulheres que ajudam as mães cuidando de seus filhos enquanto elas estão fora trabalhando.....	79

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO 1 - RELAÇÕES FEMINISTAS E DE GÊNERO: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES.....	16
1.1 FEMINISMO: HISTÓRIA E REBATIMENTO NAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	16
1.1.1 Resgatando a história do feminismo no Brasil	24
1.2 IDENTIDADES DE GÊNERO: REPENSANDO OS CONCEITOS MASCULINO E FEMININO.....	29
CAPÍTULO 2 - A MULHER NA FAMÍLIA E NO MUNDO DO TRABALHO.....	35
2.1 FAMÍLIA, MULHER E MATERNIDADE: CONCEITOS INTERCAMBIÁVEIS	35
2.1.1 Brasil: do cotidiano colonial à contemporaneidade – algumas representações sociais acerca da mulher	40
2.2 BRASIL: INDUSTRIALIZAÇÃO, LUTAS OPERÁRIAS E PARTICIPAÇÃO FEMININA	53
CAPÍTULO 3 - MULHER, TRABALHO E FAMÍLIA: UM ESTUDO NA REALIDADE DE PONTA GROSSA	61
3.1. UNIVERSO DA PESQUISA E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS SUJEITOS.....	61
3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	64
3.3 TRABALHO E MATERNIDADE: DESAFIOS PARA MULHERES PONTA-GROSSENSES NA REALIDADE CONTEMPORÂNEA.....	71
3.3.1 Perspectivas da educação da mulher frente aos desafios de seu papel no mundo e significado para a família do seu trabalho fora de casa.....	78
3.3.1.1 Educação para o mercado de trabalho.....	80
3.3.1.2 Educação para o matrimônio.....	85
3.3.1.3 Educação para o mercado de trabalho e para o matrimônio.....	86
3.3.2 Ótica frente à maternidade e a responsabilidade da mulher	92
3.3.3 Responsabilidade da mulher frente aos filhos.....	99
3.3.4 Trabalho feminino x relações conjugais	106
3.3.5 Maternidade e trabalho: enfrentando um desafio	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE A – Roteiro utilizado para entrevistar as mulheres do grupo A (mães que trabalham fora de casa).....	133
APÊNDICE B – Roteiro utilizado para entrevistar os sujeitos do grupo B (companheiros das mulheres do grupo A)	136
APÊNDICE C – Roteiro utilizado para entrevistar as mulheres do grupo C (mulheres que ajudam as mães do grupo A cuidando de seus filhos enquanto estas estão fora trabalhando)	139
APÊNDICE D – Modelo de declaração de cessão de entrevista.....	142

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há um princípio bom, que criou a ordem, a luz e o homem; e um princípio mau, que criou o caos, as trevas e a mulher.

(Pitágoras - século VI a.C.)

Na formação das sociedades humanas predominou a divisão social do trabalho por gênero. Ao homem coube a tarefa de prover a família e à mulher a atribuição de cuidar da casa e dos filhos. Contudo, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, esta mesma mulher tornou-se operária, mas sem ser liberada dos afazeres domésticos. Dessa forma, passou a acumular dupla jornada, pois, ao mesmo tempo em que passou a dividir com o homem a atribuição de prover a família, ainda manteve a função de cuidar da casa e educar os filhos.

No decorrer do século XX esse processo se intensificou e ao adentrar o século XXI a mulher praticamente conquistou seu espaço no mercado de trabalho em muitos países. No Brasil, por exemplo, em 2005, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 24,9% dos domicílios eram providos por mulheres. Entretanto, essa mesma mulher, sendo mãe, continua com todas as atribuições que a maternidade lhe cobra.

Isso pode ser compreendido através da análise da constituição das estruturas sociais. Essas estruturas, muitas vezes, são organizadas de acordo com os papéis estabelecidos para homens e para mulheres, ou seja, estão estruturadas nas divisões sexuais constituídas dentro de determinados espaços. Para Bourdieu (1998), a sociedade é composta por atores sociais e estes estão inseridos espacialmente em determinados campos. Esses campos são representados por espaços simbólicos onde os atores sociais delimitam, validam e legitimam as representações sociais. A isso, Bourdieu (1998) dá o nome de poder simbólico. E é dentro desse poder que são delimitados os papéis dos indivíduos, pautados em normas, usos e obrigações interiorizadas socialmente. Assim, é dentro desse campo social que são formadas as identidades dos sujeitos e são elas que delimitam a função desses sujeitos dentro de cada sociedade. Pautado nisso, pode-se afirmar que uma das principais representações acerca da categoria feminina, que prega que a mulher deve se dedicar essencialmente à maternidade, foi criada e reformulada pelas sociedades através dos tempos, mas persiste até hoje.

Contudo, por vezes a mulher está inserida dentro de um contexto capitalista altamente consumista, onde as necessidades materiais tornam-se cada vez maiores. Nesse caso, o papel de mãe agrega uma nova função, a de suprir essas necessidades materiais do filho.

A posse de bens depende de dinheiro e este depende, salvo exceções, da troca da força de trabalho por salário. Assim, seja por necessidades básicas ou por estratégia de distinção econômica-social, a mulher contemporânea cada vez mais procura um espaço no mercado de trabalho. E isso faz com que uma nova identidade a ela seja agregada, a de mãe-provedora.

Em toda sociedade coexistem identidades sociais e individuais. Estas estão inseridas dentro daquelas, mas também são responsáveis pela sua formação. Ou seja, as identidades individuais estão dentro de um contexto identitário social específico. Contudo, sua simples formação já influi nas identidades coletivas. Assim, cada mãe-trabalhadora se vê de determinada forma dentro de sua conjuntura, mas também se vê da maneira que a sociedade a construiu. Dessa forma, deve-se levar em conta também o conceito de representações sociais, ou seja, de que forma a sociedade enxerga essa mãe trabalhadora.

Representações sociais “são elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e gestos.” (FRANCO, 2004, p. 170). Essas palavras – escritas ou faladas – e esses gestos explicitam o pensar de cada indivíduo, demonstrando sua opinião diante de determinada situação, fato ou objeto. Essas representações são construídas historicamente e estão inseridas dentro de conjunturas econômicas, sociais, políticas, morais e étnicas específicas. Assim, o papel social da mulher foi criado e recriado dentro de conceitos existentes no universo dos sujeitos sociais. E, de acordo com esses conceitos, ainda a mulher tem o papel de cuidar da prole e dos afazeres domésticos, enquanto o homem deve prover suas necessidades básicas.

Mas representações podem ser construídas, reconstruídas e desconstruídas. No caso da mulher, houve uma reconstrução do seu papel com a inserção de uma nova função, a de também prover. Com isso temos uma nova identidade feminina formada e isto tanto em contexto global quanto regional.

Quanto à globalização ou regionalização dos conceitos identitários, Mendes (2002) afirma que as manifestações são sempre locais. Mesmo que se manifestem de forma global ou que partam de padrões globais, são sempre locais. Assim, se

existe uma identidade global, mas essa é criada a partir de manifestações regionais, pode-se dizer que a análise das identidades femininas em Ponta Grossa pode fornecer um breve panorama das identidades femininas globais.

No tocante a essas identidades femininas globais pode-se afirmar que ocorreu uma série de mudanças através dos tempos. Durante séculos predominou o patriarcalismo, onde o homem era o soberano e a mulher tida como o sexo frágil e, conseqüentemente, inferior. Mas no final do milênio a família patriarcal estava em crise. Castells (2000b) aponta quatro fatores como responsáveis por esse processo. O primeiro elemento está ligado à abertura do mercado de trabalho, coligado a oportunidades de educação, à categoria feminina; o segundo diz respeito às descobertas que possibilitaram à mulher um controle maior sobre seu corpo, especialmente no tocante à gravidez; o terceiro fator centra-se no desenvolvimento do movimento feminista, que se alçou nas mobilizações sociais da década de 60, e, por fim, o autor elenca a globalização como responsável pela rápida expansão de idéias, fazendo com que os ecos dos movimentos feministas se espalhassem e entrassem em contato com outros anseios que queriam pôr por terra a dominação patriarcal.

O que se percebe, então, é que as identidades femininas e as representações acerca das mulheres passaram por uma série de transformações e ainda estão em processo de construção. Nesse sentido, trabalho e maternidade são os pontos mais discutidos, pois é através deles que antigos padrões de comportamento estão sendo questionados e novos paradigmas estão sendo criados.

Mas esses novos modelos criam novos desafios às mulheres. E são alguns desses desafios que se procura analisar nesta dissertação. O tema proposto, então, analisa a relação de mulheres inseridas no mercado de trabalho, mas que mantêm seus compromissos no tocante à casa e à família.

Se a mulher ainda deve cumprir com sua função de mãe que cuida dos filhos, mas muitas delas também precisam ajudar financeiramente na manutenção desses filhos, este trabalho de pesquisa se propõe a entender qual é a relação que essas mulheres mantêm entre estas duas tarefas e de que forma percebem-se dentro deste contexto social.

Assim, o problema de pesquisa que orienta esta dissertação é: no contexto contemporâneo ponta-grossense, de que forma mães que trabalham fora

estabelecem a relação entre as obrigações determinadas pela profissão, pela função exercida no mundo do trabalho, a maternidade e as atividades domésticas?

Já quanto aos objetivos, de forma geral pretendeu-se identificar desafios vivenciados por mulheres-mães-trabalhadoras ponta-grossenses no enfrentamento conjunto do cuidado com os filhos, a execução dos afazeres domésticos e o desempenho de atribuições no mercado de trabalho. Mais especificamente, e como fundamentação teórica para a pesquisa de campo, procurou-se recuperar historicamente a inserção da mulher no mercado de trabalho pós-industrialização e perceber as relações de gênero no contexto familiar, tomando por base a sociedade contemporânea.

Para atingir os objetivos desta pesquisa dividiu-se o trabalho em três etapas, sendo que uma complementa a outra. Em um primeiro momento buscou-se bibliografia condizente com o tema que tornasse possível conceituar e resgatar historicamente os conceitos de feminismo e gênero. Essa discussão encontra-se no capítulo 1 desta dissertação.

Do Brasil colonial até os dias de hoje muitas transformações envolvendo as representações e as identidades femininas ocorreram. Entender essas mudanças faz-se importante para poder analisar os papéis femininos contemporâneos. No capítulo 2, então, apresenta-se uma pequena reconstituição histórica, onde se procura analisar algumas transformações ocorridas nas representações sociais acerca dos papéis das mulheres na sociedade brasileira, partindo do período colonial, até os dias de hoje.

O terceiro capítulo mostra os resultados da pesquisa empírica. Essa se desenvolveu através de entrevistas a 18 sujeitos sociais, divididos em três grupos. O primeiro (grupo A) é constituído por seis mulheres, mães que trabalham fora de casa e que, por falta de condições econômicas, não têm como pagar alguém para cuidar de seus filhos, dependendo da ajuda voluntária de alguém nesse sentido. O segundo grupo entrevistado (grupo B) é formado por seis mulheres que ajudam as mães do grupo A, cuidando de seus filhos enquanto estas estão trabalhando fora. E, por fim, o terceiro grupo (grupo C) compõe-se dos seis maridos ou companheiros das mulheres do grupo A. Todos residem em Ponta Grossa.

A primeira categoria de sujeitos analisados, constituída por seis mães que trabalham fora de casa, é o principal grupo desta pesquisa. São mulheres que foram selecionadas segundo os seguintes critérios: mulheres inseridas no mercado de

trabalho, seja formal ou informalmente, com idade entre 25 e 40 anos, com filhos entre 4 meses e 12 anos, casadas ou morando com companheiro, com Ensino Médio completo, com renda mensal mínima de R\$ 500,00 e máxima de R\$ 850,00, e residentes em Ponta Grossa. Nas falas dessas seis mães procura-se perceber quais são os principais desafios enfrentados no tocante à relação trabalho fora de casa e maternidade.

As outras duas categorias de sujeitos se constituíram a partir da primeira categoria. Uma é formada pelas seis mulheres que auxiliam as mães do grupo A cuidando de seus filhos enquanto elas estão fora trabalhando. No que diz respeito à relação de afinidade com as mulheres do grupo A, esse grupo de cuidadoras é constituído por 3 mães, 2 sogras e 1 filha. São mulheres que, por relação de parentesco, auxiliam, sem nenhum tipo de remuneração, as filhas, noras ou mãe enquanto elas estão trabalhando. Por estarem muito próximas à realidade de cada mãe que auxiliam, e por serem também mães, mas de gerações diferentes, as falas dessas seis mulheres também foram analisadas, pois na sua maioria apresentam um olhar diferenciado acerca da relação trabalho e maternidade.

A terceira categoria de sujeitos é constituída pelos maridos ou companheiros das mães do grupo A. Estes são os principais provedores da família, mas sua renda não é suficiente para arcar com todas as necessidades econômicas da casa. Por isso, suas esposas ou companheiras precisam trabalhar fora para ajudar a prover a família. Através das falas desses seis sujeitos, então, busca-se ampliar o entendimento acerca das dificuldades enfrentadas pelas mães ao saírem de casa para trabalhar.

Escolheu-se a entrevista enquanto instrumental de coleta de dados por entender-se que esta possibilita uma interação face a face com o sujeito entrevistado, além de um processo de comunicação bilateral. Para cada grupo entrevistado elaborou-se um roteiro de perguntas. Contudo, esses roteiros não foram utilizados de forma fechada, mas foi dada liberdade aos entrevistados para ampliarem as questões e suas conseqüentes opiniões a respeito. E isso, segundo Triviños (1987), caracteriza-se como entrevista semi-estruturada.

A análise das falas dos 18 sujeitos é procedida a partir de cinco categorias - eixos centrais das informações coletadas pela pesquisa: *perspectivas da educação da mulher para seu papel no mundo e significado para a família do seu trabalho fora de casa, ótica frente à maternidade e a responsabilidade da mulher,*

responsabilidade da mulher frente aos filhos, trabalho feminino x relações conjugais, e maternidade e trabalho: enfrentando um desafio. Essas categorias foram definidas a partir das questões elaboradas para os três grupos entrevistados e reforçadas pelas respostas obtidas através das entrevistas.

Assim, o objeto deste estudo é o trabalho e a maternidade, mais especificamente, os desafios determinados pelo exercício conjunto do trabalho fora de casa e da maternidade. Propõe-se entender os papéis femininos no contexto atual sob a ótica interdisciplinar, envolvendo os campos de História, Sociologia, Antropologia, Economia, Psicologia Social, entre outras.

CAPÍTULO 1

RELAÇÕES FEMINISTAS E DE GÊNERO: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES

Neste capítulo serão trabalhados os conceitos de feminismo e gênero. O objetivo dessa conceituação é resgatar cada conceito historicamente e apresentar algumas das discussões já feitas e algumas em voga sobre cada um deles.

Entende-se conceito como todo procedimento que permita a definição, a classificação e a previsão de processos de conhecimento, sejam concretos, sejam abstratos. (ABBAGNANO, 1999). De acordo com a visão de Minayo (1998, p. 92), os conceitos é que dão sustentação à discussão teórica de um trabalho de pesquisa. São eles que dão "forma e conteúdo" a uma teoria, refletindo determinada visão acerca da realidade a partir do momento que priorizam determinadas características dos elementos estudados.

Como a intenção desta dissertação é entender de que forma a mulher contemporânea, enquanto mãe e trabalhadora se enxerga e é vista dentro da sociedade, analisar os conceitos propostos neste capítulo é ponto axial para a compreensão da relação trabalho feminino e maternidade.

Para muitos analistas contemporâneos, as identidades desse início de século são instáveis ou ainda estão em formação. Nessa conjuntura, pode-se afirmar que os movimentos feministas são também responsáveis por esse processo de transformação. Dessas alterações sociais surgiram novas representações que, dentro de uma nova concepção de gênero, ampliaram os papéis sociais das mulheres na contemporaneidade.

1.1 FEMINISMO: HISTÓRIA E REBATIMENTO NAS RELAÇÕES SOCIAIS

As meninas começam a falar e ficam em pé mais cedo que os meninos,
porque as ervas daninhas sempre crescem mais rapidamente.
(Martinho Lutero)

A afirmação do alemão Martinho Lutero, teólogo e iniciador da Reforma Protestante ocorrida no século XVI, é ideal para se começar a falar no movimento que deu início à luta das mulheres contra a opressão sofrida através da história na grande maioria das sociedades. A mulher muitas vezes foi vista como um ser

inferior, como alguém ou até algo que deveria ser cuidado, vigiado, manipulado. Mas quando e por que o sexo feminino passou a desempenhar este papel de inferioridade perante o homem?

Segundo Coelho (2002), os estudos antropológicos defendem a tese de que a inferioridade social e morfológica da mulher teve início com a divisão do trabalho, onde ficou estabelecido que à mulher caberia o âmbito doméstico. Já ao homem couberam os trabalhos guerreiros e de caça, o que demandava força física e destreza psico-manual. Por outro lado, alguns estudos históricos concluem que a mulher passou a ser vista como ser inferior a partir do domínio romano, uma vez que nesta sociedade o chamado direito romano¹ a reduzia a "uma coisa nas mãos do marido." (COELHO, 2002, p. 39).

Ainda segundo Coelho (2002), a história, por vezes de forma contraditória, ora afirma que o Cristianismo tentou elevar o conceito da mulher dentro da sociedade já medieval, ora por outro lado registra que a religião cristã considerava a mulher como um ser inferior. O que se percebe ainda hoje, por certo, é que os cargos mais importantes dentro das instituições cristãs são ocupados por homens.

Mas essa diferença entre homens e mulheres pode ter sido estabelecida culturalmente. Coelho (2002) diz que nas sociedades primitivas provavelmente o prestígio social era igual para ambos os sexos. Assim, conforme as sociedades foram se desenvolvendo e complexificando-se com suas regras e costumes, a mulher foi posta em um patamar inferior ao do homem, transformando-se no sexo frágil.

E em todos estes momentos foram reduzidas as manifestações que defendessem publicamente direitos iguais às mulheres. Não se tem muitos registros de movimentos que tenham reivindicado igualdade de direitos à classe feminina antes do século XIX. Houve apenas alguns casos isolados, na sua maioria protagonizados pela intelectualidade, especialmente a feminina. A primeira

1 O Direito Romano constituiu-se de um conjunto de normas vigentes na Roma Antiga, desde sua fundação (VIII a.C.) até o século VI d.C. No Direito Romano, a mulher era considerada menor e precisava da tutela do pai ou do marido. (Apolônia, 2007). As relações familiares eram constituídas pelo *pater familias*, que dava ao pai o direito de vender e até matar seus filhos. Os homens ficavam sob a autoridade do pai até que este morresse ou perdesse sua cidadania. Já as mulheres só saíam de casa para se casar e passavam da tutela do pai automaticamente para a do marido ou à do sogro. Depois de casadas as mulheres, chamadas de *matres familias*, passavam a ser mais respeitadas pela sociedade, mas não dispunham de autonomia. (ENGELS, 1997).

intelectual a defender a mulher, segundo Coelho (2002), foi a francesa Cristine de Pisan².

Entretanto, poucas eram as mulheres intelectuais. A classe feminina em grande parte das sociedades foi alijada do direito de estudar, com algumas poucas exceções. Apesar disso, no século XVI um considerável número de mulheres europeias das classes altas era alfabetizado. Algumas até possuíam certo prestígio dentro da sociedade. Entretanto, praticamente nenhuma delas reagiu contra a opressão de gênero então imposta. "Vários historiadores as acusam da negligência com que esqueciam, na doce fruição de seu cômodo bem-estar, as suas irmãs oprimidas." (COELHO, 2002, p. 41).

Isto não significa que a mulher sempre tenha agido apenas com indiferença perante a prostração sofrida. Analisando historicamente, percebe-se que em alguns momentos houve ações ou manifestações contra a opressão das mulheres, vindas especialmente de obras literárias: voltando um pouco ao século XVII, Frei Beto (2007) e Pinho (2005) afirmam que, em Veneza (Itália), houve várias publicações a respeito da classe feminina. Ainda em 1600, Moderata Fonte escreveu "Merito Delle Donne" (Valor da Mulher), onde reproduziu o cotidiano das donas de casa, criticando a sociedade patriarcalista de então, afirmando que esse sistema social oprimia as mulheres. Em 1601, Lucrecia Marinelli publicou "La Nobilità e L'eccellenza Delle Donne" (A Nobreza e a Excelência da Mulher), defendendo a igualdade de direitos entre os sexos masculino e feminino, além de criticar a historiografia produzida pela ótica masculina, que inferiorizava a mulher.

Ainda no século XVII, Arcângela Tarabotti também escreveu várias obras onde denunciava a opressão masculina em relação à mulher. Em "Antisatira" (Anti-sátira), "Difesa Delle Donne Contro Horatio Plata" (Defesa da Mulher Contra Horácio Plata) e "La Tirannia Paterna" (A Tirania Paterna), condenava a rigidez religiosa,

² Escritora francesa, considerada a primeira mulher que se sustentou da escrita. Poeta e filósofa, nasceu em 1364, em Veneza (Itália) e aos 5 anos mudou-se para Paris. Mulher da corte parisiense, sendo, inclusive, astróloga e secretária do Rei Carlos V, ao se ver viúva, sem pai e sem o rei que a protegia, com três filhos, resolveu escrever para sustentar sua família. Apesar de ser mulher, seus escritos foram muito bem aceitos, inclusive, fora da França. Ao todo, Cristine escreveu 15 livros, entre eles alguns que enalteciam a mulher. Sua obra mais famosa é "Le Livre des Trois Vertus" (O livro das três virtudes), traduzido para o português como "O espelho de Cristina". Trata-se de um manual direcionado às mulheres, mas que retrata as condições cotidianas da Idade Média. Diferente dos manuais femininos da época, que eram escritos por homens e destinados às virgens, às viúvas e às mulheres casadas, a obra de Pisan era destinada às mais variadas classes de mulheres. (KARAWCZYK, 2007).

argumentava contra o moralismo masculino e revelava a prostração das mulheres perante o autoritarismo masculino. (FREI BETO, 2007; PINHO, 2005).

Na França, em 1673, François Poullain de la Barre escreveu a obra "De L'égalité des Sexes" (Da Igualdade dos Sexos), onde defendia o direito de igualdade para as mulheres. Entre outras questões, o autor defendia a mulher na magistratura e no sacerdócio. (PINHO, 2005). Mas François não foi o primeiro homem a defender a classe feminina. Frei Beto (2007) declara que, em 1529, o alemão Cornélio Agrippa escreveu "De Nobilitate et Praecellentia Feminae Sexus" (Da Nobreza e Excelência do Sexo Feminino), também defendendo a primazia da mulher.

Na segunda metade do século XVIII, o Iluminismo enfatizava a razão humana e pregava a evolução do ser humano através da cultura. Isso levou mais pessoas às escolas, entre elas, mulheres. Nesse contexto a britânica Mary Wollstonecraft escreveu, em 1790, Uma Defesa dos Direitos da Mulher. Entre outras questões, a autora defendia a libertação da mulher através da educação. (PINHO, 2005).

Outra iluminista foi a francesa Olympe de Gouges que lançou, em 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã – inspirada na Carta dos Direitos do Homem e do Cidadão – onde declarava que a mulher possuía os mesmos direitos naturais concedidos ao homem. Olympe defendia a participação feminina na elaboração das leis, assim como o direito de voto às mulheres. (FREI BETO, 2007; PINHO, 2005).

Uma das obras precursoras em relação à valorização da mulher no século XIX veio mais uma vez de um homem. Em 1869, o inglês John Stuart Mill publicou a obra Sobre a Sujeição da Mulher, onde defendia o fim da desigualdade feminina nas sociedades. (FREI BETO, 2007).

Todas as obras citadas, e muitas outras aqui não referenciadas, demonstram que as manifestações contra a opressão feminina são anteriores ao movimento feminista. Contudo, essas manifestações ainda não podem ser consideradas como expressões de um movimento organizado. Somente na segunda metade do século XIX estes movimentos tornaram-se organizados e reconhecidos como expressões feministas. (LOURO, 1997). E é nesse contexto que grande parte da bibliografia começa a historicizar o feminismo.

Boa parte da literatura especializada analisa a história do movimento feminista por ondas³. Alguns estudiosos afirmam que dois momentos foram importantes para o desenvolver do feminismo. Na segunda metade do século XIX a Europa e os EUA viram florescer uma mobilização que reivindicava à mulher o direito ao voto, ao estudo, à herança, à propriedade e ao trabalho remunerado, entre outros. Tratava-se da primeira onda do feminismo. (PEDRO, 2005). Entretanto, de acordo com Louro (1997), as reivindicações da primeira onda estavam voltadas às mulheres brancas da classe média. Já no início do século XX o feminismo reivindicava principalmente o direito de extensão do voto às mulheres, o que ficou conhecido por sufragismo. (LOURO, 1997).

Durante o período das duas guerras mundiais (1914-1945) a mulher se inseriu no mercado de trabalho para substituir a mão-de-obra masculina que estava nos campos de batalha. Neste contexto uma parte das sociedades já tinha concedido o direito de voto e escolarização às mulheres. Aparentemente as reivindicações da primeira onda haviam sido conquistadas e o movimento recrudescera sem, entretanto, extinguir-se.

Na década de 50 do século XX, terminada a Segunda Guerra Mundial, o movimento feminista ressurgiu, agora reivindicando, além da igualdade entre homens e mulheres, o direito ao corpo e ao prazer. A segunda onda do feminismo reafirmava a identidade da mulher, separada da do homem. Os questionamentos e as reivindicações passaram a ser centrados na mulher e contra a sociedade patriarcal. As discussões eram realizadas por grupos compostos essencialmente por mulheres, o que caracterizou esta segunda onda como "separatista."

Esta perspectiva "separatista" – de somente reunir mulheres – como se pode ver, baseava-se numa identidade considerada comum a todas, ou seja, todas as pessoas que, entendiam, possuíam um mesmo sexo, no caso, o feminino, eram identificadas como "Mulher" e passavam a ser pensadas como submetidas ao sexo masculino – sendo, portanto, alvos da mesma forma de opressão. (PEDRO, 2005, p. 81).

Mais uma vez duas obras literárias mostraram-se bastante importantes no desenvolver do movimento. Em 1949, a francesa Simone de Beauvoir apresentou a obra *O Segundo Sexo*. Escrito em duas partes, *Fatos e Mitos* e *A Experiência Viva*, esse trabalho questionava a opressão psicológica imposta às mulheres, fazendo

³ O termo onda foi utilizado porque os movimentos feministas apresentavam a característica de fluxo e refluxo, ou seja, manifestavam-se intensamente em alguns momentos e, em outros, apresentavam uma certa estagnação, para em seguida ressurgir novamente com força. (DUARTE, 2003).

com que estas se tornassem alienadas e submissas ao poder masculino. (FREI BETO, 2007; PINHO, 2005).

Betty Fridman, em 1963, retomou as idéias de Simone de Beauvoir e incorporou a estas uma discussão acerca dos papéis de sedutora e submissa sempre atribuído à mulher, além de discutir seu papel secundário em relação ao mercado de trabalho. Em *A Mística Feminina*, a autora afirmava que as mulheres não se sentiam satisfeitas simplesmente por casar e ter filhos. Ao fazer esta afirmação, Fridman foi contra o padrão social estabelecido que o homem deveria trabalhar para sustentar a família e a mulher deveria ficar em casa, feliz, cuidando dos filhos. (ALMEIDA, 2006).

Apesar de ter ressurgido nas décadas de 1950 e 1960, foi na década de 1970 que os movimentos feministas europeu e norte-americano se consolidaram. Isto porque o feminismo aproveitou a ebulição política-cultural de 1968⁴.

É, portanto, neste contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurge, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas. [...]. Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e "contaminando" o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com paixão política. Surgem os estudos da mulher. (LOURO, 1997, p. 16)

Hall (2006) considera que o movimento feminista foi importante para a formação das identidades contemporâneas, pois, juntamente com outros movimentos, contestou a cultura dominante. Mas o feminismo foi além da contestação política e econômica. Hall (2006, p. 45) diz que "ele [o movimento feminista] abriu para a contestação política arenas inteiramente novas de vida social:

⁴ Em maio de 1968 uma sucessão de greves protagonizadas por estudantes universitários e de escolas secundaristas, em Paris (França), culminou em uma greve geral de estudantes e em uma série de movimentos grevistas de trabalhadores, com a adesão de aproximadamente dois terços dos trabalhadores franceses. Antes ainda, abril do mesmo ano, em Praga (Tchecoslováquia), o Partido Comunista tchecoslovaco decidiu fazer uma reforma nas estruturas políticas do país, que vivia sob o domínio da União Soviética. Esta decisão teve amplo apoio popular. Uma série de manifestações apoiando a decisão deu início à "Primavera de Praga". Apesar da ofensiva soviética ter reprimido a tentativa de democratizar a Tchecoslováquia, a "Primavera de Praga" foi tomada como um exemplo de luta pela liberdade.

Estes dois movimentos serviram de inspiração para uma sucessão de revoltas populares pelo mundo. Estudantes se mobilizaram, ainda em 1968, na Alemanha, na Itália, na Argentina, no México e no Brasil, entre outros. Transformações sexuais e de comportamento aconteceram a partir deste momento. Especialmente os jovens passaram a contestar ainda mais os valores vigentes. "A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos." (HOBBSAWN, 2001, p. 323).

a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc." A principal característica da segunda onda foi a preocupação em tornar a mulher visível como sujeito. (LOURO, 1997).

Além de analisar o feminismo por ondas, pode-se analisá-lo também pela sua tipologia. No decorrer da história do movimento, várias foram as suas formas de expressão. Algumas, por vezes, até se contrapunham. Castells (2000b), com o intuito de entender esta variedade de manifestações feministas, apresenta seis tipos de movimentos:

- a) o primeiro modelo apresentado por Castells (2000b) é denominado por ele de *defesa dos direitos da mulher*. Essa tipologia apresenta duas variantes, uma liberal e outra socialista. Apesar de ideologicamente serem bastante diversas, ambas as versões defendem a igualdade de direitos entre homens e mulheres e, por isso, podem ser colocadas na mesma classificação;
- b) o que Castells (2000b, p. 232) chama de *feminismo cultural*, também pode ser visto como o "feminismo da diferença", pois defende a idéia de que as mulheres são diferentes e, enquanto tal, devem construir uma "comunidade própria". Apesar desta afirmação, o feminismo cultural não é separatista, mas busca uma autonomia em relação à sociedade patriarcal;
- c) já o *feminismo essencialista* ressalta as diferenças biológicas e históricas entre homens e mulheres, assim como enfatiza uma "superioridade moral e cultural" da classe feminina. Esse movimento não nega as características biológicas das mulheres. Pelo contrário, prega a reconstrução das identidades femininas pautadas nessas características. (CASTELLS, 2000b, p. 232);
- d) para Castells (2000b) o movimento mais militante e que mais se desenvolveu na década de 1990, especialmente nos países desenvolvidos, foi o *feminismo lésbico*. De caráter separatista, prega a libertação das mulheres da opressão masculina, além de resistir contra a heterossexualidade culturalmente obrigatória. Ao recusar a condição de homem ou mulher, o movimento rejeita igualmente toda a estrutura cultural dominada pelo poder masculino;
- e) ao contrário da maioria dos demais movimentos, a *multiplicidade de identidades feministas* não padroniza o feminismo como um movimento

de gênero. Apesar de se constituir de identidades femininas particulares (étnicas, nacionais, etc.), as mais variadas formas de dominação cultural são questionadas. A mulher negra, por exemplo, não questiona apenas a condição feminina na sociedade, mas toda a prostração sofrida pelos negros. (CASTELLS, 2000b), e, por fim,

- f) o *feminismo pragmático* é considerado por Castells (2000b, p. 235) a "mais ampla e profunda corrente das lutas femininas no mundo moderno, especialmente, nos países em desenvolvimento, mas também entre mulheres de classe operária e organizações comunitárias em países industrializados." Esta corrente engloba todos os tipos de lutas da classe feminina, independente de serem conscientemente feministas, ou não. Quando lutam pela família, pelos filhos, por empregos e pela saúde, por exemplo, as mulheres nem sempre estão engajadas em movimentos feministas. Até por isso, suas reivindicações não se colocam necessariamente contra o patriarcalismo, como nas demais manifestações.

Já Walby (1996), analisa o feminismo sob três categorias: o feminismo radical, o socialista e o liberal. Afirma, entretanto, que existem outras perspectivas, às quais chama de subcategorias.

Dentro da concepção feminista radical, predomina a idéia de desigualdade de gênero, com a concepção de que o masculino prevalece sobre o feminino. Gênero é um conceito que analisa a divisão sexual da sociedade de forma mais ampla do que simplesmente a relação biológica homem-mulher. Nos estudos acerca das mulheres, este conceito geralmente é utilizado no lugar do termo sexo, pois este se relaciona com os corpos sexuais e acaba não enquadrando outros papéis, como os transexuais. Quando se trabalha com o termo gênero considera-se aspectos sócio-culturais. Assim, o foco de análise deste segmento feminista é a violência masculina e o abuso sexual sofrido pelas mulheres. Outras formas de desigualdade social não são relevantes para o feminismo radical. (WALBY, 1996).

O feminismo socialista também analisa as desigualdades das relações de gênero, mas ligadas à estrutura de classe do capitalismo. Assim, as relações de trabalho, enfocando o papel da mulher, é um dos focos de exame desta categoria feminista. (WALBY, 1996).

Na contramão do feminismo socialista, o movimento de concepção liberal não condena as relações de classe e atém-se mais às questões de educação e participação política. Por outro lado, também luta pela igualdade das mulheres defendendo, inclusive, o direito de escolha em relação a ter filhos, ou não. (WALBY, 1996).

Após esta breve reconstituição histórica acerca do movimento feminista, o que se depreende é que a literatura acerca do feminismo é ampla e variada e isso porque o próprio movimento é bastante diversificado. Assim, além das formas aqui apresentadas, outras demonstrações também importantes se expressaram e ainda se expressam na luta contínua pela melhoria da qualidade de vida das mulheres. O que se depreende dessa rápida análise é que o feminismo é um movimento amplo, bastante variado e que, por essas características, se adapta às diversas culturas e às diferentes idades.

No Brasil o movimento feminista teve suas origens no século XIX. Uma das primeiras bandeiras levantadas em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres foi a que dava a estas o direito ao voto. Mas o acesso ao estudo, a melhores salários e igualdade de condições de trabalho, assim como o direito ao prazer e ao aborto também foram bandeiras levantadas pelas feministas que adentraram os séculos XX e XXI reivindicando igualdade entre homens e mulheres.

1.1.1 Resgatando a história do feminismo no Brasil

Duarte (2003) afirma que, no Brasil, um dos grandes expoentes do movimento feminista foi a literatura. A bibliografia acerca do feminismo aborda, geralmente, os anos de 1930 e depois os de 1970, mas Duarte afirma que a origem do movimento remonta ao início do século XIX. Assim, podem ser considerados marcos das contestações feministas as décadas de 1830, 1870, 1920 e 1970. Os intervalos entre um momento áureo e o outro não foram de total estagnação, mas sim preenchidos com pequenas movimentações que acabavam levando a uma nova circunstância de apogeu.

No início do século XIX a bandeira do movimento feminista foi levantada em prol do direito de aprender a ler e a escrever, privilégio até então do sexo masculino.

Não que às mulheres fosse proibida a escrita e a leitura, mas não existiam escolas que elas pudessem freqüentar. (DUARTE, 2003).

A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas.

E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever. (DUARTE, 2003, p. 153).

Para Duarte (2003), o primeiro livro brasileiro que tratava dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho foi escrito em 1832, pela norte-rio-grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta⁵. Sempre chamando a atenção para os direitos básicos da classe feminina, Nísia Floresta foi uma das primeiras mulheres no Brasil a publicar textos na chamada grande imprensa. Atribuía as diferenças entre homens e mulheres à educação e às particularidades da criação, trabalhando já na época com a idéia de gênero como uma construção social.

Mas no tempo de Nísia Floresta poucas eram as leitoras brasileiras, pois raras eram as mulheres alfabetizadas. Assim, quase não se encontrava escritoras e, conseqüentemente, escritos acerca dos direitos femininos. Os raros periódicos femininos eram dirigidos por homens e geralmente apresentavam publicações que enfatizavam a inferioridade da mulher. (DUARTE, 2003).

Já por volta de 1870 o movimento feminista é assinalado por um grande número de jornais e revistas voltados ao público feminino, muitos editados no Rio de Janeiro, mas também encontrados no restante do país. Continuam com conselhos domésticos e dicas de moda, mas também apresentam artigos defendendo o ensino superior e o trabalho remunerado.

E são dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória “sobre os conceitos brutais da educação atrofante, ainda infelizmente em vigor”. Mas também a literatura, o teatro e a imprensa masculina se manifestavam, encarregando-se de ridicularizar as doutoras e insistindo que seria impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão. A resistência à profissionalização das mulheres da classe alta e da classe média permanecia inalterada, pois esperava-se que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família. Apenas as moças pobres

⁵ Pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto.

estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos. (DUARTE, 2003, p. 158).

Apesar de todas as críticas e tentativas de desmerecimento, a imprensa feminina do final do século XIX foi extremamente importante para o fortalecimento dos movimentos feministas, pois serviu para conscientizar uma parte da classe feminina.

Esses movimentos do século XIX possibilitaram que o feminismo se fortificasse. Com isso, a década de 1920 viu aflorar inúmeras agitações tanto de mulheres burguesas quanto de representantes das classes mais baixas, especialmente operárias. As reivindicações eram variadas e, por vezes, conflitantes, mas todas defendiam o fim da opressão da classe feminina. Era novamente o auge do movimento feminista. (DUARTE, 2003).

Em 1927 o Governo do Rio Grande do Norte concedeu o direito de voto às mulheres. As feministas dos demais estados foram às tribunas para reivindicar o mesmo. As mais combativas lançaram um documento conhecido tanto por Manifesto Feminista quanto por Declaração dos Direitos da Mulher, que apresentava o seguinte texto:

As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais, os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos para o outro, e, conseqüentemente, pra a Nação. Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social; a autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto; a recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral; as noções que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na justiça; sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor. (apud DUARTE, 2003, p. 161-162).

Entretanto, somente em 1932 o novo Código Eleitoral brasileiro concedeu o direito de voto às mulheres alfabetizadas. Mas a primeira eleição onde estas puderam realmente votar foi em 1945, pois as eleições de 1934 foram indiretas e em

1937 Getúlio Vargas, através de um golpe, instituiu o Estado Novo, onde as eleições foram suspensas. Somente em 1945, com a deposição de Vargas e a convocação de eleições diretas, então, as mulheres puderam exercer este direito há tanto tempo reivindicado, votar. (DUARTE, 2003).

Na década de 1970 o movimento feminista mais uma vez sobressaiu-se. Vários são os acontecimentos que eclodiram nesta década: em 1975 é instituído o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU); no Rio de Janeiro um grupo de mulheres, entre elas intelectuais, universitárias e donas-de-casa, criou o Centro da Mulher Brasileira; em São Paulo, foi fundado o Centro de Desenvolvimento da Mulher e, ainda em São Paulo, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia. É importante frisar que a década de 1970 é marcada pelos chamados "anos de chumbo" da ditadura militar⁶. Nesse sentido, diz Duarte (2003, p. 165): "E chegamos aos anos setenta: o momento da onda mais exuberante, a que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal."

Devido ao momento político que o Brasil passava, as reivindicações do movimento feminista nacional eram bem variadas. Englobavam bandeiras que começavam pela redemocratização e iam até a luta por melhores condições de vida, abordando temas como sexualidade, direito ao prazer e ao aborto. (DUARTE, 2003). A imprensa dirigida por mulheres abordava ainda mais temas femininos: "Anistia, aborto, mortalidade materna, mulheres na política, trabalho feminino e dupla jornada, prostituição, sexualidade, preconceito racial, a mulher na literatura, no teatro e no cinema." (DUARTE, 2003, p. 166).

Na literatura muitas escritoras tiveram papel preponderante no contexto do movimento, seja por suas posturas mais contestadoras, seja por suscitar nas leitoras uma maior reflexão através de seus textos. Entre muitas, destacam-se: "Nélida Piñon, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft." (DUARTE, 2003, p. 167).

Na segunda metade da década de 1980 e no decorrer da de 1990, as mulheres negras começaram a tornar aparentes suas manifestações. Em 1988, por

⁶ Em dezembro de 1968 foi estabelecido no Brasil o Ato Institucional nº 5. Decreto assinado pelo então presidente da República, Artur da Costa e Silva, instituiu já dentro de um regime ditatorial desde 1964, uma repressão sem restrições. Entre outras medidas, o Ato estabeleceu a censura prévia, suspendeu o hábeas corpus para os crimes políticos e cassou vários mandatos, além de ter fechado o Congresso por tempo indeterminado. Por outro lado, vários foram os movimentos de resistência que se formaram ou fortaleceram neste período, entre eles o feminista. (HABERT, 1996).

exemplo, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras, do qual nasceu a Comissão Nacional das Mulheres Negras. Em 1991 ocorreu o Segundo Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1993 o Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Negras, o que se repetiu em 1994 com o Segundo Seminário. Ainda em 1993 aconteceu o Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras. Estas manifestações demonstram que a mulher negra passou a ser mais um elemento nas lutas feministas. (MOREIRA, 2007).

O feminismo lésbico também se manifestou a partir da década de 1980. Ainda em 1979, foi formado o primeiro grupo homossexual do país, o SOMOS. Deste, se formou o Grupo Lésbico Feminista, primeira comunidade homossexual feminina do Brasil. Em 1981 foi formado o Grupo Ação Lésbica Feminista, que em 1988 se transformou na Rede de Informação um Outro Olhar. (MARTINHO, 2007). E hoje, com uma breve busca pela internet, pode-se perceber que são inúmeras as associações contemporâneas de lésbicas no Brasil. Suas reivindicações vão desde o direito às diferenças de gênero, assim como a igualdade de uma forma geral entre homens e mulheres e o conseqüente respeito às diferenças.

O que se percebe através desta reconstituição histórica do feminismo brasileiro é que desde o seu surgimento este defendeu várias idéias e promoveu muitas discussões. E uma dessas discussões diz respeito às diferenças de gênero.

Gênero é um conceito amplamente utilizado nos estudos feministas porque possibilita a ampliação dos conceitos masculino e feminino. Com a utilização do termo gênero, pode-se analisar a sociedade não mais dividida simplesmente por sexo, ou seja, homens e mulheres como seres biologicamente definidos. Os indivíduos podem ser definidos a partir de sua construção social. E, com isso, tem-se a possibilidade de repensar os papéis de homens e mulheres dentro da sociedade e de redefini-los quando necessário.

1.2 IDENTIDADES DE GÊNERO: REPENSANDO OS CONCEITOS MASCULINO E FEMININO

Não se nasce mulher, torna-se mulher.
(Simone de Beauvoir)

Gramaticalmente falando, em praticamente todas as línguas, os seres ou objetos têm gênero, ou seja, pertencem à categoria feminino ou à masculino. E esse gênero é caracterizado pelas palavras que designam os referidos seres ou objetos. Assim, tem-se **o** livro, **a** mesa, **o** computador e **a** cadeira. Isto não significa que esses objetos possuam sexo, apenas que lhes foi designado um gênero gramatical. Já entre os seres vivos o sexo caracteriza, principalmente, sua forma de reprodução. Assim, tem-se **o** gato e **a** gata, **o** homem e **a** mulher. O sexo, nesse caso, foi o ponto de partida para a designação de gênero. (PEDRO, 2005). Quanto aos seres humanos, é importante ressaltar que a diferença biológica foi tomada como parâmetro para a construção social dos papéis feminino e masculino dentro de diferentes contextos.

Segundo Saffioti (2004), o termo gênero foi conceituado pelo psicanalista norte-americano Robert Stoller⁷, em 1968, mas somente a partir de 1975 passou a ser utilizado no que se chamou estudos de gênero. Nesse ano a antropóloga norte-americana, Gayle Rubin, escreveu o artigo *The Traffic in Women: Notes on The "Political Economy" of Sex*, (O Tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política do sexo) onde afirmava que a sexualidade biológica é transformada pela atividade humana.

A partir dos anos 80 os movimentos feministas passaram a usar o termo gênero pelo fato deste não estar necessariamente ligado ao sexo. Para estes movimentos, nas diferentes sociedades havia a divisão por sexos, mas isto não deveria ser visto como uma questão meramente biológica e sim de gênero, ou seja, era uma questão cultural. Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constataavam nos comportamentos de homens e mulheres não

⁷ Na obra "Sex and Gender" (Sexo e Gênero), Robert Stoller utiliza o termo gênero para separar a identidade biológica da identidade sexual. A discussão central do livro gira em torno da intersexualidade e da transexualidade, examinando as intervenções cirúrgicas para modificar a estrutura anatômica sexual dos indivíduos, ajustando-os à sua identidade de gênero, ou seja, à escolha que fizeram acerca de sua sexualidade. Para Stoller o sentimento de ser homem ou ser mulher está acima de sua constituição sexual biológica e, por isso, o termo sexo nem sempre é adequado. Por isso, a proposta de substituição por gênero. (PEDRO, 2005).

eram dependentes do "sexo" como questão biológica, mas sim eram definidos pelo "gênero" e, portanto, ligadas à cultura. (PEDRO, 2005, p. 78)

Até então, o termo recorrente dentro dos movimentos feministas para designar a categoria era "mulher". Entretanto, esse conceito (mulher) acabou sendo contestado, pois, para muitas não abarcava todas as reivindicações. Diferenças foram percebidas dentro da diferença. Ou seja, as mulheres negras, índias, mestiças, pobres, etc., não se percebiam da mesma forma dentro das discussões em geral. Por exemplo, estas mulheres já exerciam uma jornada dupla há tempos e, por isso, não enxergavam no trabalho fora do lar o símbolo da libertação feminina. Pelo contrário, viam aí mais uma forma de opressão pois, além de receberem menos que os homens, ainda mantinham suas tarefas domésticas. "Além disso, argumentavam, o trabalho 'mal remunerado' que muitas mulheres brancas de camadas médias reivindicavam como forma de satisfação pessoal, poderia ser o emprego que faltava para seus filhos, maridos e pais." (PEDRO, 2005, p. 82). Com isto percebeu-se que não havia uma categoria "mulher" e sim "mulheres

Em 1986 foi publicado o artigo Gênero: uma categoria útil de análise histórica, da historiadora norte-americana Joan Wallach Scott. Para esta autora, o conceito de gênero está ligado à concepção de poder e é constituído por relações sociais. A partir do artigo de Scott, o conceito gênero passou a ser visto como uma categoria de análise. e a substituir também, no caso feminino, a categoria "mulher" ou "mulheres".

Segundo Louro (1997), a substituição dos termos sexo e mulher por gênero passou a ser feita, primeiramente, pelas feministas inglesas. A intenção foi acentuar através da linguagem a rejeição ao determinismo biológico subentendido no termo sexo.

Após a substituição do termo mulher pela categoria gênero, uma imensa literatura pôs-se à disposição dos estudiosos, expondo as diversas tendências dos estudos feministas:

As pós-estruturalistas, com Derrida e Foucault à frente, dissolvendo os sujeitos e apontando para a **dimensão relacional** da nova categoria; as marxistas, procurando integrar rapidamente a nova categoria em seu sistema de pensamento, sempre muito preocupadas em garantir o lugar outrora hegemônico e agora compartilhado do conceito de classe. Era como se nos dissessem: "tudo bem, pensaremos as relações sexuais, mas desde que respeitemos que a divisão social é mais importante do que a sexual." As hierarquias eram, então, rapidamente repostas. E, finalmente, acenavam

as psicólogas, com suas propostas e interpretações, mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado. (RAGO, 1998, p. 89).

A categoria gênero alterou a literatura que se fazia acerca das mulheres. O que passou a ser feito foi uma análise sócio-cultural acerca tanto do papel feminino quanto do masculino, levando em conta a construção social e não a condição biológica simplesmente. (LOURO, 2002).

As discussões acerca de gênero passaram a enfatizar o caráter social do masculino e do feminino, pois levavam em consideração as diversas sociedades e os diferentes contextos onde essas sociedades estão inseridas. Assim, os conceitos de masculino e de feminino passaram a ser vistos como algo em construção e não como um fato já estabelecido e acabado, sem perspectivas de transformações. Além disso, passou-se a trabalhar em cima da concepção de que existem inúmeros pontos de vista acerca de gênero, seja de uma sociedade para outra, seja dentro de uma própria constituição social. Há que se considerar os diversos grupos que formam uma comunidade e levar em conta que no interior de cada um deles existem múltiplas formas de se pensar acerca dos mais diversos conceitos. Diz Louro (1997, p. 27),

O que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento – seja esse nascimento, adolescência, ou maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se construindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.

A partir de então os analistas dos estudos femininos passaram a perceber que as subjetividades são históricas e não naturais. Homem e mulher foram vistos como conceitos que são construídos e não simplesmente como seres biologicamente definidos. Os universos masculino e feminino deixaram de ser vistos como algo diferenciado por fatores biológicos e sim por sistemas de valores, experiências e crenças que criaram simbolizações sexuais diferenciadas. (RAGO, 1998).

A concepção de gênero foi rapidamente aceita. Existia uma aversão à não possibilidade de transformação que o conceito de homem e mulher, no sentido biológico, oferecia. Para os analistas de então, o feminino e o masculino nada mais

eram do que categorias sociais, portanto, possivelmente variáveis. Assim, o conceito de gênero se aplicava melhor

No Brasil a categoria gênero também foi amplamente utilizada. O artigo de Joan Scott difundiu-se entre os estudiosos, propagando-se rapidamente. (SAFFIOTI, 2004). Muitas vezes utilizado como sinônimo de estudos femininos, para Machado (1998), também no Brasil este conceito fundou uma nova metodologia de análise no campo intelectual. Isso porque num primeiro momento deu-se a ruptura entre a idéia biológica de sexo e a concepção social de gênero. Em um segundo momento porque há uma afirmação da metodologia de estudo de gênero, colocando essa categoria acima da de homem-mulher, masculino-feminino. E em terceiro lugar porque se entende gênero enquanto uma construção social que está presente em todas as áreas sociais.

Outro ponto axial da categoria gênero é que ela permite ampliar as análises antes feitas somente em cima da dicotomia sexo feminino e masculino. Isso porque esse último tipo de estudo, ao priorizar as relações homem-mulher, acabava deixando de fora outros papéis de gênero que não se enquadravam nessa ordem social, os gays e lésbicas, por exemplo. Assim, o sexo biológico tem a ver com corpos sexuais. Já o gênero (sexo social) é bem mais amplo e abrange todos os contextos sociais. (PAULSON, 2002).

Dessa forma, pode-se inferir que a categoria gênero não deve ser vista como algo que veio substituir outra categoria, mas como um conceito que vem ampliar o vocabulário a fim de dar conta das inúmeras práticas sociais e individuais existentes em relação à dimensão sexual. (RAGO, 1998). Ou seja, com o conceito de gênero, homem e mulher deixaram de ser simplesmente vistos como seres que nascem biologicamente diferentes e que têm sua trajetória marcada naturalmente por esta diferença sexual.

Por outro lado, Saffioti (2004) lembra que nem todos os dicionários conceituam o termo gênero da mesma forma que Scott o classificou. Então, para que o rigor conceitual seja mantido, sugere o uso da expressão categorias de sexo quando se fizer alusão a homens e a mulheres como elementos distintos. Para a autora, apesar da gramática classificar isto como gênero masculino e feminino, a sociedade tem esse conceito de gênero como imagens construídas, transformando-o em uma categoria social e histórica.

As análises de gênero devem se basear na elaboração social de sexo, mas sem pôr ênfase na dicotomia sexo e gênero. Essa análise dualista foca o sexo simplesmente na biologia, na natureza e o gênero na cultura, na sociedade. Para Saffioti (2004), sexo e gênero formam uma unidade, pois não é possível analisar o sexo apenas ligado à biologia ou apenas à cultura.

Analisar a questão do feminino e do masculino apenas sob o prisma sócio-cultural é não fazê-lo de forma completa. Para Saffioti (2004), a interpretação do caráter relacional de gênero deixa, muitas vezes, a desejar.

Paulson (2002, p. 26) enfatiza a concepção de Saffioti, afirmando que não há como não considerar o corpo sexuado na análise de gênero:

Sentimos a menstruação, a gravidez, as relações sexuais, a força, a fraqueza, a ereção, em relação direta com nossos corpos sexuados (obviamente as aprendizagens culturais de gênero afetam como sentimos e interpretamos essas sensações físicas).

Outra questão a se considerar é que não é porque o conceito de gênero foi largamente aceito, que as análises são homogêneas. Adelman (2002) afirma, por exemplo, que para alguns movimentos feministas, as diferenças entre homens e mulheres são mínimas. Já para outros, a classe feminina pensa e, conseqüentemente, age de forma diferente da masculina. Uma terceira perspectiva infere que as mulheres são superiores aos homens, contrariamente à que afirma a igualdade entre os gêneros.

O que se conclui acerca desta variedade de análises em torno da categoria gênero é que, dado o variado número de movimentos feministas que foi apresentado no tópico anterior, além de outros que nem foram contemplados, seria de se estranhar que as análises acerca de gênero fossem todas da mesma natureza. Esta multiplicidade de movimentos feministas, assim como sua ampla visão acerca das relações de gênero, possibilitou não só uma extensa e matizada bibliografia sobre o assunto, mas uma quase infinita possibilidade de exame das identidades de gênero, amparadas pelas identidades sócio-culturais vigentes.

Essas identidades de gênero foram, através dos tempos, passando por transformações e isso tanto sob o prisma das relações familiares, quanto sob aspectos sócio-culturais.

Para a idéia de gênero se desenvolver a sociedade precisa passar por um processo de reconhecimento de que o sexo biológico não deve ser visto como a

única "opção" entre os indivíduos. Mas grande parte das sociedades ainda não consegue apreender as concepções de gênero. E isso faz com que estabeleçam, através do sexo feminino ou masculino, algumas das diferenças sociais.

Devido a isso, em muitas sociedades as estruturas familiar, religiosa e de produção são organizadas de acordo com uma divisão estabelecida nos papéis sexuais. Para entender as estruturas sociais, então, se faz necessário compreender essas relações sexuais. Com isso é possível perceber os papéis estabelecidos aos homens e os instituídos às mulheres dentro de determinados contextos.

Apreender esses papéis dentro do contexto ponta-grossense contemporâneo é a proposta desta dissertação. Mas como esse contexto regional está inserido dentro de outros mais amplos, no capítulo seguinte é feita uma reconstituição histórica dos papéis femininos desde o Brasil colonial até os dias de hoje. A análise dá ênfase, especialmente, às relações de maternidade e de mercado de trabalho, mas procura também traçar um panorama das transformações que as representações acerca da categoria feminina sofreram através dos tempos.

CAPÍTULO 2

A MULHER NA FAMÍLIA E NO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo apresenta-se uma reconstituição histórica da participação feminina na sociedade brasileira. A intenção desse resgate é tentar entender algumas representações sociais acerca da categoria feminina através da história, especialmente no que se refere à maternidade e à sua inserção no mercado de trabalho, percebendo as transformações que ocorreram, para, então, poder mais claramente analisar as representações femininas contemporâneas.

2.1 FAMÍLIA, MULHER E MATERNIDADE: CONCEITOS INTERCAMBIÁVEIS

Estudar família é algo extremamente complexo pela amplitude dos modelos encontrados. Carlos Alberto de Medina (1991) afirma que, mesmo que culturalmente diversos, em todos os grupos sociais estudados até hoje encontra-se um modelo familiar. Para o autor estes modelos familiares são socialmente estabelecidos e nem sempre correspondem à realidade, mas são apregoados como ideais, sendo via de regra construídos por instituições ou grupos que representam ou estão a serviço da classe dominante.

Medina enxerga a família como "um sistema de relações estruturado em dois eixos: o da linhagem articulando gerações e o da aliança articulando famílias distintas através do casamento." (MEDINA, 1991, p. 13).

Já Göran Therborn (2006) analisa os modelos familiares pautados no que chama de divisão "geocultural". Conclui que na formação social do continente americano sempre predominou um patriarcalismo muito forte. Neste tipo de sociedade os homens mais velhos tinham total domínio sobre os mais jovens e as mulheres eram sempre inferiores a qualquer homem. Nem mesmo a industrialização, segundo o autor, veio atenuar as relações patriarcais. Os grandes fatores responsáveis pelo questionamento do patriarcalismo e seu conseqüente declínio foram, para Therbon, o discurso social do comunismo e a eclosão das Primeira e Segunda guerras mundiais. O discurso comunista prima pela real igualdade e as duas grandes guerras obrigaram ou permitiram que a mulher entrasse no mercado de trabalho. Com isso, os movimentos feministas da década de 20 intensificaram-se

nas de 60 e 70, resultando em um processo de transformação intenso nas relações familiares nas últimas três décadas do século XX.

Para Castells (2000b), não só na América, mas em todas as sociedades contemporâneas predominou o sistema patriarcalista. A prática do patriarcalismo não só esteve presente no âmbito familiar, mas em todas as estruturas sociais, pois, do contrário, a autoridade do homem não se legitimaria. Por outro lado, foi esse patriarcalismo familiar que possibilitou que as relações sociais se estabelecessem em cima da autoridade masculina.

De acordo com Bourdieu (1999, p.16), a "oposição entre o masculino e o feminino" está dentro de um sistema arbitrário de pensamento universal. As diferenças entre os sexos são muitas vezes consideradas normais. Tanto no pensamento quanto na ação os indivíduos inevitavelmente legitimam essa divisão social.

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado, nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos *corpus* e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1999, p. 17, grifo do autor).

Assim, não há necessidade de se justificar a dominação masculina. A predominância de uma "visão androcêntrica" legitima a ascendência masculina pautada em uma ordem social que é fundamentada na divisão social do trabalho, que coloca o homem no espaço público e mantém a mulher no campo privado.

No século XIX passou a predominar a sociedade industrial. Nesse momento a mulher transpôs o espaço essencialmente privado e passou a ocupar, também, o espaço público uma vez que se inseriu no mercado de trabalho. Mas isso não significa que ela tenha conseguido igualdade de direitos. Perrot (2001) afirma que a sociedade burguesa excluiu tanto os proletários quanto as mulheres. Paradoxalmente, a Declaração dos Direitos do Homem proclamava a igualdade entre todos os indivíduos, mas, na prática, apenas os homens com posses é que realmente eram considerados merecedores desta menção. Para justificar a exclusão feminina, muitos se apoiavam em um discurso naturalista bastante difundido, especialmente no século XIX.

É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões particulares. Aos homens o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres o coração, a sensibilidade, os sentimentos. (PERROT, 2001, p. 177).

Havia neste pensamento uma clara divisão de gênero. Os três pilares da sociedade burguesa, produção, reprodução e consumo, estavam assim distribuídos: a produção era atribuição do homem, a reprodução cabia a ambos e o consumo era tarefa da mulher. (PERROT, 2001 p. 178).

Eric Hobsbawn (2000) também acentua a manutenção do patriarcalismo a partir da industrialização. As inovações trazidas pelo novo processo econômico-social não abalaram as estruturas conservadoras familiares. A autocracia masculina manteve-se. A mulher burguesa mais do que nunca passou a ser vista como a mantenedora moral da família, cumprindo o papel de mãe e esposa devotada. Mas, possuindo posses, não deveria se envolver mais diretamente nos afazeres domésticos e sim comandar um grupo de criados. "Definia-se uma *lady* pelo fato de ser alguém que não trabalhava, mas que ordenava a outras pessoas que o fizessem, sua superioridade estando estabelecida por essa relação." (HOBSEBAWN, 2000, p. 332).

Do outro lado estava a empregada pobre que, apesar de receber por seu trabalho, ainda era inferior ao homem. Em um período que Hobsbawn chama de proto-industrialização, no início do processo de industrialização, as mulheres produziam em casa, podendo ao mesmo tempo cuidar do lar e dos filhos, além de lhes permitir uma certa independência financeira. O mesmo se dava com as camponesas, sendo estas tão responsáveis quanto o homem pelos ganhos da casa. Mas com a gradativa extinção destas atividades e com a intensificação do trabalho nas fábricas, as mulheres, a princípio, não mais puderam participar deste processo. (HOBSEBAWN, 1998).

Essa separação da casa e do local de trabalho trazia consigo, logicamente, um padrão de divisão sexual-econômica. Para a mulher isto significava que seu papel de gerência doméstica tornava-se sua função primordial, especialmente em casos em que os ganhos familiares eram irregulares ou escassos. Isto talvez explique as constantes queixas de fontes da classe média, relativas às inadequações das mulheres das classes trabalhadoras a esse respeito: tais queixas, aparentemente, não eram comuns na época pré-industrial. É claro que isto produziu uma nova espécie de complementaridade entre marido e mulher, exceto entre os ricos. Não obstante, ela já não trazia dinheiro para casa. (HOBSEBAWN, 1998, p. 279).

Os ganhos do homem deveriam ser suficientes para sustentar a família. Os demais membros desta, quando trabalhassem, deveriam ter apenas a função de complementaridade da renda. Isto deu amparo para que a mulher recebesse sempre menos que o homem, mesmo que executando as mesmas tarefas. Mas a maioria dos homens proletários não conseguia sozinho sustentar a família, o que obrigava as mulheres e crianças a se lançarem no trabalho fabril. Sendo este tipo de mão-de-obra mais barata, os já baixos salários masculinos desvalorizavam ainda mais, tornando mais difícil a situação das famílias proletárias. (HOBSBAWN, 1998).

Entretanto, trabalhar fora do lar era para mulheres muito pobres. Somente famílias em estado de penúria empregavam todos os seus membros. Para o homem, não poder sustentar sua família era vexatório e, a não ser em último caso, ele não permitia a entrada de sua esposa ou filhos no mercado de trabalho. Além disso, como o espaço público deveria ser ocupado pelos homens, as mulheres que se atreviam a nele adentrar eram mal vistas, sofrendo vários tipos de preconceitos. Contudo, como grande parte da sociedade era constituída por famílias muito pobres, era intensa a procura de trabalho por mulheres e crianças, assim como a oferta, por tratar-se de mão-de-obra barata.

O trabalho da mulher na indústria estava, no início de nossa época, ainda predominantemente concentrado nos poucos ramos tipicamente "femininos", notadamente têxteis e de confecção, mas também e cada vez mais na indústria de alimentos. Contudo, a maioria das mulheres que ganhavam a vida individualmente o fazia no setor de serviços. (HOBSBAWN, 1998, p. 281).

Neste sentido, Perrot (2001) afirma que a mulher nunca teve seu papel reconhecido dentro da historiografia burguesa. Por ser pautada na produção e considerar a classe feminina improdutiva, a sociedade burguesa não contemplou a mulher.

Estudos mais contemporâneos consideram que as mulheres das classes mais baixas eram bastante ativas. Elas não só se inseriram no mercado de trabalho, seja o formal ou o informal, como formaram movimentos de revolta contra altos preços ou falta de alimentos, por exemplo. Antes, ainda, no início da industrialização fabril, a classe feminina se insurgiu contra o sistema de fábricas.

Não contentes em serem auxiliares, elas se insurgem contra os atentados às formas de produção doméstica a que são particularmente apegadas.

Muito antes das máquinas, no tempo de Colbert⁸, as mulheres de Alençon, Bourges, Issoudun [França] tinham-se levantado contra o monopólio das manufaturas reais e a ameaça de uma impossível reclusão. Essas mulheres, ocupadas com seus trabalhos domésticos, recusavam-se a ficar na manufatura, passado o período de aprendizagem. Queriam fazer em casa a preciosa renda, fonte de dinheiro vivo necessário para pagar o imposto. Os motins mais graves ocorreram em Alençon, em 1665, quando um certo Leprevost decidiu forçar a questão. "Ele age com toda a insolência de um arrivista [sujeito ambicioso], declarou que saberia vencer as resistências e que as moças da região ainda seriam muito felizes em vir a ganhar dois vinténs por dia na fábrica. As mulheres se amotinaram em número superior a mil, perseguiram-no e tê-lo-iam matado se ele não tivesse se refugiado imediatamente na casa do intendente." Foi preciso negociar e entrar num acordo com essas "boas mulheres". (PERROT, 2001, p. 197).

O que permitia a essas mulheres fugir das convenções burguesas, que cerravam a mulher ao âmbito doméstico, era sua extrema condição de pobreza. As regras eram burladas em busca de uma sobrevivência melhor. Enquanto a mulher burguesa era prisioneira das convenções e só saía de casa com uma companhia masculina confiável, a mulher pobre ia às ruas para ajudar no orçamento doméstico sem poder se dar ao luxo de preocupar-se em "ficar falada". Se a burguesa falava e ria comedidamente, por outro lado a mulher pobre gritava, cantava, fofocava e xingava em público da mesma forma que em casa. (PERROT, 2001).

Essas diferenças de representações em relação à categoria feminina também ocorreram no Brasil. Aqui a mulher, desde o período colonial, foi tida como a responsável pelo âmbito doméstico. Não lhe cabia, então, o papel de provedora. Mas como uma grande parte da população se constituía de pessoas pobres, as mulheres que pertenciam a essa classe necessitavam trabalhar fora de casa para sustentar ou ajudar no sustento da família. E, com isso, fugiam do padrão estabelecido, que se pautava em arquétipos europeus e que era mais condizente à classe mais abastada.

No decorrer do século XX, entretanto, as representações acerca da categoria feminina brasileira foram gradativamente sofrendo algumas transformações. Hoje, pode-se dizer que a mulher como co-provedora e, em alguns casos, como provedora, já faz parte das representações sociais contemporâneas. Como se deram essas transformações em relação às representações acerca da classe feminina é o que se pretende analisar no próximo tópico, fazendo uma rápida

⁸ Jean-Baptiste Colbert foi ministro do rei francês Luís XIV, no século XVII. (Nota da pesquisadora).

constituição histórica dos papéis da mulher desde o Brasil colonial até os dias de hoje.

2.1.1 Brasil: do cotidiano colonial à contemporaneidade – algumas representações sociais acerca da mulher

No Brasil, segundo Medina (1991), a industrialização afetou o modelo familiar tradicional, formando uma nova estrutura social, mas com forte persistência de traços conservadores.

Na representação familiar ideal estabelecida no país, sempre coube ao homem prover as necessidades econômicas da família e à mulher a criação e proteção dos filhos. Neste modelo os mundos feminino e masculino foram separados. A mulher não deveria intrometer-se na esfera pública, assim como o homem não poderia cuidar do mundo doméstico. O homem sempre foi visto como ser superior, enquanto a mulher lhe devia respeito e, especialmente, obediência. (MEDINA, 1991).

Medina (1991) afirma que, já na fase de transição, logo após o processo de industrialização, as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho. E referindo-se às funções do homem e da mulher na família, diz: "Todos os dois serão responsáveis pela casa e educação dos filhos e todos os dois deverão ir à luta para conseguir seu sustento." (MEDINA, 1991, p. 20). Entretanto, há que se lembrar que, apesar de ter garantido o direito de também trabalhar fora de casa, a mulher passou, na verdade, a exercer dupla jornada, pois ela não deixou de ser responsável pela casa e pelos filhos. Além disso, a maternidade lhe é constantemente cobrada, mostrando que a sociedade ainda está presa ao modelo tradicional, que vê a mulher não só como mãe, mas como uma mãe atenta a seus deveres maternos e que ama sua família acima de si mesma.

Quanto aos deveres maternos, pode-se afirmar que, desde a formação da sociedade brasileira, cobrou-se da mulher a dedicação à maternidade. Mas Priore (1995) afirma que no Brasil a maternidade é um conceito que foi construído. Conclui que, tanto para a medicina quanto para a Igreja e o Estado, a mulher tinha um papel predestinado: o de ser mãe. "Apenas como mãe, a mulher revelaria um corpo e uma alma saudáveis, sendo sua missão atender ao projeto fisiológico-moral dos médicos

e à perspectiva sacramental da Igreja." (PRIORE, 1995, p. 31). Para o Estado colonial era importante criar e manter as bases do comércio ultramarino, assim como estabelecer estruturas de povoamento sólidas. E aí a mulher tinha papel fundamental; dependia dela a construção de um novo mundo.

Este processo de construção deveria ser feito dentro de um sistema organizado e produtivo, tendo cabido à Igreja o papel de regulador da ordem e dos costumes, especialmente no tocante às condutas sexuais fora do casamento. O matrimônio passou a ser pregado como o modelo ideal de constituição familiar.

Assim sendo, adequar as necessidades de povoamento à devoção mariológica [referente a Maria, mãe de Jesus] deve ter significado uma concreta hipótese de trabalho para a normatização das populações femininas. Confinada à casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher no papel de santa-mãezinha poderia fazer todo o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar, para a reprodução dos ideais tridentinos [relativo ao Concílio de Trento] e para a procriação de brasileirinhos. (PRIORE, 1995, p. 44).

Além de o Estado garantir o povoamento dentro dos moldes metropolitanos europeus, a Igreja pretendia através da prática do matrimônio disciplinar as mulheres, transformando-as em esposas, donas-de-casa, religiosas e mães exemplares.

Sob a luz do Antigo Sistema Colonial, a vida feminina recatada e voltada para o fogo doméstico e os filhos fazia da santa-mãe um chamariz para que se canalizasse na esfera do lar a energia que fora dela pudesse confundir-se com desordem e contravenção, baralhando [misturando] os pressupostos de ordem e trabalho implícitos no sistema. (PRIORE, 1995, p. 45).

Apesar das pregações da Igreja e dos anseios do Estado, desde o período colonial a população mais pobre relutava em casar-se, preferindo viver em concubinato. A elite branca dava preferência ao casamento entre membros da mesma cor e posição sócio-econômica. Quando não houvesse a possibilidade disso ocorrer, preferia manter-se no celibato. Já entre as classes mais baixas as uniões caracterizavam-se pela ilegitimidade, assim como os filhos que desta resultavam. (SAMARA, 1986).

Um dos grandes entraves à legitimação das uniões entre a população mais empobrecida era o alto custo das despesas matrimoniais. Além disso, a Igreja católica não aconselhava o casamento entre indivíduos de religiões diferentes, assim como não reconhecia o concubinato. Casamento era, antes de tudo, um sacramento

que exigia dos cônjuges fidelidade e assistência. Para Samara (1986), esta característica afastava a classe masculina mais pobre dos compromissos do matrimônio.

Contudo, a família, seja legítima ou ilegítima, foi um dos grandes marcos do desenvolvimento brasileiro. Samara (1986) afirma que não é possível estabelecer um modelo familiar padrão para o Brasil, mas que, devido à formação agrária, latifundiária e escravocrata da economia e da sociedade, aliadas a uma descentralização administrativa e a uma dispersão populacional, o que predominou foi o modelo patriarcal, pautado na autoridade paterna e na solidariedade entre os parentes.

Este arquétipo não era único. Entre a elite rural nordestina, especialmente nos séculos XVI e XVII, predominava o modelo familiar descrito por Gilberto Freyre⁹. Esse caracterizava-se por um grande grupo comandado pelo patriarca, homem branco e de posses. Sob seu comando estava sua família nuclear, poderiam estar seus parentes consangüíneos, assim como os da esposa, escravos, apadrinhados e, até, filhos ilegítimos. O papel da senhora neste contexto era o de governar a casa e cuidar dos filhos e do marido. Contudo, este padrão familiar não era o mais comum, mas sim um outro, também patriarcal, mas de composição mais simples, constituído por menos indivíduos, inseridos em um contexto econômico mais modesto. (SAMARA, 1986).

Assim, pode-se dizer que o Brasil colonial apresentava basicamente três camadas sociais. O primeiro grupo, composto pela classe latifundiária, adotava o modelo familiar patriarcal. O segundo era constituído por escravos que não tinham, na maioria das vezes, direito à constituição de uma família. Já o terceiro grupo se constituía de homens livres e pobres. Neste, não só as uniões fugiam dos padrões estabelecidos pela Igreja, como as representações femininas também não se moldavam aos padrões cristãos. O papel essencialmente de dona-de-casa e mãe dedicada não harmonizava com as necessidades das mulheres pobres. A exigência de ajudar¹⁰ na manutenção da casa e dos filhos levava estas mulheres a desenvolverem tarefas femininas fora do lar. (FIGUEIREDO, 2004).

⁹ Na obra *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933, Gilberto Freyre analisa a formação da sociedade brasileira. Toma como modelo de estudo a família patriarcal dos engenhos nordestinos.

¹⁰ Em muitos casos estas mulheres eram as únicas provedoras do lar.

Outra característica que fugia aos padrões estabelecidos pela Igreja era o de santa-mãezinha. Nem todas as mães cuidavam de seus filhos. Durante o período colonial há um grande número de crianças abandonadas, especialmente nos centros urbanos. Com o crescimento das cidades aumentava também a população pobre. Sem empregos e assistência adequada, as famílias nem sempre conseguiam sustentar seus filhos. Uma das soluções encontradas foi o abandono. Fosse na roda dos expostos, em portas de casas ou até mesmo em calçadas e lixeiras, as mães sem condições abandonavam seus bebês à sorte ou à morte.

Durante o segundo e terceiro século de colonização, surge uma modalidade *selvagem* de abandono. Meninas e meninos com dias ou meses de vida não encontravam abrigo; eram deixados em calçadas, praias e terrenos baldios, conhecendo por berços os monturos, as lixeiras e tendo por companhias cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas. (VENÂNCIO, 2004, p. 190).

Ao analisar os motivos que levaram as mães a abandonar seus filhos, Venâncio (2004), conclui que, por vezes, esta era uma forma que elas encontravam para proteger seus bebês. Ser filho de mãe solteira ou fruto de adultério, por exemplo, não garantiria um futuro tranquilo para mãe e filho. Além disso, esta era uma alternativa melhor que o infanticídio, também comumente praticado nestes casos. Contudo, o motivo principal que levava as mães a abandonarem seus filhos era a falta de condições materiais de criá-los. Comum também, era as escravas enjeitarem seus bebês na esperança de que com isso eles pudessem vir a ser livres.

Quanto ao aleitamento materno, este foi utilizado como discurso disciplinar, tanto pela medicina quanto pelo Estado, especialmente no século XIX. Através da amamentação seria possível reter a mulher em casa e, conseqüentemente, eliminar sua concorrência com o homem no mercado de trabalho. Segundo Costa (1999), com o crescente processo de urbanização e de industrialização, as mulheres passaram por um pequeno, porém significativo sistema de independência. Usar de um discurso que inferiorizasse a mulher não seria oportuno. Então, adotou-se a tática de enaltecer na classe feminina aquilo que só ela poderia fazer, mostrando que isso seria de vital importância para o progresso da sociedade. Dentro do novo sistema capitalista a criança, principalmente da elite, passou a ser importante do ponto de vista econômico-social. Assim, sua saúde e educação eram essenciais para o futuro da sociedade e cabia à mãe esta tarefa, começando pela

amamentação e seguindo com zelo e amor no processo de desenvolvimento dos filhos.

O discurso médico também mantinha a mulher dentro do lar. Ao defender o aleitamento materno natural e condenar a contratação de amas-de-leite, a classe médica atribuía às mulheres uma vocação natural, a de procriar, alimentar e cuidar dos filhos. Além do instinto natural, o discurso médico também ressaltava a importância feminina como mantenedora moral da sociedade. Assim, o campo profissional feminino estava ligado não ao mercado de trabalho, mas a sua tarefa de mãe, esposa e dona-de-casa. Nesse sentido, diz Rago (1997, p. 75):

Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família.

O principal argumento utilizado contra o aleitamento das amas era em função da elevada taxa de mortalidade infantil. Como dentro da sociedade burguesa a criança passou a ter uma importância grande, havia a necessidade de reduzir as taxas de mortalidade. A classe médica acreditava que o aleitamento materno natural poderia resolver o problema. Então, passou a enumerar não só as vantagens de amamentar, mas as desvantagens de não fazê-lo. Como o principal motivo para o não-aleitamento era a vaidade, especialmente das mulheres das classes mais abastadas, o discurso apregoado era de que o aleitamento era, na verdade, benéfico para a estética. (RAGO, 1997).

Outra preocupação da medicina do século XIX era em relação à higiene do lar. Tudo aquilo que pudesse criar e proliferar doenças deveria ser banido. (RAGO, 1997). Maria Angela D'Incao (2004), afirma que, até o século XIX, os limites entre o espaço público e o privado eram tênues. A casa e a rua se confundiam. Com a chegada da família real (1808), pelo menos no Rio de Janeiro surgiram leis que regulamentavam o uso do espaço público, assim como a necessidade de sua limpeza. Juntamente a isso foram adotadas medidas de higiene que influenciaram, inclusive, no espaço doméstico, criando novas relações das famílias com seus lares. E este papel de higienizadora também era da mulher.

Assim, o discurso médico confere-lhe uma autoridade na esfera doméstica que pretende quebrar o poder do pai, enquanto que aquela que trabalha fora do lar é incumbida da atividade de civilização da classe operária: ela

deverá impedir que o marido freqüente o bar, que se embebede, que tenha más companhias e que todos fiquem na rua até tarde. (RAGO, 1997, p. 80)

A mãe, neste contexto, mais do que nunca era identificada com uma santa, passando por um processo de purificação e dessexualização. A mãe tinha que simbolizar o bem, ao contrário da prostituta, pecadora que só trazia a perdição à sociedade. (RAGO, 1997).

Com o advento da urbanização, as mulheres mais abastadas passaram a freqüentar cafés, teatros e bailes. Esta passagem da vida essencialmente privada para alguns espaços públicos não as libertava da vigilância severa de pais, maridos, irmãos e até filhos. Além disso, estavam sob constante avaliação da sociedade. A mulher continuava tendo de desempenhar o papel de boa mãe e esposa, sempre com ternura e submissão. (D'INCAO, 2004).

Dentro dos novos conceitos burgueses o matrimônio passou a ter uma grande importância capital. As famílias vigiavam severamente suas moças porque de suas virgindades e recato dependia um casamento seguro e filhos legitimamente garantidos, não correndo o risco de fortunas se dividirem devido a reclamações de filhos bastardos. "O casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status." (D'INCAO, 2004, p. 229).

Às mulheres casadas cabia, sempre cumprindo seu papel de boas esposas e mães, servir como exemplo para a construção do projeto familiar idealizado pela Igreja, pela medicina e pelo Estado. E isso tudo dentro de um modelo burguês.

Entretanto, as mulheres pobres estavam à margem destes valores. Obrigadas a se sustentar e ajudar no sustento de irmãos menores, meninas ainda bastante jovens se prostituíam, muitas com o consentimento da família. As que conseguiam se empregar, engrossavam a exploração da mão-de-obra feminina nas fábricas brasileiras. Segundo Rago (2004), em 1901, 49,95% da mão-de-obra das indústrias têxteis, em São Paulo, era composta de mulheres, grande parte constituída de imigrantes¹¹. As representações destas mulheres eram diferentes em relação às das classes média e alta. Da mesma forma a sociedade as enxergava de

¹¹ Na década de 70 do século XIX o Brasil recebeu um grande número de estrangeiros que tinham a incumbência, principalmente, de substituir a mão-de-obra escrava negra nas fazendas cafeeiras do sudeste do país. Esses imigrantes, gradativamente, foram abandonando essas fazendas e dirigindo-se às cidades mais próximas, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Ali, empregavam-se nas indústrias.

maneira diversa, mesmo que tentando condicioná-las dentro do modelo familiar burguês.

As mães de família das classes mais pobres precisavam trabalhar fora do lar para ajudar no sustento dos filhos. Quando existia um marido, nem sempre os ganhos deste eram suficientes para prover o necessário à família. Mas trabalhar fora significava fugir do modelo ideal estabelecido, abandonando os filhos, acusadas de serem mães relapsas.

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário mingauado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da 'mulher pública'. (FONSECA, 2004, p. 516).

As moças ricas preparavam-se para o casamento. Preocupavam-se essencialmente com a moda, a estética, em aprender a cuidar da casa e tornar-se uma boa esposa. Já as pobres ou as miseráveis iam trabalhar nas fábricas, nos escritórios comerciais, em lojas, na companhia telefônica ou nas casas das famílias abastadas. Não eram muitas as opções existentes, pois a sociedade não estava preocupada em abrir espaço para as mulheres no mercado de trabalho, uma vez que seu papel era de mãe e mantenedora moral do lar. (RAGO, 1997).

Na segunda metade do século XIX a industrialização passou a oferecer uma possibilidade de renda às mulheres brasileiras. As primeiras indústrias utilizaram maciçamente a mão-de-obra feminina e infantil. No entanto, além dos baixos salários e de não possuírem nenhum tipo de garantia trabalhista, as mulheres passavam por outras situações difíceis, entre elas o assédio sexual.

Ao sair para trabalhar, a mulher deixava de pertencer essencialmente ao âmbito privado para inserir-se no público. Perante os olhos da sociedade, esta prática seria extremamente nociva à família, pois as mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas. As crianças, por não terem o zelo e a educação presente da mãe, cresceriam mais soltas, o que poderia, até, debilitar a raça. (RAGO, 2004).

Juntamente com o processo de industrialização a sociedade foi passando por transformações. O anseio de modernização estava presente em praticamente todos os discursos. Mas em relação à mulher e, especialmente, no tocante à sua

inserção no mercado de trabalho, as manifestações ainda eram conservadoras e preconceituosas.

A saída da mulher do espaço privado para o público não significa que as cobranças morais tenham se abrandado. Pelo contrário, a sociedade e seus valores burgueses passou a cada vez mais lançar sobre ela a culpa pela degradação moral da família e, conseqüentemente, da sociedade. (RAGO, 1997).

Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores do sedutor? Vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição. (RAGO, 1997, p. 63).

Acompanhando este processo de transformação, nas três primeiras décadas do século XX a mulher passou por algumas modificações comportamentais. As saias e os cabelos encurtaram, o espartilho foi gradativamente abandonado, o corpo passou a ser exercitado e os anseios de participação social plena se acentuaram, especialmente através dos discursos feministas. Em contrapartida, a sociedade reagia e as manifestações contra as atitudes "libertinas" das mulheres eram intensas.

Diante da variedade de questionamentos, experiências e linguagens tão novas que as cidades passaram a sintetizar, intelectuais de ambos os sexos elegeram como legítimos responsáveis pela suposta corrosão da ordem social a quebra de costumes, as inovações nas rotinas das mulheres e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e mulheres. Conjugaram-se esforços para disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora à ordem familiar, tida como o mais importante "suporte do Estado" e única instituição social capaz de represar as intimidadoras vagas da "modernidade". (MALUF e MOTT, 1998, p. 371-372).

As representações acerca da mulher mais uma vez se voltavam para a casa e a família. As atribuições desta se limitavam à procriação, cuidado com o marido e a casa e educação dos filhos.

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser. (MALUF e MOTT, 1998, p. 374).

O Código Civil de 1916 oficializava a superioridade masculina. As mulheres casadas, por exemplo, deveriam obedecer expressamente às ordens do marido. Necessitavam de autorização, inclusive, para trabalhar fora do lar. Apesar de não estar oficializado em nenhum código, o marido tinha o direito de punir a esposa que desobedecesse a suas ordens. Para a sociedade, cenas de violência doméstica protagonizadas por um marido injuriado, ferido em seus brios, eram absolutamente aceitáveis. (MALUF e MOTT, 1998).

Na década de 50 a sociedade brasileira passou novamente por profundas transformações. Com o crescimento da industrialização e, conseqüentemente, da urbanização, as possibilidades de trabalho ampliaram-se tanto para homens quanto para mulheres, assim como o acesso à informação, lazer e consumo. A dinâmica familiar também passou por mudanças. A nova estrutura urbana não mais possibilitava o distanciamento social. "As condições de vida nas cidades diminuíram muitas das distâncias entre homens e mulheres; práticas sociais do namoro à intimidade familiar também sofreram modificações." (BASSANEZI, 2004, p. 608).

Mas os papéis femininos continuavam inalterados. Ainda cabia à mulher essencialmente cuidar da casa, do marido e dos filhos. As *moças de família* eram educadas para transformarem-se em *rainhas do lar*. O trabalho fora deste era comum entre as solteiras, mas a partir do casamento este deveria ser abandonado. Caso fosse mantido, seria apenas como um complemento aos rendimentos do marido, o verdadeiro *chefe da casa*.

Na família modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da *feminilidade*, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional. (BASSANEZI, 2004, p. 608).

Dentro do casamento as funções também deveriam ser divididas. Mesmo que a mulher trabalhasse fora, cabia a ela cuidar da casa e não poderia jamais exigir do marido participação nestas tarefas, a não ser para pequenos reparos. ((BASSANEZI, 2004).

As atenções das mulheres deveriam estar voltadas, antes de qualquer coisa, ao marido e aos filhos. Da felicidade destes dependia a felicidade delas. Cozinhar

bem, ser econômica, amorosa, sensata, atraente para o marido, zelosa com a casa e com os filhos eram as atribuições às quais as mulheres deveriam se prender. Para isso não precisavam ser muito inteligentes. Aliás, inteligência era um atributo não muito positivo para a mulher. "As mulheres inteligentes ou cultas eram incentivadas a ajudar o marido caso fosse preciso, mas deveriam fazê-lo de forma tal que o marido não se sentisse humilhado ou aborrecido por ter seu território invadido por uma mulher." (BASSANEZI, 2004, p. 630).

A partir da década de 70, com o crescimento da industrialização e da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho também se intensificou. Nas duas décadas seguintes, principalmente na de 90, com a abertura econômica, continuou o crescimento da participação feminina na força de trabalho. Entretanto, é importante frisar que juntamente com o aumento do número de trabalhadoras, também se deu o crescimento do desemprego feminino, denotando que o mercado não cresceu suficientemente para absorver a nova tendência. (HOFFMANN; LEONE, 2004).

Nas três últimas décadas do século XX a mulher não só passou a se incorporar mais ao mercado de trabalho, como nele permaneceu mais tempo. Ao contrário das décadas anteriores, quando quase que apenas as moças solteiras trabalhavam fora, a partir da década de 70 aumentou o número de mulheres casadas. Isto significa que a mudança no estado civil não mais as impedia de continuar trabalhando. (HOFFMANN; LEONE, 2004).

A década de 90 foi a que mais aumentou a participação feminina no mercado de trabalho.

Em 1976, existiam 11,4 milhões de mulheres economicamente ativas no país, e, na década em análise, esse contingente passou de 22,9 milhões em 1990 para 31,3 milhões em 1998; a taxa de atividade feminina em 1998 chegou a pouco mais de 47%, ou seja, para cada 100 mulheres em idade de trabalhar, 47,6 trabalhavam ou procuravam trabalho. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002, p. 1).

Este aumento de inserção das mulheres no mercado de trabalho transformou as identidades destas, assim como as representações sociais sobre elas. O público feminino passou a se voltar cada vez mais para o trabalho produtivo. E por terem se inserido em um mercado altamente competitivo, obrigaram-se a expandir sua escolaridade. Em 1990, por exemplo, 61% dos concluintes do ensino

superior constituía-se de mulheres. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002). Isso demonstra que a própria família já estava mudada, pois as moças deixaram de ser educadas prioritariamente para o matrimônio e a maternidade.

A consequência direta disto é que o número de filhos por mulher reduziu, especialmente nas áreas urbanas. Em 1999 a mulher tinha uma média de 2,3 filhos, contra 5,8 na década de 1970. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002). Mas isto não significa que a maternidade tenha sido deixada de lado. Outra transformação diz respeito à idade das operárias. "As trabalhadoras que até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães a partir dos anos 80." (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002, p. 1).

Entretanto, o modelo social brasileiro ainda está amparado pela estrutura familiar onde a mulher é responsável pelas atividades domésticas. Isto dificulta a participação feminina no mercado de trabalho. Além da necessidade de qualificação e da baixa oferta de emprego, a mulher tem de se preocupar com a manutenção da casa e o bem-estar dos filhos, perfazendo uma dupla jornada de trabalho.

Assim, pode-se afirmar que, em todo o decorrer do século XX, mas, especialmente nas últimas décadas desse, as relações familiares, de gênero e de trabalho feminino vêm sofrendo transformações e, isso, em todas as camadas sociais. Para Araújo e Scalón (2005), com o declínio dos valores patriarcais as mulheres passaram a ter mais alternativas de escolha. Nesse sentido, dizem as autoras:

Muitos valores patriarcais estão em declínio, as escolhas das mulheres aumentaram e hoje, em geral, elas já podem criar filhos sozinhas ou optar por não ter filhos, sem que isso seja visto como negação de seu papel social. Os processos de individuação e a maior autonomia dos sujeitos possibilitaram alterações nas relações de poder e o enfraquecimento da autoridade patriarcal, assim como do caráter institucional da família. O aumento nos índices de divórcio, as modificações nas normas jurídicas que regulam a constituição dos laços conjugais, através da substituição do princípio do *pater familias* pelo da autoridade compartilhada, a crescente prevalência do afeto como dimensão que orienta tanto as escolhas quanto a constituição e a dissolução dos laços conjugais são indícios desse enorme processo de mudança no período contemporâneo. (ARAÚJO; SCALÓN, 2005, p. 17-18).

Nesse sentido pode-se afirmar que a mulher contemporânea vem passando por um gradativo processo de transformação, caracterizando-se, hoje, também como provedora da sua família ou, pelo menos, como co-provedora.

Com relação a isso, Oliveira (2005) afirma que a mulher brasileira do século XXI é diferente da mulher da década de 1950. Enquanto a segunda esteve mais voltada ao lar – que tinha no homem o principal e, muitas vezes, o único provedor – e só era reconhecida enquanto dona-de-casa, esposa e mãe, a primeira passou a dividir com o homem a função de prover materialmente a família, o que lhe conferiu maior prestígio social. Assim, já que, para Oliveira (2005), a função de provedor é o que dava ao homem a condição de chefe da família e, por isso, maior reconhecimento social, a partir do momento que a mulher se libertou da condição de domesticidade, também se libertou da condição de inferioridade perante o homem.

Mas será que a mulher está se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho apenas para se libertar perante a figura masculina? Para Araújo e Scalón (2005), na sociedade contemporânea o trabalho pode ser analisado sob três aspectos: como realização pessoal, como necessidade econômica e como formador das identidades dos indivíduos. No primeiro caso acredita-se que, ao sair do espaço restrito do lar onde o trabalho não é remunerado e, muitas vezes, nem sequer reconhecido, a mulher pode adquirir novo status social, pois passa a ter uma renda que lhe permite, por vezes, estar no mesmo nível que o homem. Já no segundo caso, pode-se dizer que muitas mulheres optam em deixar o lar para se inserir no mercado de trabalho simplesmente por necessidades econômicas. Nessa situação a realização pessoal pode não ser tão importante, mas sim a necessidade financeira. As mulheres podem ter de optar pelo trabalho fora de casa porque necessitam complementar a renda familiar ou porque são as únicas responsáveis pelo sustento da família. E, aí, nem sempre escolhem um trabalho que lhes dê satisfação pessoal.

Nesse sentido, Araújo e Scalón (2005) afirmam que o trabalho fora de casa não é visto como característica intrínseca à mulher. Ou seja, o espaço doméstico não deixa de fazer parte de sua vida. Dizem as autoras:

Nesse contexto, o acesso das mulheres ao trabalho pago permanece condicionado pela *domesticidade* de suas relações, como se fosse uma dimensão *exterior* às suas vidas. Já o acesso dos homens continua naturalizado, considerado um imperativo e percebido a partir de suas trajetórias, possibilidades de ganhos e de realização pessoal *dentro* do mundo do trabalho. (ARAÚJO; SCALÓN, 2005, p. 19).

Ainda assim, Araújo e Scalón (2005) dizem que, apesar da figura da mulher enquanto dona-de-casa, mãe e esposa dedicada ainda estar no imaginário social, o

trabalho fora de casa está cada vez mais presente ao cotidiano da maioria das mulheres.

Mas isso não quer dizer que a mulher contemporânea não seja mais ligada ao trabalho doméstico. Ainda hoje há o predomínio de uma divisão de tarefas por gênero. E ainda hoje, por vezes, esta divisão de tarefas e de funções pode significar também uma relação hierárquica desigual. De acordo com Nobre (2004) há uma divisão entre o setor de produção, considerado de cunho masculino, e o de reprodução, atribuído à classe feminina. Assim, ainda na contemporaneidade, em muitas estruturas sociais predomina uma tipologia familiar onde o homem é o provedor e a mulher cuida das tarefas domésticas. Nesse sentido, diz Nobre (2004, p. 62):

A complementaridade entre estes dois campos [produção e reprodução] se dá na idealizada família pai-provedor e mãe dona de casa, típica do sistema capitalista onde a produção e a reprodução se separam fisicamente e a produção passou a funcionar sob o sistema de mercado. Porém, a divisão sexual do trabalho se reproduz e se recria tanto na produção como na reprodução.

Um ponto importante a se discutir em relação a essa separação de tarefas é que, muitas vezes, não se reconhece o papel que a mulher desempenha, como se o setor de reprodução não fosse importante para a sociedade. Para Bruschini e Lombardi (2007), entretanto, a mulher tem um papel social significante a partir de sua função de reprodução na família. Depreende-se daí que o setor de reprodução é importante para o de produção a partir do momento que fornece mão-de-obra humana para o mercado. Ou seja, se não fossem os cuidados que a mãe dedica aos filhos, ao marido e ao ambiente doméstico, o que possibilita a formação de uma composição familiar estruturada, a esfera produtiva teria que se preocupar. É claro que esta análise é feita apenas sob uma lógica de mercado. Mas como a sociedade está consolidada sob uma estrutura capitalista de produção, acredita-se que os homens e mulheres de uma forma geral são avaliados segundo seu papel dentro desse sistema.

Mas a questão que se analisa aqui é: por que os afazeres domésticos, mesmo que a mulher trabalhe fora de casa, ainda acabam por recair sob sua responsabilidade? E por que boa parte das mulheres aceita isso como algo natural? Para Nobre (2004), quando se trata do trabalho doméstico, a mulher está habituada a trabalhar simplesmente por afeição à família e isso sem pedir nenhum tipo de

remuneração. Assim, é mais fácil para ela assumir as tarefas domésticas, pois estas não são vistas como algo que deve ser recompensado financeiramente.

Assim, com esse tipo de representação, reitera-se que a mulher vem sim cada vez mais se inserindo no mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo vem mantendo as tarefas domésticas como obrigações intrínsecas a sua categoria.

Desde que se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho, esta, então, vem acumulando a função de provedora ou co-provedora com a de responsável pelos serviços domésticos e cuidados com os filhos. Essa inserção, no caso do Brasil, intensificou-se com a industrialização que passou por um processo de fortalecimento na segunda metade do século XIX e, especialmente, no início do século XX.

Foi dentro das primeiras indústrias brasileiras que muitas mulheres encontraram a possibilidade de trabalhar para sustentar ou ajudar a prover a família. Mas ali não só trabalhavam como eram exploradas e assediadas sexualmente. Por outro lado se sindicalizaram e passaram a reivindicar melhores salários, condições de trabalho mais dignas e o fim da discriminação sofrida por deixarem o âmbito doméstico para se inserir no público, discriminação muitas vezes vinda de parte dos próprios colegas de trabalho.

2.2 BRASIL: INDUSTRIALIZAÇÃO, LUTAS OPERÁRIAS E PARTICIPAÇÃO FEMININA

O homem para o campo, a mulher para o lar; o homem para a espada, a mulher para a agulha; o homem com a cabeça, a mulher com o coração; o homem para mandar, a mulher para obedecer. Tudo mais é confucionismo.
(Alfred Tennyson)

No Brasil o processo urbano de industrialização começou mais tarde do que na Europa. Enquanto que os Estados Unidos da América e praticamente todas as potências européias entraram no século XX com suas indústrias consolidadas, o Brasil só intensificou este processo entre 1910 e 1920. Neste contexto a indústria de alimentação foi a que mais cresceu, atingindo até 40% dos estabelecimentos brasileiros. Gêneros alimentícios antes só importados, como farinha e banha, já eram produzidos no país. A nação brasileira deixou de ser apenas palco dos grandes latifúndios cafeeiros e passou a se dedicar também ao setor industrial.

Isto não significa que a economia brasileira tenha deixado de ser a cafeeira para passar à industrial. Mesmo com as constantes crises sofridas pelos cafeicultores, estes detinham o poder político do país. Desta forma, havia um protecionismo muito grande em relação ao produto e a industrialização era posta em segundo plano, vivendo das sobras do café. Mesmo assim, esta se desenvolveu e passou a ser um dos meios econômicos mais importantes do país.

Para Dowbor (1982), o Brasil se especializou na indústria ligeira, com produções voltadas ao consumo popular, de qualidade inferior com relação aos produtos produzidos nos EUA, Inglaterra e França devido ao atraso técnico da indústria brasileira. Desta forma a produção brasileira era destinada às camadas mais pobres da sociedade uma vez que os mais ricos continuavam a importar os seus produtos. Partindo do ponto de que os próprios operários seriam os consumidores e que estes eram mal remunerados, conclui-se que a industrialização brasileira apresentava problemas devido à falta de capital. Somente a partir da década de 1920, com a introdução de capital norte-americano, o mercado brasileiro passou a produzir produtos voltados à classe abastada nacional.

Durante o período da Primeira Guerra Mundial houve uma mudança no processo industrial brasileiro. Devido às dificuldades de importação as indústrias se obrigaram a produzir produtos antes só importados, caracterizando-se como indústria de substituição.

Com relação a este período há algumas discussões sobre o crescimento ou não da industrialização no Brasil. Sodré (1990), por exemplo, afirma que as dificuldades de importação criadas pela Primeira Guerra Mundial, aliadas à queda do preço do café, transformaram alguns cafeicultores em banqueiros ou industriais. Segundo o autor, desde o surgimento das primeiras fábricas, o período da Guerra foi o que apresentou maior emprego de capital neste setor. Apesar de afirmar que este sistema praticamente não apresentava nenhum progresso técnico expressivo e não disputava mercados, acredita que ele possibilitou o crescimento da economia industrial brasileira.

De outro lado, Dowbor (1982) afirma que a industrialização no Brasil progredia sucessivamente já antes da Primeira Guerra Mundial.

É evidente que no período de crise as importações ficam perturbadas e a queda de importações de bens de capital é bastante natural. No entanto, o fato é que os grandes esforços de importação destes bens situam-se em

1911-13, 1925-29, 1937-38, 1943-44, ou seja, de um modo geral fora dos períodos de crise. (DOWBOR, 1982, p. 129).

O fato é que o industrialismo gerou o operariado e com este nasceram as péssimas condições de trabalho e de moradia, os baixos salários, os sindicatos e as greves. A grande maioria da mão-de-obra operária era formada por imigrantes que vieram para o país para substituir os escravos utilizados principalmente nas fazendas de café. Mas devido às péssimas condições de trabalho e de remuneração encontrados, estes imigrantes abandonaram as fazendas e dirigiram-se às cidades mais próximas, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo a escravidão tendo sido abolida no Brasil, a mentalidade dos oligarcas continuava ligada à servidão. Desta forma uma parte das primeiras experiências trabalhistas com mão-de-obra livre foi frustrada, uma vez que os patrões acreditavam que seus empregados poderiam sobreviver da mesma forma a que eram submetidos os escravos negros. Com isso esses trabalhadores abandonavam as fazendas e se dirigiam às cidades, onde os que iam trabalhar nas indústrias não encontravam melhores condições de vida e trabalho.

Mulheres e crianças eram a linha de frente da maioria das fábricas. Não existiam leis trabalhistas, pensões, aposentadorias, férias, nem seguros contra acidentes. A greve era encarada como crime e caso para a polícia. Os salários eram tão baixos que de forma alguma supriam as necessidades básicas de uma família, obrigando todos a trabalhar. Segundo Hahner (1993, p. 225), "o salário diário de um trabalhador adulto não era suficiente para comprar um quilo de arroz, feijão, banha de porco, açúcar e café." Em casos de doenças, multas ou dispensa do trabalho de algum membro da família, fazia-se necessário diminuir as já parcas despesas e isso geralmente acarretava a redução do consumo alimentício e no aumento da carga de trabalho dos demais trabalhadores da família. A união de uma jornada de trabalho mais longa com a diminuição da alimentação geralmente implicava no aparecimento de doenças.

Membros femininos das famílias sofriam mais. As donas de casa privavam-se de comida para alimentar os filhos e os maridos. As trabalhadoras das fábricas e oficinas que viviam nos subúrbios do Rio de Janeiro que se levantavam cedo para percorrer longas distâncias de bonde ou trem para seus locais de trabalho tinham como desjejum uma xícara de café e uma côdea [casca] de pão. (HAHNER, 1993, p. 225-226).

As condições de moradia não ficavam atrás. Com a impossibilidade dos trabalhadores de comprar um imóvel ou pagar os altos aluguéis, cortiços e favelas proliferaram pelos centros industriais. Ali, famílias inteiras se amontoavam em uma pequena peça, vivendo com muito menos que o mínimo necessário. Em alguns casos, até 200 pessoas partilhavam de um mesmo banheiro. Sistemas de esgoto e água praticamente inexistiam, o que contribuía para a proliferação de doenças entre os habitantes, tornando o índice de mortalidade neste meio bem maior que em qualquer outro. (HAHNER, 1993).

Segundo queixas dos próprios trabalhadores, os capatazes muitas vezes agiam de forma arbitrária e até brutal, imputando aos operários humilhações, xingamentos e demissões por capricho. As crianças comumente eram espancadas e as mulheres sofriam exploração sexual. "As mulheres trabalhadoras queixavam-se das piadas, insultos e maus-tratos que elas recebiam quando não tinham amantes e, por isso mesmo, protetores presentes. Se protestavam não recebiam nenhum desagravo e eram despedidas." (HAHNER, 1993, p. 209-211).

A partir de 1912 a economia brasileira entrou em declínio, criando um grande aumento do custo de vida, agravado ainda mais com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914. O bloqueio que a Tríplice Aliança – aliança entre Alemanha, Áustria-Hungria e Itália – fazia aos navios britânicos impossibilitava que estes comprassem o café brasileiro. Além disso, os preços internacionais do produto caíram, o que fez com que os salários baixassem e os preços subissem vertiginosamente, agravando ainda mais as já parcas condições de vida do trabalhador brasileiro.

Neste contexto começaram a surgir movimentos operários, formados principalmente por imigrantes europeus adeptos de ideais anarquistas. Estes pregavam a organização sindical de todas as categorias para que os operários, juntos, pudessem melhor negociar com os patrões. Opunham-se ao Estado, à Igreja e à propriedade privada e se diferenciavam dos movimentos socialistas ou comunistas por contrariarem qualquer atuação política partidária. Estas ligas operárias transformaram-se em sindicatos que, mesmo não reconhecidos, começaram a promover congressos, jornais e peças teatrais onde se debatiam os problemas da classe operária brasileira. (DOWBOR, 1982).

Após uma série de pequenas paralisações, no ano de 1917 eclodiu no país uma greve geral, da qual participaram em torno de 45 mil trabalhadores. Começando

por São Paulo, a paralisação sucessivamente foi atingindo várias metrópoles brasileiras, alcançando maior vulto em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. A Polícia foi acionada e por diversas vezes entrou em confronto com os grevistas. Mesmo o movimento tendo sido fortemente reprimido, greves por melhores salários e garantias trabalhistas proliferaram a partir deste momento no país. E nesta luta também houve a participação feminina, apesar de muitas vezes a luta da mulher operária ser diminuída ou preterida dentro dos movimentos operários. (DOWBOR, 1982).

A classe operária, apesar de na sua maioria se constituir de mulheres, tinha seus movimentos liderados por homens. Estes movimentos, apesar de difundirem um discurso de igualdade para a operária, simplesmente reproduziram a exigência burguesa de que a mulher deveria se dedicar à maternidade e ao lar. Para Rago (1997), isso se deu porque a classe trabalhadora masculina se sentia ameaçada pela entrada da mulher no mercado de trabalho. A concorrência que esta oferecia era difícil de ser superada, pois os industriais preferiam empregar mulheres e crianças devido aos baixos salários a eles pagos. Assim, muitos foram os chefes-de-família que perderam seus empregos para suas esposas e seus filhos. Isto os colocava em uma situação de inferioridade perante as mulheres, pois de mantenedores da família, podiam passar a dependentes.

No início do século XX as mulheres não apenas labutavam nas fábricas, mas também em trabalhos manuais como "costureiras, bordadeiras, lojas de fazer broches, chapéus e luvas. Elas trabalhavam em lojas de consertos e lavanderias." (HAHNER, 1993, p. 202). Na maioria dos casos cumpriam uma jornada de 16 horas diárias e, por vezes, eram forçadas a trabalhar aos domingos. Havia também aquelas que produziam em casa. Neste caso a jornada podia até ultrapassar 18 horas diárias. Havia ainda aquelas que se prostituíam ocasionalmente para vencer a miséria.

A prostituição nunca aparece entre as categorias ocupacionais nos censos brasileiros, mas pode-se imaginar quantas das costureiras enumeradas também a adotaram. Algumas costureiras, particularmente as francesas, ganharam renome como prostitutas de luxo, ou *cocotes*. Os níveis mais altos da prostituição e não os mais baixos, constituíam uma atraente alternativa aos suados trabalhos para algumas mulheres. (HAHNER, 1993, p. 203).

Mas o setor que mais empregava a classe feminina era o doméstico. Neste tipo de emprego as mulheres geralmente trabalhavam em troca de um salário, que

muitas vezes era simbólico, e de casa e comida. Tinham pouca liberdade, vivendo sob estreita supervisão de seus patrões, trabalhando todos os dias da semana em jornadas extremamente cansativas. (HAHNER, 1993).

Alguns empregos eram destinados aos homens e outros às mulheres. Os trabalhos ocupados pela mão-de-obra feminina exigiam menos habilidade, o que implicava em salários mais baixos. Entretanto, mesmo quando as mulheres executavam as mesmas tarefas que os homens, recebiam menos. (HAHNER, 1993).

No imaginário da maior parte da classe operária masculina, a mulher era frágil e desamparada. (RAGO, 1997, p. 66). Mas esta mesma mulher frágil também era vista como a grande responsável pelo continuísmo da sociedade, visto sua capacidade de parir. Desta forma, seu papel de reprodutora era tido como uma missão sagrada. Mas a valorização feminina parava na maternidade e no cuidado com o lar. Cabia aos homens defendê-la e cuidar dos seus direitos, já que em se tratando de política, ela era entendida como não tendo consciência e sendo menos combativa.

De modo geral, o discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como "sexo frágil" física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-la contra os donjuans das fábricas e conscientizá-la da importância de sua organização política. Nesse sentido, o movimento operário, mesmo o anarquista, atribuiu-se o direito de liderança sobre as mulheres, seja devido à sua "débil constituição física", seja devido à falta de combatividade que caracteriza a "natureza feminina". (RAGO, 1997, p. 67).

Assim, a relação da mulher com os movimentos trabalhistas também tornou-se paternalista. A ela não foi permitida a liderança, a não ser no espaço doméstico, e sempre um patamar abaixo do homem da casa, fosse pai, marido ou irmão.

Os jornais operários construíram duas imagens femininas diferentes. Ao mesmo tempo que mostravam a mulher submissa, que precisava de alguém para cuidar e lutar por ela, a retratavam como alguém capaz de ir às ruas enfrentar a polícia e o olhar da sociedade. (RAGO, 1997).

Para Rago (1997), a pequena participação feminina nos movimentos operários foi vista como falta de consciência, mas foi provavelmente seu papel secundário no movimento que não lhe chamava mais a atenção para este.

Muitos líderes sindicais defendiam a permanência da mulher no âmbito doméstico. Entretanto, reconheciam que as necessidades econômicas forçavam a categoria feminina a entrar no mercado de trabalho e se sujeitar à exploração ali

vigente. Por outro lado acusavam a classe feminina por se deixar explorar e ainda a acusavam de uma concorrência desleal com os homens. Para acabar com esta exploração reivindicavam a estipulação de salários mínimos e horas máximas de trabalho para as mulheres. Mas não reivindicavam salários iguais aos dos homens. (HAHNER, 1993).

Segundo Hahner (1993), tanto os sindicatos anarquistas quanto os socialistas pediam igualdade de direitos para as mulheres, reivindicando, inclusive, equidade salarial, política e judiciária. As trabalhadoras que adotavam as doutrinas anarquistas e socialistas, reivindicavam constantemente a participação ativa das demais trabalhadoras. Por outro lado, Rago (1997) afirma que não havia unanimidade de opinião entre os anarquistas acerca da emancipação feminina.

Para Hahner (1993) se as trabalhadoras tivessem direito a salários iguais, isto as colocaria em desvantagem na hora de procurar empregos, pois se os patrões tivessem que pagar o mesmo para homens e mulheres, passariam a preterir a mão-de-obra feminina.

O jurista católico Augusto Olympio Viveiros de Castro acusava os sindicatos de "hipocrisia masculina" quando defendiam salários iguais para as mulheres, afirmando que isto era só uma manobra para deixar as mulheres, com seus salários mais baixos, fora do mercado de trabalho, pois, se os patrões fossem obrigados a garantir às mulheres salários iguais aos dos homens, eles empregariam apenas os homens. Claro que eles preferiam que as mulheres permanecessem em casa como esposas e mães. (HAHNER, 1993, p. 258).

Ainda segundo Hahner (1993), as mulheres não eram rejeitadas nos sindicatos, pois muitos as aceitavam; entretanto, seus papéis eram secundários, quase nunca de liderança.

A despeito disso, as trabalhadoras brasileiras em alguns momentos participaram ativamente de movimentos sindicais. Em 1963, por exemplo, 415 delegadas tomaram parte do congresso organizado pelo Pacto de Unidade Intersindical, movimento intersindical de caráter nacional. Em 1979 aconteceram dois encontros da Mulher Metalúrgica e, em 1990, realizou-se o Primeiro seminário nacional das trabalhadoras rurais. (FREI BETO, 2007). Essas e outras ações, sejam de caráter feminista, ou não, deram voz às mulheres e fizeram ecoar suas reivindicações em relação ao mundo do trabalho.

Essa participação da mulher no processo de desenvolvimento da industrialização, então, talvez tenha contribuído não só para mudar as

representações acerca da classe patronal e da trabalhadora masculina acerca dos direitos de igualdade de trabalho entre homens e mulheres. Mas as representações das próprias mulheres acerca de seu papel não só no mundo do trabalho, mas em relação ao seu papel de provedora ou co-provedora de sua família.

No decorrer do século XX e, especialmente, nas últimas décadas desse, a mulher foi ampliando seu papel dentro da sociedade. Seja por necessidade econômica ou por satisfação pessoal, a categoria feminina foi cada vez mais se inserindo no mercado de trabalho, assumindo seu papel no processo de produção.

Mas e as atribuições domésticas? E o cuidado com os filhos? Quem passou a assumi-las? Na verdade continuaram, na maioria dos casos, como atribuição das mulheres. E a conexão entre esses papéis, ou seja, a forma que as mulheres relacionam a maternidade, o cuidado com as tarefas domésticas e as atribuições do trabalho fora de casa, é o que será analisado no capítulo a seguir, através de pesquisa empírica que pretende examinar as representações que as mulheres contemporâneas têm acerca de seus papéis na sociedade, assim como observar de que forma a sociedade percebe esse novo papel da mulher.

CAPÍTULO 3

MULHER, TRABALHO E FAMÍLIA: UM ESTUDO NA REALIDADE DE PONTA GROSSA

Uma vez procedida discussão sobre os conceitos de feminismo, gênero, identidades e representações sociais, seguida da contextualização histórica da participação da classe feminina na sociedade brasileira, neste capítulo será apresentado, então, o resultado da pesquisa empírica com os 18 sujeitos entrevistados, através de cinco categorias, a saber: *perspectivas da educação da mulher frente aos desafios de seu papel no mundo e significado para a família do seu trabalho fora de casa, ótica frente à maternidade e a responsabilidade da mulher, responsabilidade da mulher frente aos filhos, trabalho feminino x relações conjugais, e maternidade e trabalho: enfrentando um desafio*

Para Minayo (1998, p. 94), as categorias podem ser classificadas como analíticas e empíricas. Neste estudo, para a análise dos dados, usa-se a segunda denominação, pois, embora a discussão teórica preliminar sobre o tema tenha fundamentado as questões que nortearam a pesquisa, as categorias que orientaram a análise dos resultados foram confirmadas a partir das entrevistas com os 18 sujeitos, ou seja, "a partir do trabalho de campo".

Antes dos resultados propriamente ditos, são feitas algumas considerações sobre o universo da pesquisa e a metodologia que orientou o estudo.

3.1. UNIVERSO DA PESQUISA E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS SUJEITOS

Pode-se afirmar que a partir do processo de reconstrução de identidades, pelo qual a sociedade contemporânea vem passando, a mulher tem ocupado novos espaços dentro do contexto social. A "rainha do lar" saiu do ambiente essencialmente privado e passou a ocupar também a esfera pública. Mas não deixou de ser mãe, esposa e dona-de-casa e nem deixaram de existir suas obrigações como tal.

A relação mãe-esposa-dona-de-casa e profissional tem sobrecarregado a mulher com um acúmulo de funções e responsabilidades, principalmente porque à

mulher via de regra é atribuída a totalidade dos afazeres domésticos que, por vezes, são desvalorizados e não reconhecidos como trabalho.

Trabalhar fora de casa pode não representar para todas as mulheres um processo de independência, pois, juntamente com a autonomia que uma remuneração é capaz de dar, pode vir também um sentimento de culpa por "abandonar" a casa e os filhos. Mesmo assim algumas mulheres procuram formar uma identidade relacionada ao trabalho fora de casa.

Tentando entender de que forma mães que trabalham fora percebem a relação entre a maternidade e sua profissão e, ainda, como tal situação é vista também por pessoas próximas a elas, desenvolveu-se a pesquisa que embasa esta dissertação, amparada na temática trabalho e maternidade, onde procurou-se entender as novas identidades e as representações femininas contemporâneas.

O estudo foi desenvolvido na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, com três categorias de sujeitos: mães que, inseridas no mercado de trabalho, trabalham fora do lar, companheiros/maridos dessas mães e mulheres que ajudam no cuidado de seus filhos. Foram pesquisadas seis mães, com idade entre 28 e 37 anos, de profissões diversas e rendas individuais entre R\$ 500,00 e R\$ 850,00. Essas rendas, somadas às dos companheiros, totalizam rendas familiares entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.000,00. As mães participantes da pesquisa possuem filhos na faixa de 1 a 12 anos, têm ensino médio completo e residem em Ponta Grossa. Este é o principal grupo desta pesquisa e, através das entrevistas com essas seis mães, pretende-se contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as identidades femininas contemporâneas.

A escolha dessas seis mulheres se deu através de um primeiro contato com uma mãe profissional que, mesmo não se constituindo em sujeito desse estudo, por ter uma relação de amizade com a pesquisadora, indicou outra mãe (Marina) que trabalha fora. Esta indicou a irmã, que também não se constituiu em informante devido à relação de parentesco, mas indicou uma colega de trabalho (Lígia). Esta indicou uma amiga (Carolina), que também indicou uma amiga (Luíza), que por sua vez indicou a cunhada, que também não se constituiu em sujeito da pesquisa, mas que indicou duas amigas (Dinorá e Amélia).

As mulheres selecionadas se enquadram nos critérios adotados pela pesquisadora para seleção dos sujeitos: idade entre 25 e 40 anos, casadas oficialmente ou morando com companheiro, em Ponta Grossa, filho ou filhos com

idade entre 4 meses e 12 anos, renda entre R\$ 500,00 e R\$ 850,00 e escolaridade de ensino médio completo.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2005, no Brasil as mulheres com ensino médio completo aumentaram sua participação no mercado de trabalho formal em 10,40% em relação a 2004. Tomando como referência o corte por gênero e grau de instrução, entre a classe feminina este foi o segmento que mais cresceu. Quanto à idade, segundo Bruschini e Lombardi (2002), a partir da década de 1980 as mulheres mais velhas, casadas e mães passaram a predominar no mercado de trabalho. Em 1998, 66% das mulheres com idade entre 30 e 39 anos e 63% das de 40 a 49 anos estavam no mercado de trabalho. A maternidade também é marcante nesta faixa de idade. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2002), em 2001, 82,8% das mulheres entre 25 e 49 anos eram mães.

Mas a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho não lhe deu igualdade de direitos em relação aos homens. A classe trabalhadora feminina continua ganhando menos que a masculina. 71,3% das mulheres que trabalham recebem até dois salários mínimos, enquanto nessa faixa salarial o percentual de homens é de 55,1 %. As diferenças continuam também nos níveis salariais maiores: 9,2% das trabalhadoras ganham até cinco salários mínimos, contra 15,5% dos homens. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002).

Em vista disso, conclui-se que grande parte das trabalhadoras brasileiras tem um ganho mensal que não lhe permite arcar com empregada doméstica, babá ou escola infantil para os filhos. Para poder trabalhar, a mulher tem de conseguir vaga nas creches ou deixar o filho com algum parente que se disponha a ajudá-la. Essa relação entre casa, maternidade e mercado de trabalho é o que se propõe aqui analisar, tanto do prisma das mulheres, representadas pelas seis entrevistadas, quanto do ponto de vista da sociedade, representada por seus maridos/companheiros e pelas seis mulheres que auxiliam as mães cuidando de seus filhos.

Assim, foram entrevistados os seis companheiros destas mães e seis mulheres que cuidam dos seus filhos no período em que elas trabalham fora, sujeitos sociais através dos quais pretende-se ampliar o conhecimento sobre as

representações sociais no tocante às relações entre trabalho feminino e maternidade.

Foi trabalhado, então, com três grupos de sujeitos, cada um constituído de seis entrevistados. O primeiro grupo (grupo A), constitui-se de mães que trabalham fora e que têm filhos que ainda necessitam da companhia de um adulto para cuidados diretos. Por não possuírem uma renda familiar que lhes permita pagar uma pessoa para cuidar do, ou dos filhos, para trabalhar fora estas mães necessitam da ajuda voluntária de pessoas amigas e/ou da família, para esse cuidado.

O segundo grupo (grupo B) é formado por seis mulheres que, por relação de parentesco, ajudam as mães do grupo A cuidando de seus filhos enquanto elas estão fora trabalhando. Por esse cuidado elas não recebem nenhum tipo de remuneração.

O terceiro grupo entrevistado (grupo C) constitui-se dos companheiros das mulheres do grupo A. Estes, sendo pais ou não dos filhos destas mulheres, também são responsáveis em prover a família e educar as crianças.

3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A concepção de metodologia utilizada nesta dissertação é a de Minayo (1993, p. 16), que a aborda de forma ampla. Para a autora, metodologia é mais do que "técnicas e instrumentos", mas também "a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência". Diz Minayo:

Entendemos por *metodologia* o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Dizia Lênin (1965) que "o método é a alma da teoria" (p. 148), distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. (Minayo, 1993, p. 16, destaque da autora).

No que se refere ao "caminho do pensamento", a pesquisa que embasa este trabalho orientou-se pela lógica dialética, tendo em vista que procurou analisar a realidade-objeto de estudo a partir de sua inserção num contexto maior, de sociedade, e enfrentando as contradições evidenciadas como componentes naturais dessa realidade.

A metodologia exige que o pesquisador use de técnicas, mas também entende que ele pode imprimir a essas técnicas um toque pessoal, através do que denomina de "o sopro divino do potencial criativo do investigador". (MINAYO, 1993, p. 16). Esse conceito de sopro divino ao qual Minayo faz referência pode ser entendido como a capacidade criativa do pesquisador. Mas é importante ressaltar que essa criatividade permitida não isenta o pesquisador de sua responsabilidade com a máxima objetividade possível em relação aos resultados obtidos através da pesquisa.

Quanto à natureza da pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa. Para Richardson (1989), método é o sistema ou a forma utilizada para descrever e explicar os objetos pesquisados. A respeito da natureza qualitativa e/ou quantitativa dos estudos, o autor afirma que essa natureza está intrinsecamente relacionada à forma como o problema de pesquisa será abordado. Assim, se o método adotado for o quantitativo, o que irá predominar, tanto na coleta dos dados quanto na sua análise, será a expressão através de números absolutos e percentuais. Já no método qualitativo não existe a preocupação estatística, mas sim a valorização do significado e do sentido que as questões, que os fenômenos, possuem para determinados grupos particulares e sujeitos individuais.

Segundo Baptista (1999, p. 34), "a abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa." Desta forma, a pesquisa quantitativa não deve se contrapor à qualitativa, mas elas devem complementar-se.

Dentro das Ciências Sociais, desde o século XIX, uma das discussões recorrentes era em relação ao método a ser utilizado para a coleta e análise dos dados. Por muito tempo acreditou-se que o método qualitativo induzia o pesquisador à subjetividade e que o quantitativo, então, poderia vir a ser a solução para este problema. Neste sentido, as ciências Exatas e Naturais tinham o *status* de verdadeiras, pois utilizavam técnicas de coleta e análise que não permitiam a subjetividade. (QUEIROZ, 1992).

Já no início do século XX as próprias ciências Exatas e Naturais perceberam que seus resultados de pesquisa já não podiam ser vistos como tão confiáveis ou como indiscutíveis. Então, não se tratava mais de uma discussão acerca de método ideal, mas sim do que se apresentasse como mais adequado à natureza de cada

objeto a ser estudado bem como da possibilidade de junção dos dois: qualitativo e quantitativo. (QUEIROZ, 1992).

Queiroz (1992) afirma que o uso tanto de um quanto de outro é válido, pois a "eficiência" da pesquisa depende muito mais da capacidade de apropriação crítica, por parte do pesquisador, das teorias científicas, do que do método em si; na verdade o fundamental é que o pesquisador tenha discutido/avaliado a lógica de pensamento subjacente ao método escolhido. A autora chama a atenção, contudo, para o fato de que conhecer e aceitar determinados recursos teórico-metodológicos não significa que o cientista os esteja enxergando como indiscutível caminho para o alcance de verdades absolutas, mas sim como recursos para garantia do máximo de objetividade possível em relação ao objeto de estudo, no momento histórico e no contexto em que o mesmo está sendo investigado.

Voltando ao método quantitativo, Richardson (1989) afirma que este é amplamente utilizado nas pesquisas descritivas, que investigam o "o que é", o "quanto" e não especificamente "o por que". Entretanto, desses estudos descritivos podem surgir novos estudos que tentam buscar a causa ou as influências dos fenômenos anteriormente analisados. Entende-se que é neste momento que a pesquisa deixa de ser apenas quantitativa e passa a ser, também, qualitativa.

Nesta pesquisa, predominou o método qualitativo, pois nas entrevistas trabalhou-se essencialmente com questões abertas. Mesmo o pesquisador tendo partido de perguntas pré-definidas, todos os entrevistados tinham liberdade de responder abertamente cada questão. Em nenhuma delas se estabeleceu a escolha de respostas pré-definidas. O método quantitativo limitou-se apenas à quantificação dos entrevistados e à classificação destes em determinadas categorias de respostas, como base para a análise qualitativa das mesmas.

Para Baptista (1999, p. 35), as pesquisas que utilizam o método qualitativo caracterizam-se por dedicar-se à "análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações". Os sujeitos estão inseridos dentro de um contexto social amplo e é neste espaço que vivenciam e fortalecem suas relações, seus significados. Estes fenômenos devem ser compreendidos, então, dentro de uma determinada conjuntura. Nesse sentido, este trabalho procurou, através das entrevistas com os 18 sujeitos selecionados, entender a inter-relação que existe entre a maternidade, as necessidades econômicas dentro de um contexto capitalista, o anseio da classe feminina de tornar-se independente e os resquícios do paternalismo que ainda estão

vigentes em nossa sociedade. A junção desses significados sociais, aliados à subjetividade de cada entrevistado, revelou um conjunto de identidades e de representações sociais.

Quanto ao recurso instrumental escolhido para coleta de dados, o uso da entrevista justifica-se pelo fato de tratar-se de um estudo que pretende entender a forma como as mães trabalhadoras se vêem dentro da sociedade e de que forma esta as vê. Para Richardson (1989), quando o pesquisador pretende um contato mais direto com os sujeitos pesquisados, a entrevista é uma técnica bastante eficaz, pois não só permite a interação face a face, como um processo de comunicação bilateral.

As entrevistas foram todas feitas em separado, começando sempre pelas entrevistadas do grupo A. O primeiro contato sempre foi com essas mulheres. Elas, ao aceitarem participar da pesquisa, já se propunham a conversar com seus companheiros e suas colaboradoras. Em um segundo momento os sujeitos dos grupos B e C foram procurados para lhes explicar os motivos da entrevista. Em nenhum caso houve recusa por parte destes. Então, agendava-se a entrevista com a mãe e nesse mesmo momento agendava-se a entrevista com o companheiro dela e com a ajudante dessa mãe. Em todos os casos foi adotada a seguinte ordem de entrevista: mãe do grupo A, seguida da entrevista com seu companheiro e, na sequência, da pessoa que a ajuda cuidando de seus filhos. Assim, constituíram-se seis blocos de entrevistas, cada um com três sujeitos entrevistados.

Para cada categoria de sujeitos foi elaborado um roteiro de entrevista. Como as mães do grupo A são os principais sujeitos da pesquisa, o roteiro elaborado (apêndice A) para estas serviu de base para os roteiros dos grupos B e C (apêndices B e C). As questões elaboradas para os três grupos são voltadas à relação da maternidade e do trabalho, tanto na visão das próprias mães que trabalham fora, quanto de seus companheiros e das mulheres que colaboram com estas mães cuidando de seus filhos. E a forma como essas questões foram submetidas aos entrevistados, através dos três roteiros, caracteriza o que Triviños (1987, p.146) denomina de entrevista semi-estruturada:

[...] em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu

pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Nos três roteiros utilizados na pesquisa, embora tenham sido montados com perguntas entendidas pelo pesquisador como significativas para estudo da temática, o entrevistado não precisou condicionar "seu" posicionamento a um elenco de respostas oferecidas pelo pesquisador e conseqüentemente pensadas com base em determinantes e conseqüências aventadas por este. Cada sujeito entrevistado pode expressar-se livremente. A conversação guiada por questões eleitas pelo entrevistador, mas deixando liberdade para o entrevistado trabalhar cada questão a partir do significado que ela apresente para ele, é diferente, sem dúvida, de submeter o entrevistado ao encaixe em alternativas de respostas previamente definidas pelo entrevistador.

E ainda quanto às questões submetidas aos entrevistados, é importante lembrar mais uma sábia observação de Trivínos (1987, p. 146):

É útil esclarecer, para evitar qualquer erro, que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

Além disso, em alguns momentos foi acrescentada uma pergunta que não estava no roteiro, com a intenção de esclarecer a resposta dada por um ou outro entrevistado. Para Thompson (1992), alguns informantes são menos comunicativos que outros e, para esses, muitas vezes coloca-se a necessidade de se inserir uma pergunta mais específica que conduza a maiores esclarecimentos. Diz Thompson (1992, p. 259-260):

E os informantes variam desde os mais falantes, que precisam de poucas perguntas apenas para dar o rumo ou, vez por outra, uma pergunta muito específica para esclarecer algum ponto que esteja obscuro; até os relativamente lacônicos que, mediante estímulo, perguntas bastante abertas e sugestões suplementares, podem revelar lembranças muito mais ricas do que parecia de saída.

Todas as entrevistas foram feitas na casa do entrevistado. Pretendeu-se, com isso, deixar cada um dos sujeitos informantes bastante à vontade. Além disso, como a relação maternidade, trabalho, lar estava em debate, fazer as entrevistas em

um dos ambientes discutidos pode ter estimulado os informantes a se manifestar sobre esta relação. Para Thompson (1992, p. 265), "[...] onde deve ser feita a entrevista? Deve ser um lugar onde o informante se sinta à vontade."

Procurou-se entrevistar cada sujeito, principalmente os do grupo A (mães que trabalham fora) e B (companheiros das mães que trabalham fora), em separado. Como a grande maioria das mulheres do grupo C (mulheres que ajudam as mães que trabalham fora cuidando dos filhos destas) moram em casas distintas dos sujeitos dos grupos A e B,¹² não houve necessidade de pedir a entrevista em separado. Mas com relação aos dois primeiros grupos foi solicitada a possibilidade de a entrevistadora ficar a sós com o informante e em nenhum caso houve recusa. Teve-se este cuidado porque algumas perguntas formuladas poderiam não ser respondidas francamente no caso da presença do(a) companheiro(a). Este é o caso, por exemplo, da questão onde se pergunta se a entrevistada já sofreu questionamentos por ficar pouco tempo com os filhos (questão 2.5, vide apêndice A). Também quando se questiona se o marido ou companheiro gosta do fato dela trabalhar fora (questão 3.1, apêndice A), se ela recebe a ajuda do marido ou companheiro com as tarefas domésticas (questão, 3.2, apêndice A) e se ela sofre cobranças em relação às tarefas domésticas (questão 3.3, apêndice A).

Já no caso do companheiro, acredita-se que poderia ficar inibido em responder sinceramente frente à companheira quando lhe foi perguntado se concordaria que ela trocasse a convivência com os filhos por uma renda melhor (questão 9, anexo B); se gostaria que a companheira tivesse parado de trabalhar após o casamento (questão 13, apêndice B) e se acredita que o fato da companheira trabalhar fora prejudica o cumprimento de suas funções domésticas (questão 15, apêndice B). Nesse sentido, diz Thompson (1992, p 265): "Quase sempre, o melhor é ficar sozinho com o informante. A completa privacidade proporcionará uma atmosfera de [...] confiança em que a franqueza se torna muito mais possível."

Quanto à identificação dos entrevistados, não se exigiu em momento algum que esta ocorresse. Em nenhuma entrevista foi perguntado o nome por extenso do informante, mas sim que se identificasse com suas iniciais. Na análise das falas, cada entrevistado é apresentado com um nome fictício.

¹² Em apenas um caso os três entrevistados de um mesmo bloco moram todos na mesma casa.

Todas as entrevistas foram gravadas e, logo em seguida, transcritas integralmente. Cada entrevistado pode revisar esta transcrição. Apenas sete quiseram fazê-lo, e nenhum deles pediu para fazer modificações ou acréscimos ao que fora transcrito. Neste momento pediu-se a cada um dos entrevistados que assinasse uma autorização (apêndice D) para uso dos depoimentos¹³. Também nesse caso não houve recusas por parte de nenhum dos 18 informantes.

Após a transcrição das entrevistas e a autorização dos entrevistados, passou-se, então, à análise do conteúdo das falas dos sujeitos, análise essa que foi realizada a partir de cinco categorias que representam pontos axiais das respostas. Segundo Gomes (1993, p. 70), "*categoria*, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si." As categorias, ainda segundo Gomes (1993), são utilizadas em pesquisas qualitativas para organizar os dados obtidos em torno de elementos comuns, agrupando-os.

As categorias que fundamentam a análise apresentada neste capítulo têm sua base primeira nas questões feitas aos 18 sujeitos entrevistados, questões essas embasadas na revisão de literatura a respeito da temática; essas categorias foram reforçadas/complementadas pelas respostas obtidas daqueles sujeitos. Gomes (1993, p.70) observa que as categorias "podem ser estabelecidas antes do trabalho de campo, na fase exploratória da pesquisa, ou a partir da coleta de dados."

Assim, partindo de uma categoria mais geral - concepções da relação entre trabalho e maternidade – foram elaboradas as questões a serem submetidas aos sujeitos pesquisados, questões essas embasadas em categorias teóricas mais específicas. E, a partir da relação entre as questões orientadoras das entrevistas e as respostas obtidas, foram definidas as categorias de análise das falas dos sujeitos, que, conforme já registrado no início deste capítulo, são: *perspectivas da educação da mulher frente aos desafios de seu papel no mundo e significado para a família do seu trabalho fora de casa, ótica frente à maternidade e a responsabilidade da mulher, responsabilidade da mulher frente aos filhos, trabalho feminino x relações conjugais, e maternidade e trabalho: enfrentando um desafio.*

¹³ No momento que as entrevistas foram marcadas, cada entrevistado foi alertado acerca da necessidade de assinar uma autorização após a transcrição e revisão das entrevistas. Nessa autorização consta o nome e não o pseudônimo de cada um dos entrevistados, mas também a garantia de que sua identidade não seria revelada por esta pesquisadora.

3.3 TRABALHO E MATERNIDADE: DESAFIOS PARA MULHERES PONTA-GROSSEENSES NA REALIDADE CONTEMPORÂNEA

Que vida louca levamos nós, mães modernas, mães do século XXI, mães de filhos únicos, ou de muitos filhos que se tornam únicos pelo pouco tempo que conseguimos ter para cada um...
Que vida louca temos nós, que acordamos ao raiar do dia e saímos para o trabalho delegando a outras, que em casa deixam seus filhos também, que sejam as mães que nossos pequenos não têm ... [...].
Que vida corrida temos nós, cheia de horários marcados com momentos de ser mulher, mãe, amiga, esposa, profissional, namorada... somos muitas e às vezes não conseguimos ser tudo...
Vivemos uma rotina que rotina mesmo quase não tem [...].
Sabemos apenas que vivemos assim.... [...].

(Juliana Nunis)

Este tópico apresenta a apreciação das falas dos 18 sujeitos entrevistados, dividida em cinco categorias onde, em cada uma delas, são analisadas as falas de todos os 18 informantes. As análises foram divididas em blocos de três sujeitos, sempre seguindo a seguinte seqüência: mãe profissional, mulher que a ajuda cuidando de seus filhos e marido da mãe que trabalha fora. Em todas as categorias a primeira fala analisada é a de Lúgia, seguida pela fala de sua sogra Madalena e a de seu marido Antônio (bloco 1). Em seguida vêm as informações de Luíza, de sua mãe Dulce e de seu marido Carlos (bloco 2). Na seqüência tem-se os dados da entrevista de Carolina, seguida de sua filha Pilar e de seu marido Francisco (bloco 3). Em um quarto momento vêm as falas de Amélia, de sua mãe Fátima e de seu esposo Mário (bloco 4). Na continuidade vêm as informações de Marina, de sua mãe Rita e de seu companheiro Dorival (bloco 5). E, por fim, são apresentadas as falas de Dinorá, de sua sogra Tereza e de seu marido Ivan (bloco 6).

No início de todas as entrevistas foram colhidos alguns dados que, acredita-se, são importantes para se conhecer cada um dos entrevistados. Construiu-se um quadro para cada um dos blocos de sujeitos informantes. Na primeira coluna encontram-se dados da mãe que trabalha fora. Na segunda coluna os dados das mulheres que ajudam estas mães cuidando de seus filhos e na terceira coluna os dados dos maridos das mães que trabalham fora.

	LÍGIA (mãe)	MADALENA (cuida da filha de Lígia)	ANTÔNIO (marido de Lígia)
Idade	29 anos	63 anos	30 anos
Profissão	Costureira	-----	Caminhoneiro
Renda (R\$)	R\$ 700,00	-----	Entre R\$ 800,00 e R\$ 2.000,00
Renda familiar	R\$ 2.000,00	R\$ 1.500,00	Variável: Máximo R\$ 2.700,00
Jornada de Trabalho	48 horas semanais [40 (2ª a 6ª feira) + 8 horas (sábados)]	-----	±70 horas semanais
Nº Filhos, Sexo, Idade	01 Filha (10 anos)	1 Filho (30 anos) 2 Filhas (38, 39 anos)	01 Filha (10 anos)
Grau de Instrução	Ensino Médio	Fundamental I incompleto	Fundamental II incompleto
Tempo de casada	10 anos	40 anos	10 anos
Tipo de relação com a Mãe	-----	Sogra	-----

-----: dado não necessário em relação à categoria.

QUADRO 1 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 1

	LUIZA (mãe)	DULCE (cuida da filha de Luíza)	CARLOS (marido de Luíza)
Idade	37 anos	64 anos	38 anos
Profissão	Atendente de Escritório	-----	Vigilante
Renda (R\$)	R\$ 800,00	-----	R\$ 1.000,00
Renda familiar	R\$ 1.800,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.800,00
Jornada de Trabalho	44 horas semanais [40 (2ª a 6ª feira) + 4 horas (sábados)]	-----	± 48 horas semanais (12 horas seguidas e 24 horas de folga)
Nº Filhos, Sexo, Idade	01 Filha (10 anos) (do 1º casamento) 01 Filho (01 ano) (do 2º casamento)	1 Filho (30 anos) 2 Filhas (39-37 anos)	01 Filha (10 anos) (enteada) 01 Filho (01 ano)
Grau de Instrução	Ensino Médio	Fundamental I incompleto	Fundamental II incompleto
Tempo de casada	2 anos (viúva do 1º casamento)	41 anos	2 anos
Tipo de relação com a Mãe	-----	Mãe	-----

-----: dado não necessário em relação à categoria.

QUADRO 2 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 2

Idade	CAROLINA (mãe)	PILAR (cuida da filha de Carolina)	FRANCISCO (marido de Carolina)
Profissão	Diarista	-----	Encanador
Renda (R\$)	R\$ 600,00	-----	R\$ 700,00
Renda familiar	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
Jornada de Trabalho	40 a 50 horas semanais (2ª a 6ª feira)	-----	48 horas semanais
Nº Filhos, Sexo, Idade	2 filhas (16 e 2 anos)	1 filho (2 meses)	2 filhas (16 e 2 anos)
Grau de Instrução	Ensino Médio	Cursando Ensino Médio	Ensino Médio
Tempo de casada	17 anos	Solteira	17 anos
Tipo de relação com a Mãe	-----	Filha	-----

-----: dado não necessário em relação à categoria.

QUADRO 3 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 3

	AMÉLIA (mãe)	FÁTIMA (cuida da filha de Luíza)	MÁRIO (marido de Luíza)
Idade	28 anos	56 anos	32 anos
Profissão	Caixa	-----	Repositor de depósito
Renda (R\$)	R\$ 850,00	-----	R\$ 930,00
Renda familiar	R\$ 1.780,00	R\$ 1.120,00	R\$ 1.780,00
Jornada de Trabalho	56 horas semanais (2ª a 2ª feira) Folgando um dia por semana (banco de horas)*	-----	56 horas semanais (2ª a 2ª feira) Folgando um dia por semana (banco de horas)*
Nº Filhos, Sexo, Idade	02 filhos (7 e 2 anos)	2 filhos (33 e 30 anos) 1 filha (28 anos)	02 filhos (7 e 2 anos)
Grau de Instrução	Ensino Médio	Fundamental I	Fundamental II incompleto
Tempo de casada	8 anos	35 anos	8 anos
Tipo de relação com a Mãe	-----	Mãe	-----

-----: dado não necessário em relação à categoria.

QUADRO 4 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 4

* A mãe e o companheiro trabalham no mesmo local. Banco de horas: estabelece-se uma troca de horas excedentes trabalhadas por horas de folga.

	MARINA (mãe)	RITA (cuida da filha de Luíza)	DORIVAL (marido de Luíza)
Idade	31 anos	64 anos	38 anos
Profissão	Operadora de caixa	-----	Comerciário
Renda (R\$)	R\$ 500,00	-----	R\$ 700,00
Renda familiar	R\$ 1.200,00	R\$ 900,00	R\$ 1.200,00
Jornada de Trabalho	50 horas e 40 minutos semanais (2ª a 2ª feira) Folgando um domingo por mês	-----	48 horas semanais (2ª a sábado)
Nº Filhos, Sexo, Idade	01 filha (7 anos)	3 filhos (40, 37 e 31 anos) 3 filhas (35, 31 e 23 anos)	01 filha (16 anos), 01 filho (14 anos) do 1º casamento 01 filha (7 anos) do 2ºcasamento
Grau de Instrução	Ensino Médio	Sem instrução escolar, mas sabe ler e escrever	Ensino Médio
Tempo de casada	10 anos	Primeiro casamento: 14 anos Segundo casamento: 21 anos (viúva)	7 anos
Tipo de relação com a Mãe	-----	Mãe	-----

-----: dado não necessário em relação à categoria.

QUADRO 5 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 5

	DINORÁ (mãe)	TEREZA (cuida da filha de Luíza)	IVAN (marido de Luíza)
Idade	32 anos	59 anos	29 anos
Profissão	Manicure e pedicure	-----	Instrutor de ginástica
Renda (R\$)	Variável Máximo de R\$ 800,00	-----	R\$ 800,00
Renda familiar	Variável Máximo de R\$ 1.600,00	R\$ 1.100,00	Variável Máximo de R\$ 1.600,00
Jornada de Trabalho	± 50 horas semanais de 3 ^a a sábado)	-----	48 horas semanais (2 ^a a sábado)
Nº Filhos, Sexo, Idade	01 filho (12 anos) 01 filha (5 anos)	1 filho (29 anos) 2 filhas (32 e 36 anos)	01 enteado (12 anos) 01 filha (5 anos)
Grau de Instrução	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio
Tempo de casada	8 anos (casamento atual)	39 anos	8 anos
Tipo de relação com a Mãe	-----	Sogra	-----

-----: dado não necessário em relação à categoria.

QUADRO 6 – Dados dos entrevistados que compõem o bloco 6

3.3.1 Perspectivas da educação da mulher frente aos desafios de seu papel no mundo e significado para a família do seu trabalho fora de casa

Nem sempre a mulher recebeu como eixo norteador de sua educação a preparação para o mercado de trabalho. Geralmente as moças eram educadas para o casamento. O trabalho fora de casa era aceito para as solteiras, mas, ao se casar, deveriam abandonar seus empregos para se dedicarem à casa/ao lar, ao marido e aos filhos. (BASSANEZI, 2004).

Isso não significa que ao longo da história muitas mulheres não tenham trabalhado fora de casa. Várias foram as mulheres pobres que ajudaram a sustentar a casa porque o marido não ganhava o suficiente para fazê-lo. Porém, isso fugia do modelo familiar ideal, mais apregoado pela classe burguesa, mas que era tomado como exemplo de família modelar, onde cabia ao homem sustentar a casa e à mulher as atribuições domésticas.

Entretanto, nas três últimas décadas do século XX, principalmente na década de 90, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou consideravelmente. Outra mudança é que muitas mulheres ao se casarem não abandonaram seus empregos. Assim, mulheres casadas, mais velhas e, muitas vezes mães, passaram a fazer parte da classe feminina que trabalhava fora de casa. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002). E isso sem dúvida deve ter exercido influência sobre a forma de educação das filhas pelas famílias.

As seis mães aqui analisadas são casadas e trabalham fora de casa. Mas apenas duas afirmam que foram educadas essencialmente para o mercado de trabalho. Por outro lado, só uma delas diz ter sido educada apenas para o matrimônio, ao passo que as outras três declaram que sua educação foi voltada tanto para o mercado de trabalho quanto para o matrimônio. Já das seis mulheres que as ajudam cuidando de seus filhos enquanto elas estão fora trabalhando, apenas uma (Pilar, 16 anos) informa que está sendo educada para o mercado de trabalho, enquanto as demais afirmam que tiveram sua educação centrada somente no matrimônio.

Perspectivas da Educação	MÃES QUE TRABALHAM FORA DE CASA	MULHERES QUE AJUDAM AS MÃES CUIDANDO DE SEUS FILHOS
Educação para o mercado de trabalho	02 (29 e 31 anos)	01 (16 anos)
Educação para o matrimônio	01 (35 anos)	05 (56, 59, 63, 64, 64 anos)
Educação para o mercado de trabalho e para o matrimônio	03 (28, 32, 37 anos)	00

QUADRO 7 - Perspectivas da educação para as mães que trabalham fora de casa e para as mulheres que ajudam as mães cuidando de seus filhos enquanto elas estão fora trabalhando

O que se percebe analisando o quadro acima é que a idade das mães que trabalham fora de casa e que afirmam terem sido educadas para ou também para o mercado de trabalho está entre os 28 e os 37 anos. São mulheres que nasceram na década de 70 e início da de 80. Ou seja, nasceram e foram educadas em um momento onde a inserção e manutenção da mulher no mercado de trabalho estava aumentando.

Por outro lado, a relação com o matrimônio ainda é muito forte, uma vez que apenas uma das mães entrevistadas afirmou não ter sido educada para o casamento.

Nesse sentido, acredita-se que as representações sociais de que a mulher e o homem devem se casar e constituir família, para que a perpetuação da espécie humana se mantenha, pode ser o que influencia, mesmo que inconscientemente, as famílias a ainda educarem os jovens para o matrimônio.

Já as mulheres que ajudam as mães cuidando de seus filhos, fora o caso de Pilar, 16 anos, são de uma geração que nasceu nas décadas de 40 e início da década de 50. Essas mulheres casaram e constituíram família na segunda metade da década de 60 e início da de 70, período em que podem ser percebidas algumas mudanças na relação da mulher com o mercado de trabalho. Mas sua adolescência e juventude deram-se nas décadas de 50 e 60, momento em que a educação da mulher ainda estava muito centrada no matrimônio. De acordo com Bassanezi

(2004), nas décadas de 50 e 60 os homens é que eram os responsáveis pelo sustento da família. A mulher ideal era pura, doce e resignada. Mantinha-se ocupada com a casa, os filhos e o marido.

Assim, nesta categoria são analisadas as falas das seis mães entrevistadas para avaliar de que forma elas relacionam sua educação familiar com o fato de trabalharem fora de casa. Em seguida, fez-se também uma apreciação das respostas dadas pelas mulheres que as auxiliam cuidando de seus filhos enquanto essas estão fora trabalhando. Essas mulheres têm uma relação de parentesco com as mães que constituem os sujeitos centrais deste estudo: são mãe, sogra ou filha destas mães. A intenção é entender a opinião destas cuidadoras em relação ao fato de sua filha, nora ou mãe deixar os filhos para ir trabalhar fora, uma vez que a maioria destas ajudantes foram educadas essencialmente para o matrimônio e a grande parte delas faz parte de uma geração diferente da mulher de cujo(s) filho(s) elas cuidam para a mãe trabalhar fora. Em seguida foram examinadas as falas dos companheiros das mães que trabalham fora. Entende-se que essas falas também são importantes, pois esses companheiros são pessoas de referência na família, ou seja, são os principais responsáveis pelo seu sustento. Mas como não têm uma renda suficiente para a manutenção da família, recebem a ajuda financeira das esposas, através do trabalho fora de casa, para o que elas se vêem obrigadas a deixar os filhos aos cuidados de outra pessoa.

3.3.1.1 Educação para o mercado de trabalho

Quanto às duas mulheres que dizem ter tido em sua educação como foco principal o mercado de trabalho, uma delas, Lígia, entende que tal preocupação deriva do fato de ter sido abandonada pelos pais e criada pela avó, viúva, que demonstrava preocupação com seu futuro no mundo: *"Minha avó sempre dizia que como eu não tinha ninguém mais por mim, tinha que trabalhar para me sustentar"*. E essa preocupação da avó com o futuro da neta revela um olhar especial para a singularidade da situação de Lígia, porque a educação para o trabalho não fez parte de sua história de vida: *"Ela nunca trabalhou fora"* e, contraditoriamente, *"não gosta das duas noras porque elas trabalham fora"*. Ela

ainda refere que seu falecido avô dizia "*que a mulher tinha que cuidar dos filhos*" e que "*casa largada era a morada do capeta.*"

No que diz respeito ao contexto de sua família, sendo criada pela avó, conviveu também com dois tios que pensam diferente do pai, o avô de Lígia, porque eles "*deixam as mulheres trabalharem fora*" (grifo da pesquisadora). Interessante observar que a expressão "deixam" pode estar sendo indicadora de uma representação que grande parte da sociedade ainda tem sobre o trabalho feminino fora de casa, ou seja, que ele precisa da aprovação do homem.

Essa representação é remanescente do Código Civil de 1916, que perdurou oficialmente até 2002. Apesar de estabelecer que a manutenção da família fosse de responsabilidade tanto do homem quanto da mulher, segundo Maluf e Mott (1998, p. 375-376), "uma perversão jurídica, no entanto, perpetuava a submissão da esposa ao marido: o direito da mulher casada ao trabalho iria depender da autorização dele ou, em certos casos, do arbítrio do juiz".

Quanto à aceitação ou não de sua família em relação ao fato de Lígia trabalhar fora, ela acredita que, apesar da avó a ter criado com a preocupação de prepará-la para o mercado de trabalho, não gosta muito do fato dela trabalhar fora: "*Minha avó não fala nada para mim, mas acho que não acha muito certo eu trabalhar. Mas às vezes me ajuda com a Kátia (filha de Lígia) quando minha sogra não pode ficar com ela. Meus tios não falam nada, mas concordam, pois as mulheres deles trabalham fora.*"

Quem cuida da filha de Lígia enquanto ela está trabalhando fora é sua sogra, Madalena. Com 63 anos e casada há 40 anos, Madalena afirma ter sido educada apenas para o matrimônio, sendo que sua mãe nunca trabalhou fora e nem seu pai concordaria com isso. No entanto, antes do casamento Madalena trabalhou fora de casa como doméstica, mas afirma que não pensava em continuar depois do matrimônio: "*Nem pensar em continuar trabalhando.*"

Interessante perceber que Madalena casou-se na década de 1960. Segundo Bassanezi (2004), ainda neste período os papéis femininos estavam voltados para a casa, o marido e os filhos. Não era incomum as solteiras trabalharem, mas a partir do momento que se casassem, deveriam abandonar o emprego e dedicar-se às ocupações domésticas.

Madalena afirma que, sob o prisma de hoje, gostaria de ter trabalhado fora, principalmente por causa da independência que isto gera: *"Hoje, com a idade que tenho não estaria mais trabalhando. Mas se eu pudesse voltar atrás, eu teria trabalhado em vez de ficar só em casa. [...] Porque vejo pelas minhas filhas que trabalhar fora dá uma independência a elas que eu nunca tive"*. Quando perguntada se esta independência era apenas financeira, ela responde que *"Sim, financeira. Mas em outras coisas também. Elas podem ajudar a tomar decisões, coisa que eu nunca fiz"*. E complementa afirmando que acredita que não era por causa do marido que ela não participava das decisões: *"Ah, talvez ele até permitisse, mas eu não me sentia no direito, entende?"*

Para Bourdieu (1999), quando os dominados pensam de acordo com as estruturas de dominação, acabam reconhecendo e se submetendo a essa relação de dominação. Entretanto, isso não significa que não possam de alguma forma resistir contra esse domínio. Todo processo de dominação passa pelo reconhecimento social e isso significa que o indivíduo dominado tem consciência da sua condição de oprimido. Então, este indivíduo poderia libertar-se? Diz Bourdieu (1999, p. 51):

Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações).

Assim, conforme Bourdieu (1999), não é somente através da consciência da dominação que o indivíduo pode libertar-se dela. Afirma que não se deve simplesmente acreditar que os dominados são os maiores responsáveis pelo seu próprio processo de dominação. Há que se considerar que a sociedade está estruturada dentro de um poder simbólico alicerçado por mecanismos de reconhecimento e de percepções que instituem as relações sociais de poder. Nas palavras de Bourdieu (1999, p. 52-53, grifo do autor),

Assim se percebe que essa construção prática, longe de ser um ato intelectual consciente, livre, deliberado de um "sujeito" isolado, é, ela própria, resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar, etc) que o tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas do poder.

Percebe-se na fala de Madalena que ela teve um contexto familiar voltado essencialmente para o matrimônio e isto a influenciou bastante. Mas com o passar do tempo, talvez percebendo as mudanças nas identidades femininas, especialmente através de suas duas filhas, tenha enxergado no trabalho fora de casa uma possibilidade de independência: *"Minhas duas filhas trabalham fora desde antes do casamento"*.

Antônio, filho de Madalena e marido de Lígia, é caminhoneiro e fica até 20 dias longe da família. Por causa disso, afirma que gostaria que sua esposa pudesse ficar só em casa com a filha deles: *"[...] eu preferia que ela não trabalhasse. Mas sei que não dá, minha renda é muito instável; então, ela precisa continuar trabalhando"*. A fala de Antônio é reafirmada pela de Lígia quando diz que *"ele faz questão que eu trabalhe. Quando o caminhão não dá nada, sou eu que mantenho a casa"*.

O que se percebe na fala de Antônio é que, provavelmente, o que o leva a aceitar o fato de Lígia trabalhar fora é sua instabilidade econômica. Mas, ainda assim, diz que não aceitaria que a esposa ficasse longe de casa por muito tempo por causa do trabalho, mesmo que isso lhes proporcionasse tranquilidade econômica: *"Não, e a Kátia (10 anos, filha de Lígia e Antônio) também não aceitaria. Ela já cobra da mãe mais atenção e olha que ela (Lígia) está em casa todas as noites. [...] A Kátia depende muito mais da Lígia do que de mim"*.

Marina, em resposta até certo ponto contraditória, também diz ter sido educada para o mercado de trabalho, embora, segundo ela, sua *"mãe sempre cobrava que [...] arrumasse um namorado e casasse com ele"*. Essa aparente contradição se reforça quando a entrevistada diz que sua mãe *"trabalhou por algum tempo, enquanto estava separada do 'meu' pai; depois casou de novo e parou de trabalhar"*. Ainda sobre a aceitação do trabalho da sua mãe pelo marido, diz Marina: *"Não sei do meu pai, pois saiu de casa eu era pequena. [...] meu padrasto acho que concordava. Mas acho que ela não queria, preferia ficar em casa com a gente"*. Em relação a duas irmãs que possui, ela informa: *"Uma tem três filhos e a outra um. Nenhuma delas trabalha fora"*.

Quanto à concordância de sua família, especialmente pais e irmãos, com o fato de ela trabalhar fora, Marina responde que sua mãe não aceita, mas seus irmãos vêm isso com naturalidade: *"Minha mãe acha que eu deveria ficar em casa e meus três irmãos acham bem normal eu trabalhar"*.

Rita, mãe de Marina, 64 anos, é quem cuida da filha de Marina enquanto esta está fora trabalhando. Assim como Madalena, teve sua educação toda voltada para o casamento.

Rita afirma que o primeiro marido, com quem teve 5 filhos, entre eles Marina, *"não ajudou nem a sustentar os filhos"*. Mas quando lhe foi perguntado se, neste caso, trabalhou ou pensou em trabalhar fora, sua resposta foi *"não, nunca pensei"*. Assegura que trabalhou fora por um pequeno período, enquanto estava separada do primeiro marido, para poder sustentar os filhos. Mas, assim que se casou novamente, voltou a trabalhar apenas em casa: *"Assim que casei do novo, parei de trabalhar"*. Além disso, afirma que se pudesse optar, hoje, não gostaria de estar trabalhando.

Analisando as falas de Marina e de Rita, pode-se afirmar que a fala de Marina, alegando que foi educada para o mercado de trabalho, é contrariada pela fala da mãe, Rita, que se mostra bastante inclinada a supervalorizar o papel feminino de esposa, mãe e dona-de-casa.

Dorival, marido de Marina, afirma que conviver com os filhos e trabalhar fora para suprir suas necessidades materiais têm a mesma importância, pois, *"considero que não é importante a quantidade de tempo que passo com meus filhos e sim a qualidade"*. Quando perguntado se concordaria que sua esposa se ausentasse bastante tempo de casa, mas se o fizesse por um salário que não permitisse mais existirem problemas financeiros na família, Dorival responde que *"sim, problemas financeiros são sempre piores que a relação com os filhos. Com dinheiro sobrando, sempre se dá um jeito em tudo"*. Entretanto, num aparente descompasso com o que disse antes, quando inquirido sobre se gostaria que Marina tivesse parado de trabalhar após o nascimento da filha deles, Dorival responde que *"sim"*.

Necessário alertar que esses dois depoimentos que à primeira vista se afiguram como contraditórios podem constituir expressões de uma mesma lógica de pensamento: Dorival preferiria que a esposa pudesse estar presente no dia-a-dia da

filha, acompanhando de perto o seu desenvolvimento; no entanto, entendendo as conseqüências negativas que problemas financeiros podem gerar para a família, em vários aspectos das relações entre seus membros, e a dificuldade de superar essas conseqüências, demonstra entender que a ausência da mãe no cotidiano da filha pode ser até certo ponto minimizada pela qualidade das relações nos momentos presenciais de convivência.

Quanto ao seu contexto familiar, Dorival afirma que sua mãe nunca trabalhou fora e que seu pai não concordaria com isso.

3.3.1.2 Educação para o matrimônio

Única a afirmar que foi educada apenas para o matrimônio, Carolina, por outro lado, diz que sua mãe sempre trabalhou fora de casa: "*Desde que me lembro minha mãe trabalhou de diarista, empregada doméstica ou babá*". Pela afirmação de Carolina, apesar da mãe ter trabalhado fora não educou as filhas para esta prática. Talvez porque tenha trabalhado apenas por necessidade econômica, pois Carolina declara que seu pai "*ganhava muito pouco*". Além disso, ela afirma que sua mãe não gostava do fato de Carolina ter de trabalhar fora depois de seu casamento: "*Logo que casei minha mãe achava ruim, dizia que eu devia ficar em casa cuidando da minha filha. Mas depois aceitou*". Apesar disso, segundo Carolina, contrariando a educação recebida, ela e a maioria de suas irmãs acabaram trabalhando fora de casa também: "*Tenho 6 irmãs. Três são mães e trabalham fora. [...]. Duas ainda são solteiras: uma trabalha fora e a outra só estuda. A outra é casada, mas ainda não tem filhos. Mas trabalha fora*". Provavelmente por causa disso, as irmãs de Carolina concordam com o fato dela trabalhar fora. Quanto aos demais membros da família: "*Meu pai acha normal e meu irmão nunca falou nada*".

Carolina tem duas filhas, uma de 16 e outra de 2 anos. Enquanto está fora trabalhando, sua filha mais velha, Pilar, fica tomando conta da casa e da irmã mais nova.

Pilar, que está cursando a segunda série do Ensino Médio, afirma estar sendo educada para o mercado de trabalho. Solteira, mas mãe de um menino de

dois meses, acredita que a mulher deve trabalhar depois do casamento: "*A não ser que case com alguém bem rico*". Talvez por causa da idade, Pilar se contradiz em algumas respostas. Quando inquirida, por exemplo, se acredita que a mulher nasceu para ser mãe antes de qualquer coisa, responde que "*não, acho que em primeiro lugar tem que vir a carreira e depois filhos*". Por outro lado, afirma que acha mais importante a mãe conviver com os filhos ao invés de trabalhar para suprir suas necessidades materiais. Apesar de ter respondido que gostaria de trabalhar após o casamento, também diz que preferia ficar com os filhos no lugar de ir trabalhar e que gostaria de estar trabalhando fora no momento, mas só "*porque preciso*".

O marido de Carolina, Francisco, não gosta do fato dela estar trabalhando fora de casa, mas concorda por causa de sua renda. Diz Carolina: "*ele queria que eu ficasse mais em casa, mas não dá, ele ganha pouco*". Isto é confirmado por Francisco quando lhe é indagado se ele acha mais importante conviver mais com os filhos ou trabalhar para suprir suas necessidades materiais: "*Viver mais com os filhos, só que isso, infelizmente, não é possível*". Pilar também afirma que seu pai não gosta que sua mãe trabalhe fora, mas que concorda por fatores financeiros. Quando lhe foi perguntado se seu pai concordava com o fato de Carolina trabalhar fora, Pilar responde que "*não, mas como não temos muita condição, ela tem que trabalhar*".

Francisco, possivelmente, não teve, em seu cotidiano familiar, a cultura de ser comum a mulher trabalhar fora de casa. Afirma, por exemplo, que lembra de sua mãe trabalhando fora por um pequeno espaço de tempo, mas que seu pai não concordava com isso. Também afirma ter três irmãs, casadas e mães, mas que somente uma trabalha fora.

3.3.1.3 Educação para o mercado de trabalho e para o matrimônio

Já Luíza afirma ter sido educada tanto para o mercado de trabalho quanto para o matrimônio. Por necessidade econômica, ela e sua irmã foram trabalhar fora ainda antes de se casar: "*Comecei a trabalhar bem cedo porque meu pai ganhava pouco. Então, eu e minha irmã fomos trabalhar ainda adolescentes para ajudar na casa. Mas sempre, principalmente minha mãe, dizia que a*

gente tinha que arrumar um marido bom, e este bom significava que ganhasse bem". Segundo Luíza, sua mãe nunca trabalhou fora porque seu marido (pai de Luíza) não concordava com isso: "Quando ela falava em trabalhar, ele dizia que não. Que tinha que ficar cuidando da gente".

Assim, percebe-se pela fala de Luíza que a concordância do pai pela sua inserção e de sua irmã no mercado de trabalho pode ter sido apenas por necessidade econômica. A partir do momento que o pai de Luíza não concordava que sua esposa trabalhasse fora, é porque provavelmente sua educação tenha sido no sentido de que a mulher deve dedicar-se ao lar e aos filhos. Além disso, o fato de sua mãe ressaltar a necessidade das filhas conseguirem um "*marido bom*" é também significativo nesse sentido.

A mãe de Luíza, Dulce, 64 anos, casada há 41 anos, teve uma educação voltada para o matrimônio e nunca trabalhou fora de casa. Ao ser inquirida se pensou alguma vez em trabalhar fora para ajudar no sustento da casa, respondeu que não: *"Na época a gente não pensava nisso. A gente casava para cuidar da casa, do marido e dos filhos, só para isso".* Mas por outro lado afirma que, sob o olhar de hoje, gostaria de ter trabalhado fora, mas que nunca o fez principalmente *"porque no começo, quando era nova, nem pensava nisso. Quando comecei a pensar já era mais velha. E meu marido nunca aceitou, ele falava que era homem suficiente para sustentar todos, que nunca deixou faltar nada, essas coisas! Sabe como são os homens, né, orgulhosos!"*

Dulce é casada há 41 anos, portanto, assim como Madalena, também casou-se na década de 1960, período em que ainda cabia essencialmente ao homem prover economicamente a casa. Caso a mulher trabalhasse fora, seu ganho deveria ser apenas um complemento ao rendimento do marido. (BASSANEZI, 2004). Segundo Maluf e Mott (1998), as atribuições da mulher eram, principalmente, a procriação e o cuidado com os filhos. Talvez por isso o marido de Dulce não permitisse que ela trabalhasse fora, estabelecendo que ficasse em casa cuidando dos filhos.

Mas para Dulce, quando necessário, a mulher deve trabalhar fora de casa, sim. E ainda afirma que não deixaria de aceitar um emprego por causa dos filhos, a não ser que tivesse que ficar muito tempo longe deles: *"Só se fosse muito tempo mesmo, aí não aceitaria. Senão, aceitaria sim".*

O que se percebe na fala de Dulce (mãe de Luíza) é que, mesmo tendo recebido uma educação voltada essencialmente para o matrimônio, ela, provavelmente acompanhando as transformações sociais, passou a ver o trabalho fora de casa como uma necessidade para a mulher, contrariando as convicções do marido. Isto é enfatizado pela fala de Luíza, quando lhe é perguntado o que seus pais pensam do fato dela trabalhar fora: "*Minha mãe acha bom, vive falando para eu não sair do emprego. Quando meu segundo filho nasceu, pensei em ficar em casa. Ela não deixou, disse que me ajudava, mas que era para eu continuar trabalhando.* Talvez Dulce perceba no trabalho fora de casa uma forma de independência para a classe feminina. Entretanto, ao enfatizar a importância das filhas casarem com alguém que, segundo palavras de Luíza, "*ganhasse bem*", demonstra que ainda enxerga no casamento uma possibilidade de segurança para a mulher. Já quanto ao pai de Luíza, "*ele não fala nada. Mas uma vez disse assim: coitadas dessas crianças, vivem abandonadas*".¹⁴

Carlos, marido de Luíza, diz que gostaria que a esposa não trabalhasse fora para estar mais presente ao cotidiano dos filhos, "*principalmente o menor*". Isso é validado também pela fala de Luíza quando lhe é perguntado se seu marido gosta do fato de ela trabalhar fora: "*Não gosta muito, ele gostaria que eu ficasse em casa, principalmente porque nosso filho ainda é muito novinho. Mas ele entende que não dá para eu parar*".

Carlos também afirma que acredita ser importante conviver mais com os filhos ao invés de trabalhar fora, apesar de achar que seja necessário suprir suas necessidades materiais mínimas. Também declara que não concordaria se Luíza tivesse que ficar muito tempo longe dos filhos por causa do emprego.

Carlos teve em seu contexto familiar uma mãe que nunca trabalhou fora de casa e um pai que não concordava que ela trabalhasse. Mas afirma que das quatro irmãs que tem, todas são mães e todas trabalham fora de casa.

Amélia também acredita ter sido educada para o matrimônio e, ao mesmo tempo, para o mercado de trabalho. Mas sua resposta não é conclusiva: "*Eu acho que para os dois*". Quando lhe é perguntado se seus pais enfatizavam mais a importância de se casar ou se preparar para o mercado de trabalho, Amélia

¹⁴ Nesse momento Luíza ri bastante.

responde que *"eles não falavam nada, que eu me lembre. Meu pai achava importante eu e meus irmãos estudarmos, dizia que não queria filho burro como ele. Cobrava que meus dois irmãos arrumassem emprego, mas de mim não"*. O que se nota nas respostas de Amélia é que esta pode acreditar que foi educada também para o mercado de trabalho pelo simples fato de seus pais não ressaltarem essencialmente a importância da preparação para o matrimônio. Mas, principalmente pela forma de pensar da mãe de Amélia, pode-se afirmar que há uma ênfase maior para o matrimônio. Isso pode ser percebido na fala da própria Amélia quando lhe é perguntado se sua mãe havia alguma vez trabalhado fora e se seu pai concordava com isso: *"Não, nunca trabalhou fora. [...]. Não sei, acho que não se importava, mas ela é que não queria. Ao ser inquirida sobre o porquê desta crença, Amélia responde que é "porque ela sempre criticava uma irmã dela que trabalhava fora. Dizia que as crianças dela (da tia de Amélia) eram malcriadas porque a minha tia nunca estava com eles, não tinha tempo para educar"*.

Fátima, mãe de Amélia, é quem cuida de seus filhos enquanto ela está trabalhando fora. Algumas de suas respostas acabam corroborando a tese de Amélia. Quando lhe é perguntado se acha mais importante que a mãe conviva mais com os filhos ou trabalhe fora para suprir suas necessidades materiais, Fátima responde de forma enfática que a mãe deve *"conviver mais com os filhos"*. Também afirma que nunca pensou em trabalhar fora de casa porque não queria deixar seus filhos para outra pessoa cuidar: *"E quem ia cuidar dos meus filhos? Deixar com os outros? De jeito nenhum!"* Para Amélia, a mãe é uma das pessoas que mais a questiona por trabalhar fora. Ao ser perguntada se alguém criticava o fato dela conviver pouco com os filhos por trabalhar fora, Amélia responde que a mãe sempre a censura: *"[...] Ela reclama principalmente porque trabalho até 10 horas da noite. Às vezes está frio ou chovendo quando eu vou pegá-los (os filhos de Amélia) na casa dela (da mãe de Amélia) e ela fica falando que isso é um absurdo, que não é vida para as crianças e nem para mim, essas coisas... Que eu devia arrumar outro emprego, onde não tivesse que*

trabalhar tanto ou poder ficar em casa com eles. Quando eles 'aprontam'¹⁵ alguma, ela fica falando que eles precisam de mim por perto. Que não é ela quem deve educar, não é obrigação dela, essas coisas..."

O marido de Amélia, Mário, foi criado em uma conjuntura familiar onde sua mãe nunca trabalhou fora e nem seu pai concordava com isso. Afirma ter 5 irmãs, sendo que 4 são mães e destas apenas uma trabalha fora de casa.

Quanto à relação trabalho e filhos, Mário acredita ser mais importante trabalhar do que conviver mais com os filhos. Ainda diz que concordaria se sua esposa arrumasse um emprego onde passasse a ganhar mais, mas, em contrapartida tivesse que ficar longe de seus dois filhos: *"Sim, se fosse para ela ganhar muito bem, sim, aceitaria"*. Amélia, por outro lado, quando perguntada se seu marido gostava do fato de ela trabalhar fora, responde que *"ele não fala contra, nem a favor. Nem tem como, é preciso, o que ele ganha não dá para sustentar dois filhos"*

Dinorá também afirma ter sido educada para o matrimônio e para o mercado de trabalho. Suas respostas dão a entender que esta educação para o mercado de trabalho se deu porque sua mãe sempre trabalhou fora e que seu pai concordava com isso: *"Minha mãe sempre trabalhou fora, desde solteira"*. Quanto a sua conjuntura familiar, Dinorá afirma que tem uma irmã que também é casada e mãe e trabalha fora: *"Tenho uma irmã, que tem dois filhos e ela trabalha fora desde menina"*.

Dinorá tem dois filhos, um menino de 12 anos, do primeiro casamento e uma menina de 5 anos, do casamento atual. Seu filho mora com sua mãe em outra cidade e visita Dinorá uma vez por mês. Isto porque Dinorá não tem com quem deixá-lo enquanto está trabalhando fora. Já sua filha é cuidada pela mãe de seu atual marido, Tereza, e fica longe de Dinorá de terça a sexta-feira à noite. Ainda assim ela afirma que não gostaria de parar de trabalhar.

A sogra de Dinorá, Tereza, 59 anos e casada há 39 anos, afirma ter sido educada essencialmente para o matrimônio. Além do marido de Dinorá, Tereza tem mais duas filhas, sendo que ambas são mães e nenhuma delas trabalha fora.

¹⁵ O verbo **aprontar** tem como sinônimos **pôr pronto**, **preparar**, **aparelhar**, etc. Em sua fala, Amélia o utilizou no sentido popular, com o significado de **fazer coisa errada**.

Tereza aparenta não concordar com o fato de a mulher trabalhar fora de casa. Afirma que nunca teve vontade de trabalhar fora e que a mulher vem ao mundo para ser mãe: "*A gente nasce com uma missão, e é ser mãe*". Ao ser inquirida se a mãe deve viver para os filhos, Tereza responde enfaticamente que "*sím*". Também afirma achar mais importante que a mãe conviva mais com os filhos do que trabalhe fora para suprir suas necessidades materiais.

O que se percebe nas falas de Dinorá e Tereza é que a primeira, não tendo sido educada só para o matrimônio, mas também para o mercado de trabalho, não vê nenhum problema em ficar longe dos filhos por causa disso. Essa educação também voltada para o trabalho fora de casa pode ser percebida na afirmação de Dinorá de que seus pais "*acham ótimo*" o fato de ela trabalhar fora.

Quando perguntada, por exemplo, se sentia culpa por não estar sempre presente ao cotidiano de seus filhos, responde que "*não, porque eu estou fazendo o melhor para eles*". Aqui cabe analisar em que perspectiva Dinorá está fazendo esta colocação. Ou seja, o que ela acredita ser melhor para os filhos, a companhia diária da mãe ou o conforto material? Pela sua fala acredita-se que ela pode enxergar na comodidade financeira a perspectiva de bem-estar para sua família. Esse pensamento pode ser entendido dentro da lógica de consumo da contemporaneidade. Especialmente a partir da segunda metade do século XX, a necessidade de consumir aumentou consideravelmente. Para Canclini (1999), as pessoas se identificam e reconhecem a outros através dos seus bens materiais. Assim, a distinção social é, muitas vezes, puramente econômica. Por outro lado, também pode-se entender que o ganho de Dinorá se faz necessário em casa e que, sem ele, não poderiam ser supridas as necessidades mínimas dos filhos.

Já Tereza, como foi visto, tem o pensamento voltado para o matrimônio e para a convivência com os filhos. Ao ser interrogada se acreditava ser mais difícil o cotidiano de uma mãe ou de uma profissional, responde que "*deve ser bem difícil ser mãe e profissional. Ainda mais quando tem de deixar os filhos de lado*".

Ivan, marido de Dinorá e filho de Tereza, afirma que acha mais importante a convivência com os filhos em vez do trabalho fora de casa: "*Acho mais importante conviver com os filhos. Só que sem trabalho não há futuro para eles. Então ...?!'*". Quando perguntado se gostaria que Dinorá parasse de trabalhar fora, ele responde que "*não [...]. É bom ela trabalhar, principalmente para os dois*"

(filhos). Dinorá também afirma que o marido gosta do fato dela trabalhar fora: "*Sím, gosta*". Por outro lado, Ivan afirma que não aceitaria se Dinorá tivesse que ficar muito tempo longe dos filhos, mesmo que ganhasse mais por causa disso.

O que se percebe na fala de Ivan é que, mesmo tendo sido criado em uma conjuntura familiar onde a mãe (Tereza) nunca trabalhou fora e nem seu pai aceitava que ela trabalhasse e, ainda, tendo duas irmãs, que são mães e que não trabalham fora, ele, contrariando esta conjuntura familiar, demonstra aceitação para o fato da mulher trabalhar fora de casa. Entretanto, o que se percebe é que sua preocupação é com a questão econômica, ou seja, concorda que Dinorá trabalhe fora porque isto ajuda a aumentar o orçamento familiar. Então, assim como Dinorá, pode perceber no fato dela trabalhar fora uma possibilidade de melhoria no orçamento da família.

3.3.2 Ótica frente à maternidade e a responsabilidade da mulher

Essa categoria analisa o olhar das mães entrevistadas acerca de seu papel frente à maternidade e sua relação com a responsabilidade de ajudar no sustento da família. Da mesma forma, faz-se uma análise das falas das mulheres que ajudam as mães cuidando de seus filhos enquanto estas trabalham fora e também da fala dos companheiros dessas mães.

Diz o ditado popular que "ser mãe é padecer no paraíso". Para muitas mulheres a experiência da maternidade é um presente, mas que vem acompanhado de um grande compromisso. Para Lígia, por exemplo, a maternidade é "*um eterno compromisso*". Mãe de uma menina de 10 anos, quando inquirida sobre o porquê desta afirmação, responde que "*acho que fui mãe muito cedo e tive que assumir muitas responsabilidades. Não sabia, mas minha vida era muito tranqüila antes de casar e ter filhos. Agora, penso o tempo inteiro no melhor para a Kátia (filha de Lígia). Quero que ela tenha tudo de possível. Acho que nunca vou deixar de pensar assim*". Mas quando é perguntado se Lígia acredita ter a mulher nascido para ser mãe antes de qualquer coisa, ela responde que "*sím*". Além disso, afirma que acredita que a mãe deve viver para os filhos: "*Antes de tudo vêm os filhos. Depois marido, casa e só depois a gente mesma*".

Analisando a fala de Lígia, percebe-se que esta acredita que a mãe deve se entregar à prática da maternagem. Ao se colocar em último plano em sua relação com filhos, marido e casa, demonstra que acredita que a mulher deve se dedicar integralmente às suas "obrigações" de mãe, esposa e dona-de-casa e, só depois, cuidar das suas necessidades pessoais. Talvez por causa disso, acabe percebendo na maternidade a característica de compromisso.

Segundo Badinter (1985), essa entrega que Lígia demonstra em relação à maternidade é uma construção cultural que começou no século XIX. Antes disso era comum as mães serem indiferentes aos filhos, entregando-os, inclusive, a amas-de-leite para serem criados. A partir do século XIX essa relação essencialmente biológica passou a ser gradualmente substituída por outra onde a mãe passou a representar uma figura zelosa e amorosa não só para com os filhos, mas também com a casa e o marido.

No entanto, em decorrência de sua situação real, embora não abdique de seus valores com relação à obrigação da mãe no tocante à criação e educação dos filhos, reconhece que também lhe cabe a responsabilidade de ajudar a sustentar a casa: *"Hoje está muito difícil, tem que trabalhar para ajudar o marido"*.

Madalena, sogra de Lígia e que a ajuda cuidando de sua filha, tem um filho (marido de Lígia) e duas filhas (casadas e mães). Acredita que a maternidade *"é símbolo de constituição familiar. Hoje, que meus pais estão mortos e alguns irmãos também e dos demais moro há muitos anos longe, se eu não tivesse os meus filhos e meus netos, eu não teria uma família. E sem família eu não existiria mais. É por ela que eu vivo"*. Também acredita que a mulher nasceu para ser mãe em primeiro lugar: *"A mulher se realiza sendo mãe. Pode trabalhar fora, ter suas coisas à parte, mas precisa ser mãe um dia, para formar uma família. Não precisa nem casar, mas tem de ser mãe uma hora"*. Também acredita que a mãe deve viver para os filhos e que é mais importante ela conviver com eles do que trabalhar para suprir suas necessidades materiais. Em contrapartida, afirma que *"hoje em dia está tão difícil só com o homem trabalhando. Então, trabalhar também é necessário. Mas tem de conviver mais com os filhos"*.

Antônio, marido de Lígia, por outro lado, acredita que tanto a maternidade quanto a paternidade *"significam ter uma obrigação"*. Também não acredita que

o homem e a mulher nasceram para ser pais acima de qualquer coisa: *"Eu sei que é através dos filhos que a humanidade continua existindo. Mas não acho que todos precisam ter filhos, já tem bastante gente por aí. Deve ter só quem tem condições de criar"*. Mas essas condições, para Antônio, são essencialmente econômicas: *"Sim, condições econômicas"*.

Quando perguntado o que pensa da expressão "os pais devem viver para os filhos", Antônio diz que não concorda com ela *"porque quando os filhos crescem, eles não vivem para os pais, têm sua vida própria"*. Pode-se perceber que Antônio não pensa da mesma forma que Lígia no tocante à entrega dos pais aos filhos. Mas os dois concordam que a maternidade e a paternidade são compromissos. Talvez isso ocorra porque Antônio e Lígia foram pais com 20 e 19 anos, respectivamente. Passaram, por causa disso, por grandes transformações em suas vidas. Lígia, por exemplo, afirma que ao engravidar de Kátia, *"só estudava"* (hoje sua escolaridade é de 2º grau). Mas por causa da gravidez acabou casando e tendo que assumir as responsabilidades que a nova condição exigia.

Para Marina, mãe de uma menina de 7 anos, a maternidade *"desde que programada é bonita e importante"*. Como resposta ao porquê desta afirmação, ela diz, entre risos: *"Porque a minha não foi programada. Eu engravidei e escondi isso da minha família por 4 meses. Minha filha nasceu com problemas por causa disso. Quando minha mãe soube, quase enfartou. Então, além dos problemas que a gravidez já estava me causando, o clima na minha casa não era dos melhores. Saí de casa e fui morar com o pai da minha filha por causa disso. Mas eu não queria casar só por causa dela, entende? Mas eu não me arrependo de ter tido ela, só me arrependo da forma que aconteceu"*.

Marina afirma que não acredita que a mulher nasceu para ser mãe antes de qualquer coisa: *"Tem outras coisas que a mulher pode ser, além de mãe, e ser feliz"*. Também diz que a mãe não deve viver exclusivamente para os filhos e, ao contrário de Lígia, pensa ser mais importante a mãe trabalhar fora de casa no lugar de passar mais tempo com os filhos: *"Trabalhar para suprir suas necessidades pois, sem dinheiro até a convivência fica difícil"*.

Rita, mãe de Marina e sua colaboradora no cuidado com sua filha, tem seis filhos e também vê na maternidade o ponto axial da sua vida: *"Para mim, pelo menos, a maternidade foi o centro da minha vida"*. Acredita que a mulher nasceu para ser mãe antes de qualquer coisa e que a mãe deve viver de forma irrestrita para os filhos, sempre dando maior prioridade à convivência com eles no lugar de trabalhar fora de casa.

Analisando a fala de Rita em relação à da filha, Marina, percebe-se que esta foi criada em um ambiente onde a maternidade foi bastante valorizada. Mas, ao contrário da mãe, não se entende no raciocínio de Marina a característica de entrega total da mãe aos filhos.

Dorival, companheiro de Marina, além da filha com ela, tem mais uma menina e um menino, de 16 e 13 anos, respectivamente, do primeiro casamento. Afirma que enxerga a paternidade e a maternidade como *"o ato de colocar alguém no mundo"*. Não acha que o homem e a mulher nasceram para ser pais acima de qualquer coisa e não concorda totalmente com a expressão *"os pais devem viver para os filhos"*: *"Só em parte concordo, porque não podemos deixar de pensar em nós mesmos"*. Entende-se, assim, que Dorival compactua do pensamento da companheira no tocante à relação pais e filhos.

Carolina, outra mãe entrevistada, tem duas meninas, sendo uma de 16 e a outra de 2 anos. Afirma que a maternidade *"é um presente maravilhoso, que ilumina a vida, que a deixa mais alegre. E que faz você querer viver mais para poder desfrutar desse ser e dar seu amor sempre mais"*. Em contrapartida, afirma que não acha que toda mulher nasceu para ser mãe antes de qualquer coisa: *"Tem umas que não são mães e devem ser felizes assim"*. Seguindo esta linha de raciocínio, diz que a mãe não deve viver somente em função dos filhos, *"deve tentar dar tudo de bom, mas não deve abrir mão de sua vida toda pelos filhos"*.

Já quanto à relação trabalho fora de casa e convivência diária com os filhos, Carolina diz que *"trabalhar é importante porque a gente pode dar mais conforto. Mas só trabalhar e não conviver com os filhos também não é bom, não faz bem para eles"*. Percebe-se que para Carolina o trabalho fora de casa representa principalmente uma possibilidade de melhoria financeira e não uma

realização pessoal. Talvez esta realização ela encontre na maternidade: *"É um presente maravilhoso!"*

Pilar é a filha mais velha de Carolina e é ela quem cuida da irmã mais nova, de 2 anos, enquanto Carolina está trabalhando fora. Pilar tem 16 anos, é solteira e mãe de um menino de 2 meses. Para ela a maternidade é o *"melhor presente que poderíamos ganhar na vida"*. Mas ainda assim não acredita que todas as mulheres devem ser mães e também acha que a carreira profissional é importante, que se deve pensar nela antes de ter filhos. Seguindo esta linha de raciocínio não pensa que a mãe deve viver em função dos filhos.

Francisco, marido de Carolina e pai de Pilar, pensa que a paternidade e a maternidade *"são a ordem e a origem da vida. Na minha opinião um grande presente de Deus, só que acompanhado de muita responsabilidade"*. Devido a esta questão da responsabilidade, não acha que todos os homens e mulheres nasceram para ser pais porque *"para gerar um filho tanto o homem quanto a mulher têm de estar preparados, em todos os sentidos. Muitos não deveriam ser pais"*.

Por acreditar que os pais são *"a referência para os filhos"*, Francisco concorda que, aqueles que optaram em ser pais, devem viver para eles. Também afirma que são os pais que devem *"mostrar o caminho, dando exemplos"*, referindo-se à questão da educação.

Apreende-se que o pensamento de Francisco e o de sua esposa, Carolina, são bastante semelhantes. Interessante, então, é perceber que a filha de ambos, Pilar, não compactua do pensamento dos pais. Para Pilar, ao contrário do que pensam seus pais, os filhos não devem vir incondicionalmente em primeiro lugar.

Para Luíza, mãe de uma menina de 10 anos e de um menino de 1 ano, a maternidade foi sua *"realização como mulher. [...] A melhor coisa que me aconteceu foi ser mãe. Não tem nada mais importante para mim do que meus filhos"*. Acredita que a mulher nasceu acima de tudo para ser mãe, entretanto, apesar de afirmar que vive em função dos filhos, não acredita que toda mulher deve pensar desta forma: *"Depende do instinto de cada mulher. No meu caso, sim. Eu vivo e viverei sempre para meus filhos"*.

Apesar de ter uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira e mais 4 horas nos sábados, Luíza afirma que acha mais importante conviver com os filhos do que trabalhar fora de casa. Mas por questões econômicas, prefere continuar trabalhando.

Percebe-se que, assim como Carolina, Luíza vê no trabalho apenas uma obrigação. Sua realização também pode estar na maternidade.

Dulce, mãe de Luíza, também afirma que se realizou na maternidade: "*A maternidade para mim foi a melhor coisa do mundo. Eu me realizei*". Acha que a mãe deve viver para os filhos, mas não acredita que a mulher nasceu para ser mãe em primeiro lugar.

Nota-se que o pensamento de mãe e filha é bastante semelhante, diferenciando-se apenas na questão de acreditar ou não que o papel social da mulher é a maternidade.

A paternidade e a maternidade são, para Carlos, marido de Luíza, um sonho e a continuidade da vida: "*A paternidade para mim foi a realização de um sonho. A maternidade para toda mulher deve ser um sonho também*". Por isso, acredita que todos os homens e mulheres nasceram para ser pais: "*Com certeza. É assim que a gente continua a vida*". Quanto à expressão "os pais devem viver para os filhos", diz que concorda apenas "*enquanto os filhos são pequenos e dependentes*". Com isso, Carlos, ao contrário de Luíza, não vê na ligação pais e filhos uma relação de entrega por toda a vida por parte dos pais.

Amélia também vê a maternidade como uma dádiva: "*A melhor coisa que poderia ter me acontecido*". Mãe de 2 meninos, um com 7 e o outro com 2 anos, acha que "*toda mulher só se realiza quando é mãe*" e que a mãe deve viver para os filhos: "*Em primeiro lugar vêm os filhos*". E, no entanto, e por causa disso, ou seja, apesar de acreditar ser importante conviver com os filhos, que não quer parar de trabalhar: "*Não adianta a gente ficar com eles o dia todo vendo eles precisarem das coisas. Trabalhar para melhorar a vida deles também é importante*". Percebe-se que Amélia também vê na maternidade a expressão de realização pessoal. E, assim como Carolina e Luíza, talvez continue trabalhando apenas por questões financeiras.

Para Fátima, mãe de Amélia, e de mais dois filhos, ser mãe é *"tudo, a maternidade é tudo"*. Entretanto, entre risos, afirma que nem todas as mulheres deveriam ser mães *"porque são pior que bicho, abandonam os filhos. Cada história que a gente fica sabendo! Ainda quando dão para a adoção, vá lá. Mas algumas abandonam para morrer, um pecado!"* Acredita que é muito importante a convivência da mãe com os filhos e que esta deve viver por eles: *"Eu vivi para os meus e agora vivo para os netos"*.

Nota-se que as falas de Amélia e Fátima praticamente não apresentam divergências. Mãe e filha demonstram basicamente a mesma linha de raciocínio no tocante à maternidade.

Mário, companheiro de Amélia, diz que a paternidade é *"a coisa mais importante do mundo"*. Afirma que nasceu para ser pai e não quer *"outra coisa na vida"*. Quanto à maternidade, acha que *"toda mulher quer ser mãe"*. Em contrapartida, afirma que *"nem todos nascem para isso (paternidade). Tem uns que não querem e é um direito deles"*. Já quanto à maternidade: *"Ih, tá cheio de mulher por aí que não deveria ser mãe, que não sabe cuidar do filho. Acho que tem que querer muito, senão, não deve ter filho"*. Percebe-se que Carlos acredita que os pais devem se dedicar aos filhos. Destaca que nem todos têm a obrigação de tê-los, mas *"se quis e teve filhos, tem que viver para eles"*.

Da mesma forma que Amélia, Mário enxerga na paternidade e na maternidade a realização do homem e da mulher. Discordam apenas no que diz respeito à necessidade de ser pai ou mãe. Amélia acredita que todos nasceram para isso e Mário acha que a pessoa deve estar preparada psicologicamente ou deve querer tanto ser pai, quanto ser mãe.

Dinorá afirma que a maternidade é *"uma coisa maravilhosa, sem igual"*. Mãe de um menino de 12, que mora com sua mãe em Telêmaco Borba, e de uma menina de 5 anos, que fica com sua sogra de terça-feira a sábado, acredita que nem todas as mulheres nasceram para ser mãe *"porque não querem ou não podem"*. Também não pensa que a mãe deve viver somente para os filhos: *"Enquanto eles são bebês, sim. Mas depois acho que devemos criá-los para serem independentes, para não sofrerem mais tarde"*.

Já Tereza, sogra de Dinorá, acredita que a principal "*missão*" da mulher é ser mãe. Acha que a maternidade é "*uma grande alegria*" e afirma enfaticamente que a mãe deve viver para os filhos.

Sogra e nora apenas concordam que a maternidade é algo bom para a mulher. Mas no tocante à necessidade de toda mulher ser mãe e no que diz respeito à convivência diária com os filhos, suas opiniões divergem. Dinorá mostra-se mais inclinada a dividir-se entre a maternidade e a profissão. Já Tereza revela seu lado "mãe acima de tudo".

Para Ivan, companheiro de Dinorá, a paternidade e a maternidade significam "*proteção, educação e amor*". Nessa linha de pensamento, acredita que tanto a mulher quanto o homem nasceram para ser pais: "*Acho que a vida não tem muito sentido se a gente não tiver para quem trabalhar e viver*". Quando perguntado se acredita que só os filhos proporcionam este sentido à vida, afirma que "*sím, para mim só os filhos dão sentido à vida da gente*". Conseqüentemente, para Ivan os pais devem viver irrestritamente pelos filhos: "*A nossa vida está em função deles. Trabalhamos para sustentá-los, educá-los e tudo mais que eles precisarem*".

A fala de Ivan em alguns pontos mostra-se em desacordo com a de sua esposa Dinorá, mas é coerente com a opinião de sua mãe, Tereza. Isso provavelmente ocorra porque no contexto familiar de Ivan predominou a imagem da mulher voltada prioritariamente para o lar e os filhos.

3.3.3 Responsabilidade da mulher frente aos filhos

Trabalhar fora de casa significa se ausentar por algumas horas do lar e, nesse tempo, se abster do cuidado com os filhos. Como até certa idade os filhos necessitam de cuidados maiores, e porque em nossa sociedade ainda se vê a mulher como a responsável por este cuidado e atenção, enquanto ela está fora alguém precisa substituí-la. Mas isso não a desobriga da responsabilidade frente à casa e às crianças.

Nessa categoria será analisada a forma como as mães entrevistadas percebem sua relação com os filhos e a ausência causada por sua saída diária para

trabalhar fora. Da mesma forma que nas categorias anteriores, serão examinadas também as falas dos sujeitos dos grupos B (maridos ou companheiros das mães entrevistadas) e C (mulheres que colaboram com as mães cuidando de seus filhos enquanto estas estão fora trabalhando), ambas entrecruzadas com os discursos das mães.

Lígia trabalha 40 horas por semana e costuma fazer hora extra aos sábados e feriados para aumentar o salário. Tem uma filha (Kátia) de 10 anos, que fica com a sogra enquanto está fora trabalhando. Seu marido é caminhoneiro e passa vários dias distante da família. Na concepção de Lígia, por ela e o marido ficarem muito tempo fora de casa, não conseguem educar a filha e, por vezes, têm problemas de indisciplina com ela: "*A Kátia é bem indisciplinada*". Também afirma que sofre cobranças por parte da menina: "*No final de semana se quero sair e deixar ela com a avó, ela grita e fica me cobrando que não fico com ela na semana. Se demoro à tarde para chegar, porque às vezes faço hora extra, ela me cobra. Ela sente muito a minha falta e a do pai*". Ainda assim Lígia afirma não sentir nenhuma culpa por não estar sempre presente ao cotidiano da filha: "*Estou fazendo o que acho melhor para ela. Um dia ela vai entender*".

Quanto ao dever da educação dos filhos, Lígia acredita que tanto pai quanto mãe têm a obrigação de educar. No tocante à sua filha diz que é ela quem mais educa: "*Como meu marido fica pouco em casa, sou eu quem mais educa. Mas quando ele está também chama a atenção dela e põe de castigo. Ela detesta, mas aceita*".

Madalena, sogra de Lígia, cuida de Kátia desde que ela nasceu. Assim como Lígia, acredita que a obrigação da educação dos filhos cabe ao pai e à mãe. Afirma que no processo educacional de seus três filhos sempre teve a participação de seu marido: "*Meu marido sempre ajudou a educar e educamos da mesma forma*".

Antônio, marido de Lígia, assim como ela não sente culpa por se ausentar vários dias de casa: "*Não sinto culpa. Já trabalhei na cidade e ganhei menos da metade que ganho agora. Mal conseguia dar para a Kátia o mínimo necessário. Agora, não. De vez em quando posso comprar algo melhor, posso oferecer uma geladeira mais farta, essas coisas...*"

Novamente em consonância com o pensamento de Lúgia, diz que a responsabilidade da educação dos filhos é do pai, assim como da mãe: *"A responsabilidade é de ambos. A criança tem que ver no pai e na mãe respeito, educação e o caminho do bem. Não adianta ter só um deles como modelo. Aí não dá certo"*.

Embora Antônio valorize o maior poder aquisitivo para suprir o que considera necessidades de uma casa, de uma família, mostra também valorizar o papel dos pais na formação moral (*caminho do bem*) e de constituírem, ambos, exemplo para os filhos na condução de suas vidas.

Marina, mãe de Renata, 7 anos, é operadora de caixa em uma farmácia, trabalha de segunda a segunda, 7 horas e 20 minutos por dia e folga uma vez por mês. Conta que sente culpa por não ficar mais tempo com a filha e que Renata sempre a questiona quando sai para trabalhar: *"Ela sempre me pergunta por que saio para trabalhar e quando vou estar de folga para passear com ela"*.

Além dos cuidados com a filha, Marina tem que cuidar, dois finais de semana por mês e em todos os feriados, dos dois filhos que o companheiro teve no primeiro casamento. Apesar de já serem adolescentes, 16 e 13 anos, Marina afirma que eles *"dão é muito trabalho"* e não ajudam com os afazeres domésticos. Também afirma que sofre vários questionamentos por parte dos enteados, do marido e de sua própria mãe (de Marina) por *"trabalhar tanto e ter pouco tempo para a casa e para a Renata"*.

Rita, mãe de Marina, cuida de Renata enquanto essa sai para trabalhar. É mãe de seis filhos, cinco do primeiro casamento e uma filha do segundo matrimônio. É viúva dos dois casamentos. Acredita que tanto pai quanto mãe devem educar os filhos. Entretanto, diz que nenhum dos seus maridos a ajudou na educação: *"Meu primeiro marido não ajudou nem a sustentar os filhos, quanto mais educar. O segundo também não ajudava na educação nem da mais nova, que era filha de sangue dele. Mas ele considerava todos filhos, só nunca chamava a atenção. Deixava tudo para mim"*.

Esse pensamento de Rita está em concordância com o de sua filha, Marina, que também acredita que o dever de educação dos filhos cabe tanto ao pai quanto à

mãe: *"O dever é de ambos. Meu marido é mais enérgico com a Renata e ela respeita mais ele do que a mim. Mas acho que pode ser pelo tempo a mais que ela passa comigo"*.

Dorival, companheiro de Marina, afirma que passa muito tempo longe de Renata. Além dela, tem mais dois filhos a quem precisa dar atenção: *"Fico bastante ausente, sei que poderia participar mais de suas vidas"*. Mesmo assim, diz que participa da educação de Renata: *"Aqui em casa somos um casal com responsabilidades em comum"*.

Nas falas de Marina e Dorival percebe-se que ambos gostariam de passar mais tempo com os filhos. Mas devido à sua condição financeira, preferem continuar trabalhando fora.

Com uma jornada de trabalho diária que varia entre 8 e 10 horas, de segunda a sexta-feira, a terceira mãe aqui analisada, Carolina, afirma que preferiria não estar trabalhando fora. Quando inquirida sobre o porquê dessa afirmação, diz que gostaria de estar mais presente ao dia-a-dia das filhas. Carolina é mãe de Pilar, 16 anos, e de Bruna, 2 anos. A filha mais velha engravidou com 15 anos e tem um menino de 2 meses. Carolina acredita que poderia ter evitado a gravidez se pudesse ter ficado em casa: *"Porque eu saía o dia todo e ela ia para a aula de manhã e eu não via a hora que voltava. Não tinha como controlar. E de tarde ela ficava sozinha, com a menor, que tinha um aninho. Como que ia me contar algo? Não sei não se o pai do neném dela não andou vindo até aqui em casa. Eu e meu marido só voltamos de noite"*.

Carolina diz que se sente culpada por não estar todo o tempo com as filhas, mas não só por causa da gravidez da filha adolescente: *"Também, mas mais por causa da menor, que sempre chora quando eu saio"*. Além disso, afirma que seu marido, Francisco, e sua filha, Pilar, a questionam por estar ausente do lar: *"Meu marido questiona o tempo todo e minha filha mais velha também. Mas agora ela é mãe e, logo, logo, vai ter que trabalhar para ajudar no sustento do filho. Ai vamos ver o que acha"*.

Quanto ao dever de educação dos filhos, diz acreditar que pai e mãe devem executar essa tarefa. Mas afirma que em sua casa tanto ela quanto o marido têm

dificuldades com o processo educativo das filhas: *"Meu marido é um problema com a educação. Ele deixa a menor fazer tudo o que quer para agradar, porque sente culpa de ficar pouco em casa. Com a maior já foi assim e agora está repetindo. Eu tento ser mais firme com a educação, mas também tenho dificuldades por ficar pouco com elas. A minha menor obedece e respeita mais a irmã mais velha, (porque fica com ela a maior parte do tempo), do que a mim e ao pai".*

A irmã mais velha a quem Carolina se refere é Pilar. Mãe de um menino de 2 meses e solteira, acha que, se o pai de seu filho estivesse presente, ele teria que ajudar a educá-lo também, porque para ela a educação dos filhos deve ser feita em consonância pelo pai e pela mãe.

Francisco, marido de Carolina, diz que a educação dos filhos deve ser feita por pai e mãe, mas *"principalmente pela mãe. É na mãe que os filhos se apegam mais, principalmente na hora de pedir conselhos"*. O que se percebe é que Francisco, mesmo que não claramente, delega à mãe a responsabilidade de educar os filhos.

Francisco trabalha 8 horas por dia e, por isso, fica bastante ausente do lar. Diz que gostaria de estar mais presente ao cotidiano das filhas e que se sente culpado por não poder fazê-lo sempre: *"Sinto culpa, com certeza, mas tento fazer o possível para não acontecer. Tento ficar o máximo possível com elas quando não estou trabalhando"*.

Para Luíza, atendente de escritório, que trabalha 8 horas diárias de segunda a sexta-feira e mais 4 horas aos sábados, ficar longe dos filhos é a parte negativa de trabalhar fora de casa. Mãe de uma menina de 10 anos e de um menino de 2 anos, diz que sofre questionamentos por parte da filha mais velha por ter de se ausentar do lar: *"Minha filha mais velha já me perguntou várias vezes por que eu tenho que sair de casa todo dia para trabalhar se a mãe da melhor amiguinha dela fica em casa o dia todo com ela"*. Por causa disso, Luíza afirma que se sente culpada por ter que se ausentar várias horas por dia de casa e que *"gostaria de acompanhar mais de perto a infância e adolescência dos meus filhos"*.

Quanto à educação dos filhos, afirma que o dever é tanto do pai quanto da mãe. Luíza tem uma filha resultante do primeiro casamento e um filho do segundo. Mas diz que seu atual companheiro ajuda na educação de ambos: *"O pai da minha filha mais velha morreu, mas meu segundo marido divide comigo a tarefa da educação de ambos. E está dando certo"*.

A mãe de Luíza, Dulce, assim como a filha, acredita que pai e mãe devem educar de forma igual, mas diz que seu marido delegava esta tarefa a ela: *"A responsabilidade é dos dois, mas geralmente é a mãe que mais educa, porque está mais em casa com eles. Com os meus foi assim, eu educava e o pai agradava. Agora com os netos acontece a mesma coisa. Eu cuido, então, educo também. E o avô só agrada (risos)"*. Além dos dois filhos de Luíza, Dulce cuida de mais uma neta, de 11 anos: *"Minha nora trabalha fora também e o que ganha é pouco, não dá para pagar uma empregada"*.

O marido de Luíza, Carlos, assim como ela, acha que a responsabilidade da educação cabe ao pai e à mãe. *"Cabe aos dois, porque a responsabilidade é tanto do pai quanto da mãe"*. Mas ao contrário de Luíza, afirma não sentir culpa por não estar sempre presente ao cotidiano do filho e da enteada, até porque acredita que não fica muito tempo ausente: *"Não acho que fico muito ausente. Trabalho mais à noite e depois folgo um dia e uma noite e só volto a trabalhar na outra tarde. Não sinto nenhuma culpa"*. Carlos é vigia e trabalha 12 horas seguidas, mas depois tem um intervalo de 24 horas para descansar. Esse tempo, segundo ele, aproveita para passar com os filhos e ajudar Luíza com os afazeres domésticos: *"Cuido do Ezequiel (filho de Carlos e Luíza), faço o almoço e ajudo na arrumação da casa"*.

A quinta mãe entrevistada, Amélia, tem dois meninos, de 2 e 7 anos, e trabalha 8 horas diárias, inclusive aos finais de semana, folgando apenas um dia por semana e um domingo por mês. Começa a trabalhar às 13 horas e sai às 22 horas. Entretanto, afirma que não se sente muito culpada por se ausentar do lar: *"Eu ia sentir mais culpa vendo eles passarem necessidade. Trabalhando eu posso dar mais coisas para eles"*. Entretanto, afirma que tem problemas para educar os filhos por causa de sua ausência: *"O Manoel (filho mais velho de Amélia) é bem mal-*

educado. Eu acho que se ficasse mais com ele, eu poderia educá-lo melhor". Apesar de acreditar que o pai deve ajudar na educação dos filhos, em sua casa afirma que é ela que educa: "Eu sou mais bríguenta com eles. Ele (marido de Amélia) é mais calmo, deixa fazer tudo que quiserem".

Quanto a ser questionada devido ao fato de não passar cem por cento de seu tempo com os filhos, diz que sua mãe é a única pessoa que costuma cobrá-la nesse sentido, principalmente porque Amélia trabalha até as 22 horas: *"Ela reclama, principalmente, porque trabalho até 10 horas da noite".*

Fátima, mãe de Amélia, tem três filhos e, assim como a filha, acredita que o dever de educar os filhos é do casal. Mas, também como Amélia, não teve a ajuda do marido nessa tarefa: *"Como eu ficava em casa com eles, quando aprontavam alguma, era eu quem deveria corrigir. Meu marido, muitas vezes, nem ficava sabendo das coisas. E nem queria saber. Dizia que trabalhava o dia todo e que quando chegava em casa não queria saber de problemas. Mas quando era algo sério, eu contava e ele castigava também".*

Mário, marido de Amélia, contraria a fala da esposa, de que não tem a ajuda do marido na educação dos filhos, ao afirmar que acredita que a responsabilidade é tanto do pai quanto da mãe: *"Do casal, a responsabilidade é do casal".*

Ao contrário de Amélia, Mário diz não sentir culpa por ter de se ausentar de casa para trabalhar: *"Não fico muito ausente, só quando estou trabalhando. Não sinto culpa, não".*

Dinorá, mãe de um menino de 12 e de uma menina de 5 anos, é manicure e trabalha, em média, 10 horas por dia, de terça a sábado. Apesar do filho mais velho ter de morar com a mãe de Dinorá em outra cidade e de a filha mais nova ficar com a avó paterna de terça-feira até sábado à noite, Dinorá afirma que não se sente culpada por ficar tão ausente em relação aos filhos e que não sofre cobranças por parte destes e nem do marido: *"Sempre entenderam por que eu trabalho e nunca me deram problema".*

Quanto à educação dos filhos, Dinorá afirma que acredita ser obrigação tanto do pai quanto da mãe e afirma que em sua casa não há diferenças em relação ao processo educativo dos filhos: *"A educação é obrigação dos dois. Não existe*

diferença porque nós sempre conversamos antes, para a educação ser a mesma".

Tereza, sogra de Dinorá, cuida da filha mais nova dela. Mãe de três filhos, ao contrário da nora, acredita que a educação cabe à pessoa que cuida das crianças: *"A maior responsabilidade da educação é daquela pessoa que mais convive com as crianças. Pode ser a mãe, o pai, a avó ou até a babá. Quem não está presente no dia-a-dia não tem como educar"*. Pode-se entender que Tereza tenha feito essa afirmação porque cuida da filha de Dinorá, ininterruptamente, de terça a sábado e, talvez, entenda que, como a neta fica com ela praticamente a semana toda e, durante este período Dinorá não tem como educá-la, que este dever possa ser transferido para ela, a avó.

Ivan, companheiro de Dinorá, assim como ela afirma que a educação dos filhos cabe ao casal: *"Cabe aos dois. Somos uma família, devemos trabalhar e educar juntos"*.

Ivan trabalha 8 horas por dia, de segunda a sábado e, portanto, tem apenas o domingo para passar com a filha.¹⁶ O enteado, que afirma também considerar como filho, ele o vê apenas um final de semana por mês. Apesar disso, também em concordância com Dinorá, afirma não se sentir culpado pela ausência: *"Estou trabalhando para eles"*.

3.3.4 Trabalho feminino x relações conjugais

Esta categoria analisa de que forma o trabalho fora de casa se reflete no cotidiano doméstico de cada mãe aqui analisada. Além das atribuições que o trabalho fora de casa lhe exige, cada uma delas ainda tem que cuidar da casa e dos filhos. Em alguns casos os maridos lhes ajudam, mas em outros essas tarefas são de exclusividade da mãe entrevistada.

Da mesma forma que nas demais categorias as falas das mulheres que auxiliam as mães que trabalham fora de casa cuidando de seus filhos, assim como dos maridos dessas mães, também são aqui analisadas.

¹⁶ Ivan é pai apenas da filha mais nova de Dinorá.

A primeira mãe analisada nesta categoria, Lígia, é casada há 10 anos e tem uma filha também com 10 anos. Afirma que casou aos 18 anos porque estava grávida e que, então, não trabalhava fora de casa, apenas estudava (estava cursando o terceiro ano do ensino médio). Continuou estudando depois do casamento (terminou o ensino médio), mas teve que começar a trabalhar fora de casa por causa das despesas da nova condição. Entretanto, afirma que gostaria de ter primeiro terminado o Ensino Médio e feito um curso superior para, então, começar a trabalhar e, só então, casar. Mas, *"daí engravidei e tive que casar. Ai logo fui trabalhar porque meu marido era bem novo também e não tinha profissão. Nós dois juntos ainda ganhávamos pouco. Fomos morar com meus sogros. Continuei trabalhando para comprarmos uma casa"*.

O marido de Lígia é caminhoneiro e não tem um salário fixo, ganha por frete. Por isso, segundo Lígia, *"ele faz questão que eu trabalhe. Quando o caminhão não dá nada, sou eu que mantenho a casa"*. Quando perguntado se isso acontece com frequência, Lígia responde que *"sim, várias vezes. Às vezes não tem frete, ou sofre um acidente e tem de ficar parado. Uma vez ficou três meses sem poder trabalhar e, se não fosse meu salário, tínhamos passado fome"*.

Percebe-se que Lígia, mesmo com pouca idade, assumiu também para si a responsabilidade do sustento da nova família que constituía. E, mesmo que hoje o marido seja a pessoa de referência no sustento da casa, ainda não oferece segurança econômica. Por isso, provavelmente, Lígia não abre mão de trabalhar fora de casa, mesmo que isso a sobrecarregue, porque também é a responsável pela educação da filha e pelas tarefas da casa.

No tocante às tarefas domésticas, Lígia declara que não tem ninguém (empregada, diarista) que a ajude com esse trabalho. Costuma realizá-las à noite, depois que chega do trabalho e aos domingos: *"Domingo, o dia todo. Quando não estou muito cansada, na semana, à noite, também."* Segundo ela, como o marido quase não está em casa, ele ajuda *"pouco. Mas ele gosta da casa bem limpa, sempre. Daí quando chega de viagem e a casa não está arrumada ele fala: 'vamos limpar essa casa'. E me ajuda a fazer isso."*

Se por um lado Lúgia tem o apoio do marido em relação às tarefas domésticas, por outro lado sua sogra e sua avó a questionam por não manter essas atividades em dia: *"Minha sogra e minha avó são as que mais dizem que minha casa não é arrumada."*

Interessante perceber que a sogra (63 anos) e a avó (78 anos) de Lúgia pertencem a gerações onde trabalhar fora de casa era uma exceção na vida da mulher. Cuidar da casa e dos filhos é o que identificava a classe feminina perante a sociedade. E essas representações são significativas para se entender a relação entre as diferentes gerações. Aparentemente, para Lúgia, trabalhar fora para ajudar a sustentar a casa é algo vital para o bem-estar da família. Já para a sogra e a avó, não dar conta das atividades domésticas pelo fato de trabalhar fora pode representar um aspecto negativo em Lúgia.

Madalena, sogra de Lúgia e sua auxiliar nos cuidados com Kátia (filha de Lúgia), trabalhava de doméstica quando solteira. Ao casar-se, parou de trabalhar para se dedicar à casa e ao marido e, em seguida, para os três filhos. Mas afirma que nessas tarefas tinha a ajuda do marido. *"Logo depois que casamos, quando trabalhávamos os dois na roça, ele ajudava bastante."* Hoje, o marido de Madalena é aposentado e, segundo ela, continua ajudando nas tarefas domésticas: *"Depois que se aposentou ele me ajuda na casa. Ele sabe fazer tudo na casa porque quando era rapaz tinha uns problemas de feridas nas pernas. Aí minha sogra foi para a roça no lugar dele e ensinou ele a cuidar da casa. Ele fazia tudo, lavava a roupa, limpava a casa, fazia comida, tudo mesmo. E hoje ainda faz".* Por outro lado, Madalena afirma que o marido lhe faz uma cobrança quanto ao horário das refeições, mas só com relação a isso: *"É que ele gosta de comer sempre no mesmo horário, tanto na hora do almoço quanto no jantar. Senta-se na mesa às 12 horas e depois de novo às 7 da noite. Só come nestes dois horários. Mas não deixa passar um minuto deles, nem nos finais de semana ou feriados".*

Pode-se dizer que, apesar de pertencer a uma geração onde o homem não deveria se preocupar com nenhum tipo de tarefa doméstica, a não ser para pequenos reparos na casa (BASSANEZI, 2004), o marido de Madalena tem uma representação diversa de alguns homens de sua geração. Talvez isso ocorra devido

a sua educação que, segundo Madalena, foi mais voltada para os cuidados com a casa. Pode-se depreender daí que as representações estão ligadas ao processo educativo. Por isso, provavelmente, o marido de Madalena não tenha problemas em aceitar executar tarefas domésticas.

Antônio, marido de Lígia, acredita que o fato da esposa trabalhar fora prejudica as atividades domésticas: *"Sim, prejudica. Ela está sempre com as atividades domésticas atrasadas. A roupa, principalmente. Sempre tem bastante roupa suja quando eu chego em casa. E eu ainda trago mais. Aí ela passa um domingo inteiro lavando e passando"*. Mas quando perguntado se ajuda nas atividades da casa, responde que auxilia pouco: *"Não participo muito, pois paro pouco em casa. Mas tento. Ajudo com a casa, a comida. Mas não sei se ajudo muito, não"*. Lembrando que Antônio é caminhoneiro e fica vários dias fora de casa.

Antônio foi criado pela mãe Madalena, que trabalhou fora apenas até o casamento, e pelo pai, que costuma ajudar nas tarefas domésticas. Gostaria que a esposa tivesse mais tempo para cuidar das atribuições domésticas. Isso pode ser representativo de que, na sua concepção, essas tarefas pertencem à mulher. Quando ele as executa está ajudando, mas essa atribuição não faz parte do seu papel ou de suas obrigações como homem.

Marina, segunda mãe analisada nesta categoria, afirma que já trabalhava fora quando se casou, mas gostaria de ter parado depois do matrimônio. Mas como o marido, apesar de ser a pessoa da referência da família, não ganha o suficiente para sustentar a casa, Marina continua trabalhando fora, fazendo uma jornada de 7 horas e 20 minutos por dia, de segunda a segunda-feira. Além disso, Dorival, seu marido, não se importa nem um pouco com o fato dela trabalhar fora. Até porque, além da filha com Marina, Dorival tem mais dois filhos, adolescentes, do primeiro casamento, para quem paga pensão. Assim, o que sobra de seu salário de R\$ 700,00 não é o suficiente para cobrir as despesas da casa. Dessa forma, acredita-se que o salário de R\$ 500,00 de Marina é mais do que indispensável para a manutenção de sua família.

Mas o trabalho de Marina não lhe permite cumprir com as atribuições domésticas, até porque tem apenas dois dias de folga por mês. Não tendo

empregada doméstica nem diarista, Marina trabalha na casa sempre que possível e em horários alternados, pois seus horários de trabalho também o são: *"Meus horários são alternados. Às vezes de manhã e uma pequena parte da tarde (das 7 às 14h20). Às vezes entro às 14h20 e saio às 21 horas. Às vezes entro às 10 e saio às 17h20. Sempre é feito um rodízio. Então, almoço e janta é complicado. Eu faço a comida quando estou em casa e vamos esquentando. A vantagem é que a G. só almoça na minha mãe e quando trabalho à noite, janta também. Então, está sempre bem alimentada"*.

Por um lado, Marina diz que Dorival lhe ajuda com as tarefas domésticas, principalmente nos cuidados com a filha. Por outro lado afirma que ele cobra dela mais dedicação à casa. Quando perguntada, por exemplo, se sofria cobranças por parte do marido, ela responde que sim *"dele e da G e até dos filhos dele quando estão aqui, pois dizem que na minha casa nunca tem comida boa. Não tem mesmo, eu não tenho tempo de fazer"*.

Rita, mãe de Marina e cuidadora de G., diz que nenhum dos seus maridos em algum momento ajudou nos cuidados com a casa e com os filhos. Além disso, tanto o primeiro quanto o segundo marido, segundo ela, sempre fizeram muitas cobranças em relação a essas tarefas. *"O primeiro era muito exigente com a comida. Qualquer coisa fazia o prato voar longe. O segundo era mais exigente com a casa. Como era muita gente (Rita teve seis filhos), minha casa nunca estava bem arrumada. E ele gostava de tudo no lugar. Mas onde tem criança, já viu, né?"*.

Dorival, marido de Marina, confirma que ajuda com os afazeres domésticos: *"Sim, participo. Em tudo que for necessário, sempre que posso"*. Mas acredita que o fato de Marina trabalhar fora prejudica o cumprimento de suas funções domésticas: *"Sim, a casa está sempre desorganizada"*.

O que se percebe é que Dorival atribui à mulher as tarefas domésticas. Mesmo que os dois trabalhem fora de casa e que tenham basicamente a mesma jornada de trabalho semanal, talvez a única que passe por um processo de culpa por não cumprir com, o que se acredita seja a forma ideal, da casa, seja Marina.

Carolina, casada há 17 anos e mãe de duas meninas, uma de 16 e outra de 2 anos, já trabalhava fora antes do casamento. Quando inquirida se gostaria de ter parado de trabalhar fora depois de se casar, responde que não, porque seu marido sempre ganhou pouco.

No momento Carolina não trabalha com registro em carteira. Prefere este tipo de vínculo devido aos descontos da folha de pagamento provenientes dos encargos do INSS. Mas por causa disso, geralmente trabalha de diarista, até porque, segundo ela, *"paga mais que muitos empregos"*. Entretanto, seus horários de trabalho variam entre 8 a 10 horas diárias, o que não lhe deixa muito tempo para as atividades de sua própria casa.

Com relação a essas tarefas domésticas, Carolina afirma que não tem a ajuda do marido, Francisco. *"Quando minha filha mais velha era pequena ele ajudava mais. Mas não era muito, não. Agora ele não ajuda nada"*. Por outro lado, a filha mais velha de Carolina, Pilar (16 anos), lhe ajuda cuidando da irmã mais nova (2 anos) e também com alguns afazeres domésticos: *"Ela cuida da menor e esquentar a comida no almoço. Mas a roupa e a janta sou eu quem cuido. No sábado nós duas fazemos uma faxina na casa"*.

Francisco, contrariando a fala da esposa Carolina, afirma que ajuda com as atividades domésticas, especialmente com o cuidado com a filha mais nova, de 2 anos, e o neto (filho de Pilar), de 2 meses. Segundo ele, enquanto Carolina e Pilar cuidam das tarefas domésticas, ele cuida das crianças.

Apesar de afirmar que gostaria que Carolina pudesse cuidar somente da casa e dos filhos – por causa da pouca idade de Pilar, Francisco considera o neto como filho e acredita que a obrigação com seu cuidado é dele e de Carolina – não acha que o fato da esposa trabalhar fora prejudique com o cumprimento das tarefas domésticas.

Já Luíza, quarta mãe analisada nesta categoria, afirma que o marido, Carlos, lhe ajuda constantemente com as tarefas domésticas e nunca lhe faz cobranças acerca dessas. *"Sim, ele me ajuda muito. O almoço, por exemplo, é só ele quem faz. E sempre o suficiente para a janta também. Quando chego em casa, só tenho que esquentar. No final de semana que não está trabalhando me ajuda a lavar roupa e fazer faxina na casa"*. Lembrando que Carlos tem um horário

diferenciado de trabalho, porque trabalha de segurança por 12 horas seguidas, e depois folga 24 horas. Nessas horas de folga ele cuida da enteada (10 anos, do primeiro casamento de Luíza) e do filho de 2 anos.

Com 37 anos, mãe de uma menina de 10 anos e de um menino de 1 ano, Luíza começou a trabalhar com 13 anos. Afirmo que não pensava em parar de trabalhar depois do casamento, apesar de dizer que seu marido prefere que ela fique em casa, porque o filho menor é *"ainda muito novinho"*.

Dulce, mãe de Marina, cuida de seus dois filhos enquanto ela e Carlos estão fora trabalhando. Não recebeu uma educação voltada para o mercado de trabalho e por isso nunca trabalhou fora de casa e afirma que nem chegou a pensar nisso. *"Na época a gente não pensava nisso. A gente casava para cuidar da casa, do marido e dos filhos, só para isso"*.

Quanto às tarefas domésticas, diz que essas sempre foram de sua responsabilidade e que não tinha ou tem a ajuda do marido nisso. *"Meu marido é bem machista. Ele acha que mulher tem que cuidar da casa e muito bem cuidado"*. E afirma, orgulhosa, que nunca sofreu cobranças por parte do companheiro, porque *"eu sempre dei conta de tudo"*.

Mãe de 2 meninos, de 7 e 2 anos, Amélia, 28 anos, tem uma jornada diária de 8 horas, das 13 horas às 22 horas, com uma hora de intervalo, folgando apenas 1 dia por semana, em dias alternados. Afirmo que já trabalhava antes de casar e que continua trabalhando fora porque seu marido não ganha o suficiente para sustentar a família. *"Namorei, engravidei, casei e continuei trabalhando"*.

Segundo Amélia, seu marido, Mário, não opina sobre o fato dela trabalhar fora de casa: *"Ele não fala contra nem a favor. Nem tem como, é preciso, o que ele ganha não dá para sustentar dois filhos"*.

Para os afazeres domésticos, Amélia tem "livres" todas as manhãs. Não recebe nenhum tipo de ajuda nesse sentido, nem mesmo do marido – que também não trabalha fora pela manhã – porque, segundo ela, *"o trabalho dele é muito pesado. Fica carregando caixas o tempo todo. Ai não peço para ele ajudar com nada"*. Por outro lado, afirma que Carlos não costuma lhe fazer cobranças quando as tarefas da casa não estão em dia.

A mãe de Amélia, Fátima, cuida dos dois netos enquanto a filha está fora trabalhando. Fátima não aceita o fato de Amélia ter de continuar trabalhando. Ela própria afirma nunca ter trabalhado e nem ter pensado em trabalhar fora, especialmente depois de ter se casado: *"E quem ia cuidar dos meus filhos? Deixar com os outros? De jeito nenhum"*. Também afirma, com um tom de orgulho, que sempre cuidou das tarefas domésticas sozinha e que nunca sofreu cobranças porque *"nunca ninguém precisou cobrar"*.

Mário, marido de Amélia, afirma que conheceu a esposa no local onde trabalham até hoje. Assegura que gostaria que ela tivesse parado de trabalhar depois que os filhos nasceram, mas reconhece que isso não é possível. Reconhece também que, apesar da esposa ter uma jornada diária grande, não a ajuda com as tarefas domésticas: *"Não ajudo muito, só quando ela me pede"*. Mas afirma que não lhe faz cobranças, porque acredita que o fato dela trabalhar fora, não prejudica a execução das tarefas domésticas.

A última mãe analisada nesta categoria, Dinorá, trabalha em média 10 horas por dia, de terça a sábado. Tem dois filhos, de 12 e 5 anos, e já trabalhava fora antes de casar. Afirma que foi educada para o mercado de trabalho e, por isso, nunca pensou em parar de trabalhar, nem mesmo quando os filhos nasceram. Até porque, segundo ela, seu marido, Ivan, sempre lhe auxilia com os afazeres domésticos e com o cuidado dos filhos: *"Ele faz o almoço, faz as compras do mercado, pega a R na minha sogra e me ajuda com a limpeza da casa"*.

Tereza, sogra de Dinorá e cuidadora de R., afirma que nunca trabalhou fora de casa, nem mesmo antes do casamento e que nunca pensou nisso. Não costuma, segundo ela, ter ajuda do marido nas tarefas domésticas, mas também diz não sofrer nenhum tipo de cobrança em relação às atividades da casa, nem por parte do marido, nem por parte dos filhos.

Ivan, marido de Dinorá, afirma que em nenhum momento considerou a hipótese da esposa trabalhar fora de casa: *"É bom ela trabalhar, principalmente para os dois (os filhos de Dinorá)"*.

3.3.5 Maternidade e trabalho: enfrentando um desafio

Nesta categoria será observada a relação entre trabalho e maternidade. Enquanto estão fora de casa trabalhando, as mães aqui analisadas têm de deixar seus filhos menores sob os cuidados das mães, das sogras ou da filha mais velha. Apesar de uma relativa tranquilidade, pois as mulheres que lhes auxiliam com o cuidado dos filhos são da família, não é fácil para essas mães saírem para trabalhar, deixando seus filhos por causa disso. Assim, o objetivo desta categoria é analisar de que forma elas relacionam o trabalho e a maternidade e quais são os principais desafios enfrentados.

A primeira mãe analisada nesta categoria, Lígia, tem 29 anos e trabalha desde os 20 anos. Tem uma filha de 10 anos e uma jornada diária de 8 horas, de segunda-feira a sábado. Começou a trabalhar depois de casada para ajudar a sustentar a casa e a filha. Afirma que não pensa em parar de trabalhar: *"Quero trabalhar sempre. Não quis outro filho porque sei o quanto é difícil ter que sair para trabalhar e largar uma criança. Então, entre mais um filho e o trabalho, prefiro o trabalho para dar tudo de melhor para a K"*.

No tocante à relação entre maternidade e trabalho, Lígia afirma que acha mais difícil ser mãe do que profissional do mercado de trabalho. Quando inquirida do porque dessa afirmação, responde que é *"porque não posso deixar de ser mãe por um minuto. Tenho que pensar no bem-estar da K o tempo todo. O serviço, vou lá, faço o que tenho que fazer e venho embora. Posso esquecer por algumas horas. Mas mãe, não, tenho que ser o tempo todo, até quando estou trabalhando"*. Essa preocupação de Lígia em relação à maternidade, provavelmente, faz com que ela afirme que não aceitaria um emprego que lhe exigisse ficar muito tempo longe da filha, mesmo que esse emprego lhe proporcionasse um salário que eliminasse todos os seus problemas financeiros: *"Não, já fico tempo demais longe da minha filha"*.

Madalena, sogra de Lígia e sua ajudante no cuidado com a filha, depois de se casar não trabalhou fora de casa em nenhum momento. Mas afirma que gostaria de ter trabalhado, porque considera que isso dá independência à mulher, e não só financeira. Nesse sentido, toma suas duas filhas – ambas trabalham fora de casa –

como referência: *"Elas podem ajudar a tomar decisões, coisa que nunca fiz"*. Por outro lado, diz que não teria aceito nenhum tipo de emprego que a obrigasse a ficar longe dos filhos por muito tempo, mesmo que isso lhe proporcionasse tranquilidade econômica.

Antônio, marido de Lúgia, afirma que gostaria que ela pudesse ficar mais em casa para dar mais atenção à filha. Mas como não existe essa possibilidade, pois, segundo ele, sua renda é instável, faz até questão que ela trabalhe fora. *"Eu preferia que ela não trabalhasse, mas sei que não dá, minha renda é muito instável, então, ela precisa continuar trabalhando"*.

Marina, 31 anos, tem 1 filha de 7 anos e trabalha 7 horas e 20 minutos por dia, de segunda a segunda-feira, folgando apenas uma vez por mês. Ainda assim, afirma que não gostaria de parar de trabalhar e isso não só pela questão financeira: *"Eu gosto de trabalhar"*. Por outro lado, declara que não aceitaria um emprego que lhe obrigasse ficar muito tempo longe da filha.

Sobre a relação entre ser mãe e ser profissional, afirma que acha mais difícil ser profissional devido às cobranças que sofre: *"Horário, carisma, atendimento, humor. Se a gente não está bem, tem que fingir que está. Meu chefe diz que o cliente da farmácia não tem culpa se estou com problemas. E tem razão, né? Quem não trabalha fora não tem esses problemas. Se não está bem fica em casa, evita ver as pessoas, conversar, dá uns gritos com o filho, essas coisas, né?"*.

A mãe de Marina, Rita, é quem cuida de sua filha enquanto ela trabalha fora. Rita tem 64 anos e é mãe de 6 filhos. Foi casada duas vezes e, por um pequeno período, enquanto esteve separada do primeiro marido, trabalhou fora de casa para sustentar a casa e os filhos. Ao se casar novamente parou de trabalhar fora.

Rita não gosta do fato de Marina trabalhar fora de casa pois, segundo ela, a mãe deve conviver o máximo possível com os filhos. Por causa disso, apesar de ter trabalhado pouco tempo fora, acredita que ser profissional deve ser mais difícil que ser mãe *"porque tem que largar os filhos sozinhos"*.

Dorival, marido de Marina, afirma que gostaria que ela pudesse ficar mais em casa com a filha. Por outro lado, afirma que os problemas financeiros podem

prejudicar o relacionamento entre pais e filhos. Por isso, acredita que o melhor para a família, então, é que Marina continue a trabalhar fora de casa.

A terceira mãe aqui analisada, Carolina, trabalha fora entre 8 e 10 horas por dia, de segunda a sexta-feira. Mãe de duas filhas, de 16 e 2 anos, se pudesse optar não trabalharia fora de casa. Afirmo que não aceitaria um emprego que lhe obrigasse a ficar muito tempo longe das filhas, mesmo que o salário fosse alto, e que já deixou de aceitar proposta de emprego por causa da maternidade: *"Já me chamaram para passar uma temporada na praia trabalhando quando eu só tinha a mais velha e eu não aceitei porque não podia levar ela junto"*.

No tocante à relação entre maternidade e profissão, acredita ser mais difícil ser mãe do que profissional. Em relação a isso, afirma: *"Às vezes não sei o que fazer. No começo achava que era fácil, mas quando minha filha mais velha foi crescendo e começando a dar problemas, eu comecei a ficar desesperada, não tinha nada que eu fizesse que desse certo. Daí aconteceu o que aconteceu¹⁷. E toda a família do meu marido me culpou. Minha sogra chegou a dizer que eu não tinha dado bom exemplo, porque também casei grávida. Agora tenho medo de que tudo se repita com a mais nova"*.

Pilar, 16 anos, filha de Carolina, é quem cuida da irmã mais nova enquanto a mãe está fora trabalhando. Mãe de um menino de 2 meses, solteira, Pilar não trabalha fora, apenas estuda. Diz que não gostaria de ter de trabalhar fora, um dia, porque isso significa que teria de deixar o filho. Mas que, por necessidade, está estudando e se preparando para se inserir no mercado de trabalho.

Francisco, marido de Carolina e pai de Pilar, afirma que gostaria que a esposa não trabalhasse fora. Considera que a mãe deve ficar mais com os filhos e que as necessidades financeiras não são o maior problema para uma família: *"Dinheiro é importante, mas não é tudo"*.

Luíza, quarta mãe analisada nesta categoria, trabalha 8 horas por dia, de segunda a sexta-feira, e mais 4 horas aos sábados. Tem 1 filha de 10 anos e 1 filho de 1 ano. Afirmo que gosta do fato de trabalhar fora de casa porque isso lhe dá

¹⁷ Aqui Carolina refere-se ao fato de sua filha mais velha, Pilar, ter engravidado com apenas 16 anos.

"*mais independência econômica*". Por outro lado, diz que não ficaria longe dos filhos, nem mesmo se recebesse uma proposta de emprego muito boa economicamente: "*Eu não ficaria longe deles,. De forma alguma, por nada neste mundo*".

Quanto à relação entre a maternidade e sua profissão, afirma que ser mãe é mais difícil que ser profissional. Mas ao mesmo tempo, diz que a maternidade, mesmo com suas obrigações, é algo bom. "*Exige muito de você. Você é responsável por tudo, cansa bastante. Mas é bom.*"

Dulce, mãe de Luíza, cuida de seus filhos enquanto ela está fora trabalhando. Dulce é casada há 41 anos e, além de Luíza, tem mais uma filha e mais um filho. Nunca trabalhou fora de casa, mas, se pudesse optar, sob o prisma de hoje, gostaria de ter trabalhado fora, apesar de acreditar que a vida profissional possa ser tão difícil quanto a maternidade: "*Não sei, mas acho que ser mãe não é fácil. Mas nunca fui profissional, só sei o que as minhas filhas me contam. Parece não ser fácil também, então, não sei*".

Carlos, marido de Luíza, diz que preferiria que a esposa ficasse mais em casa com os filhos, especialmente porque o filho mais novo tem apenas 1 ano e ainda depende muito da mãe.

A quinta mãe analisada nesta categoria é Amélia, casada há 8 anos e mãe de dois filhos, um de 7 e outro de 2 anos. Com uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, de segunda a segunda-feira, folgando uma vez por semana em dias alternados, Amélia afirma que gosta de trabalhar e que, se pudesse optar, continuaria trabalhando fora de casa. Mas diz que não aceitaria nenhum tipo de emprego que lhe obrigasse a ficar muito tempo longe de seus filhos. Já quanto à relação entre maternidade e profissão, acredita ser mais difícil ser mãe do que profissional. E argumenta: "*Se no trabalho a gente faz alguma coisa errada, o que pode acontecer? Vão te dar a conta. Mas se errar como mãe, aí pode sofrer seu filho e você também. Eu tenho muito medo de errar, de não saber criar direito meus filhos*".

Quando sai de casa para trabalhar, Amélia deixa seus filhos aos cuidados de Fátima, sua mãe. Esta teve sua educação voltada para o matrimônio e afirma ter vivido em função dos filhos e que, hoje, vive "*para os netos*". Fátima declara nunca

ter trabalhado fora de casa e que nunca pensou em trabalhar fora e que, sob o prisma de hoje, não se arrepende de ter se dedicado à casa e aos filhos. Mas alega que acha difícil ser mãe, pois *"os filhos dependem da mãe para tudo e não é só quando são crianças, não. A mãe é o primeiro exemplo do filho. É nela que ele se apóia, mesmo depois que casa e sai de casa"*.

O marido de Amélia, Mário, trabalha 8 horas por dia, no mesmo regime que a esposa. Mas não acha que passa pouco tempo com os filhos, pois afirma que todos os momentos em que não está trabalhando são dedicados a eles. Conheceu Amélia no mercado onde ambos trabalham até hoje e declara que, mesmo depois do nascimento dos filhos, não quis que ela parasse de trabalhar por questões financeiras.

Dinorá, última a ter sua fala observada nesta categoria, é manicure e pedicure e trabalha em média 10 horas por dia, de terça-feira a sábado. Tem dois filhos, de 12 e 5 anos e já trabalhava fora de casa quando se casou. Afirma que sua educação foi voltada para o mercado de trabalho e que não pensa em parar de trabalhar, apesar de ficar longe dos filhos por causa disso – lembrando que o filho mais velho de Dinorá mora com a avó materna em outra cidade e que a filha mais nova fica com a avó paterna de terça-feira a sábado. Mas diz que não aceitaria nenhum emprego que lhe fizesse ficar muito tempo longe dos filhos: *"Porque apesar de trabalhar fora, acho que a gente tem que estar sempre presente na vida dos filhos, na hora que eles precisarem"*.

Essa afirmação de Dinorá é relativamente contraditória em relação à sua prática no tocante aos filhos. Analisando as falas anteriores, pode-se dizer que ela passa pouco tempo com os filhos.

Sobre a relação entre a maternidade e a profissão, acredita que as duas coisas são difíceis *"da mesma forma, é muita cobrança e responsabilidade"*.

Tereza, 59 anos, mãe de duas filhas e 1 filho, sogra de Dinorá, cuida da filha mais nova desta. Afirma ter sido educada para o matrimônio e que, por isso, nunca trabalhou fora de casa nem tampouco pensou em trabalhar. Mesmo nunca tendo saído de casa para trabalhar, Tereza acredita que ser mãe e profissional, ao mesmo tempo, deva ser muito difícil, *"ainda mais quando tem de deixar os filhos de lado"*.

Filho de Tereza e marido de Dinorá, Ivan, que trabalha 8 horas por dia, de segunda-feira a sábado, quando conheceu a esposa esta já trabalhava fora de casa. Mesmo tendo que ficar sem ver a filha¹⁸ de terça-feira a sábado, não quer que Dinorá pare de trabalhar, porque acredita que *"é bom ela trabalhar"*, principalmente porque assim pode ajudar a dar melhores condições financeiras aos filhos.

Com as falas dos 18 sujeitos entrevistados, divididos em três grupos, foi possível analisar nesta dissertação os principais desafios enfrentados por mães que trabalham fora de casa, mas que continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e pelos afazeres domésticos.

A principal consideração a se fazer acerca das falas desses 18 sujeitos é que, provavelmente por necessidade, os três grupos criaram uma relação de ajuda mútua que é a grande responsável pela possibilidade de manutenção das mulheres do grupo A no mercado de trabalho.

¹⁸ Lembrando que Ivan é pai apenas da filha mais nova de Dinorá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar fora tendo, ao mesmo tempo, que cuidar da casa e dos filhos não é fácil tarefa. Hoje, várias mulheres que são mães e donas-de-casa estão inseridas no mercado de trabalho, exercendo dupla jornada; e a grande maioria delas tendo que trabalhar fora não apenas para realizar-se profissionalmente, mas também para ajudar no sustento da família.

Esta dissertação analisou os desafios enfrentados por mães que trabalham fora de casa e que têm uma renda que não lhes permite pagar empregada doméstica ou babá para cuidar dos filhos. A intenção deste estudo foi, então, responder à seguinte problemática: no contexto contemporâneo ponta-grossense, de que forma mães que trabalham fora vivenciam a relação entre as obrigações determinadas pela profissão/atividade de trabalho, a maternidade e as atividades domésticas? Para responder à problemática referida e conseqüentemente atingir os objetivos do estudo, foram entrevistados três grupos de sujeitos: seis mães que trabalham fora (grupo A), seus maridos ou companheiros (grupo C) e as seis mulheres que ajudam essas mães cuidando de seus filhos enquanto elas estão trabalhando fora (grupo B).

As seis mulheres que constituem o principal grupo entrevistado nesta pesquisa (grupo A) são mães, com filhos entre 1 e 12 anos, estão inseridas no mercado formal ou informal de trabalho e, como já registrado, recebem um salário que não lhes permite o pagamento de babá e/ou empregada doméstica. Desse modo, acabam delegando o cuidado dos filhos a alguém que as ajude voluntariamente e cuidam dos afazeres domésticos em seus momentos de folga do trabalho.

Ainda assim, algumas deixam transparecer que não estão no mercado de trabalho apenas por necessidade econômica, mas por acreditarem que isso lhes dá uma independência maior em relação ao marido. Mesmo que essa independência possa apenas ser financeira, provavelmente essas mulheres ampliam a representação de independência para toda a sua rotina de vida. Ou seja, pelo fato de também prover a família, conquistam outros direitos, vendo-se inseridas no processo de decisões sobre o grupo familiar e os filhos.

Outra questão importante é que apenas uma das mães não trabalhava antes do casamento. As outras cinco já trabalhavam e continuaram depois do matrimônio.

Por outro lado, entre as mulheres que ajudam as mães cuidando de seus filhos enquanto essas estão trabalhando fora (Grupo B), apenas uma trabalhava antes de se casar e, após o matrimônio, passou a dedicar-se somente à casa e aos filhos. Essa questão pode ser entendida de acordo com as diferenças de idade entre as mulheres desses dois grupos. As do primeiro grupo, as mães que trabalham fora de casa, foram educadas dentro de um contexto onde a inserção da mulher no mercado de trabalho era mais comum. Já as mães ou sogras destas foram educadas nas décadas de 50 ou 60, período em que as representações acerca da classe feminina ainda estavam muito voltadas às atividades domésticas e à maternidade.

Ainda no tocante à maioria das mulheres do grupo B - as mães ou sogras cuidadoras -, percebe-se que a relação matrimônio-maternidade esteve muito presente em sua educação. Das seis mulheres entrevistadas, cinco¹⁹ afirmaram que sua educação foi voltada essencialmente para o matrimônio. Apesar de algumas terem manifestado o desejo de ter trabalhado fora de casa, a maioria afirmou que nunca pensou em sair de casa para trabalhar. E isso principalmente porque não queriam "abandonar" os filhos.

Já quanto aos maridos ou companheiros das seis mães, percebe-se que a maioria apenas aceita que a companheira trabalhe fora porque não tem condições financeiras de sustentar a família unicamente com seu salário. Mas a maioria afirma que gostaria que a esposa não trabalhasse fora, principalmente por causa do cuidado com os filhos. Essa preferência dos companheiros pode se relacionar simplesmente à preocupação que têm com os filhos, ou seja, acreditam que com a mãe presente eles seriam mais bem cuidados. Por outro lado, também pode representar a crença de que, ainda hoje, a mulher deve ficar em casa cuidando da família.

Não se pode esquecer que esses homens foram educados, segundo suas falas, por mães que se dedicaram essencialmente à maternidade e aos afazeres domésticos e por pais que não aceitavam que suas esposas trabalhassem fora de casa.

No que diz respeito à distância que o trabalho fora de casa acaba impondo entre pais e filhos, conclui-se que todas as mães entrevistadas gostariam de passar mais tempo com seus filhos. Mas poucas se sentem culpadas por estarem ausentes,

¹⁹ Apenas Pilar, 16 anos, afirma que está sendo educada para o mercado de trabalho.

pois acreditam que estão fazendo o melhor para os filhos. Mesmo que esse melhor seja basicamente no setor econômico, ao saírem de casa para trabalhar, então, essas mães acabam por buscar algo que, acreditam, vá dar aos filhos um futuro, se não perfeito, pelo menos que lhes possibilite a garantia mínima de suas necessidades materiais.

Quanto aos companheiros dessas mães, todos também manifestam o desejo de passar mais tempo com os filhos. Mas também são poucos os que dizem sentirem-se culpados. Da mesma forma que suas companheiras, dão a entender que é também através do trabalho que conseguem garantir aos filhos uma vida melhor.

A maternidade, para todas as 12 mulheres entrevistadas, é tida como algo muito bom. Para algumas delas também significa compromisso, mas a maioria declara sentir-se realizada simplesmente pelo fato de ser mãe. É importante enfatizar que para algumas das entrevistadas (tanto do grupo A quanto do B), muitas mulheres não deveriam ser mães por não estarem "preparadas" para isso. Também algumas afirmam que não existe a necessidade da mulher ser mãe, sendo que essa pode se "realizar" de outras formas. O que se depreende dessas afirmações é que, apesar de acharem a maternidade "um presente de Deus" e acreditarem estar preparadas para isso, nem todas as mães entrevistadas pensam que todas as mulheres o estão.

Os seis companheiros das mães do grupo A igualmente dizem acreditar que a paternidade é algo muito bom. Assim como no grupo das mães, alguns deles também acreditam que nem todos os homens deveriam ser pais.

Voltando-se mais para o foco desta dissertação, tentando perceber de que forma as seis mães que trabalham fora de casa (grupo A) enfrentam os desafios assumidos pelos compromissos desse trabalho, da maternidade e das obrigações dos afazeres domésticos, observa-se que todas as entrevistadas têm de organizar seu dia em torno de uma jornada tripla: sair para trabalhar, responsabilizar-se pelo cuidado direto ou indireto²⁰ dos filhos e dos afazeres domésticos.

²⁰ Entende-se por cuidado direto aquele onde a mãe está presente e, ela mesma, cuida do ou dos filhos. No caso das seis mães entrevistadas, esse tipo de cuidado ocorre nos momentos em que elas não estão fora trabalhando. Já por cuidado indireto, entende-se o cuidado realizado por outra pessoa, mas sob sua orientação. No caso das seis mães aqui entrevistadas, elas podem contar com a ajuda voluntária de mulheres parentas, que passam a ser as responsáveis pelo cuidado direto de seus filhos enquanto elas estão fora trabalhando.

As seis mães entrevistadas têm uma jornada de trabalho fora de casa que lhes toma de 7 a 10 horas por dia. Não podem contar com a ajuda dos companheiros em relação ao cuidado com os filhos – até porque esses também trabalham fora de casa –; algumas delas só eventualmente têm auxílio dos maridos no tocante às tarefas domésticas. Todas contam com a ajuda voluntária de alguém da família - da mãe ou da sogra e, em um caso, da filha mais velha -, para cuidar dos filhos que ainda necessitam de cuidados constantes. Mas no tocante às tarefas domésticas, utilizam as poucas horas diárias em que não estão fora trabalhando e, principalmente os domingos ou, no caso de duas das entrevistadas, o dia da semana em que forem designadas suas folgas.

Assim, enfrentam uma rotina semanal que praticamente não lhes proporciona momentos livres, momentos esses que, mesmo que escassos, poderiam ser dedicados a atividades de lazer ou afins. Mas isso não ocorre, pois precisam utilizar esses poucos momentos para cumprir a "contento" tarefas que lhes foram designadas socialmente, mas que são necessárias porque proporcionam a elas e as suas famílias maior conforto e bem-estar.

Já quanto às seis cuidadoras, afora uma delas (filha mais velha de uma das mães que trabalham fora), são donas-de-casa e as principais responsáveis pelas tarefas domésticas de seus lares. Quase todas manifestam orgulho pela execução dessas tarefas. Isso é compreensível se for lembrado que essas mesmas mulheres afirmam que sua educação se voltou essencialmente para o matrimônio. E entre as atribuições de uma "boa" esposa encontra-se, até hoje, a eficácia no cuidado com a casa e os filhos.

No tocante ao auxílio recebido, de parte de seus companheiros, pelas mães entrevistadas que trabalham fora, para a execução das tarefas domésticas, pôde-se perceber que há uma ajuda maior nesse sentido. Contudo, isso não significa que essas tarefas tenham deixado de ser atribuição dessas mulheres.

Já quanto às mães ou sogras, apenas uma declarou que recebe auxílio do marido. Isso pode ser compreendido até certo ponto, mais claramente, ao comparar as gerações. Os companheiros das primeiras (as mulheres que trabalham fora) talvez aceitem mais facilmente as tarefas domésticas porque foram educados em um contexto onde as mulheres se inserem mais no mercado de trabalho e, conseqüentemente, têm menos tempo para cuidar da casa, do marido e dos filhos; isto é, num contexto onde as representações sobre as mulheres já incluem essa

participação em trabalho fora de casa. Ou, talvez, seja simplesmente por perceberem a necessidade de auxiliar a companheira, pois, do contrário, as tarefas da casa não poderiam ser atendidas e, eles próprios sairiam prejudicados.

Quanto aos maridos das mulheres cuidadoras (grupo B: mães ou sogras das mães que trabalham fora) talvez nunca tenham que ter ajudado nas tarefas da casa porque suas esposas se dedicavam a isso, pois essa era a função delas; função socialmente definida. Por isso, talvez, para esses homens de uma geração anterior à dos companheiros das mães do grupo A, seja difícil aceitar participar das tarefas domésticas, já que isso é "atribuição de mulher.

As tarefas domésticas, aliadas aos cuidados com os filhos, são os maiores desafios enfrentados pelas mães que trabalham fora. Como ainda cabem às mulheres essas atribuições, aliar isso às obrigações do trabalho fora de casa acaba por colocar a mulher em uma jornada diária bastante cansativa.

No que diz respeito aos desafios enfrentados pela profissão ou pela maternidade, quatro das seis mães entrevistadas afirmam que ser mãe impõe mais desafios do que ser profissional no mercado de trabalho. Em suas justificativas apresentam como argumento comum a questão da responsabilidade, pois acreditam que a mãe é responsável pelo bem-estar do filho ou dos filhos e que, por isso, tem uma responsabilidade muito grande no tocante a sua saúde, educação, sustento, entre outros. Para uma das mães entrevistadas, por exemplo, se a mãe falhar com relação a sua responsabilidade perante os filhos, as conseqüências podem ser nocivas tanto para ela quanto para os filhos.

Por outro lado, uma das mães entrevistadas afirma que é a profissão que impõe mais desafios. E isso porque diz sofrer muitas cobranças em seu local de trabalho, bem menos do que em relação à maternidade. Já para outra das mães entrevistadas a profissão e a maternidade estabelecem desafios iguais, pois as duas exigem muito, ou seja, demandam muitas responsabilidades.

O que se percebe é que, para as seis mães que trabalham fora (grupo A), o grande desafio enfrentado vem da questão da responsabilidade constante em relação à criação dos filhos, do cuidado com o lar, com o marido e com as atribuições do trabalho fora de casa, ou seja, em relação a todos os níveis de desempenho, o que resulta em cobranças, seja por parte delas mesmas, seja por parte de familiares e pessoas próximas. Assim, seja no tocante ao trabalho fora de casa ou em relação às obrigações domésticas e à maternidade, todas as mães

entrevistadas atribuem às inúmeras responsabilidades que isso lhes impõe, os muitos desafios que enfrentam no seu dia-a-dia.

A mulher biologicamente tem a característica da maternidade. Mas é a maternagem, ou seja, o cuidar dos filhos, que lhe impõe mais trabalho. Aliada à obrigação constituída socialmente - e ainda muito presente na sociedade - de ser a responsável pelos afazeres domésticos, isso, por si só, já torna a rotina da mulher repleta de afazeres. Mas para ajudar no sustento da família, muitas mulheres adentraram no mercado de trabalho sem, entretanto, se desfazerem das obrigações já constituídas.

Diante dessas considerações, este trabalho conclui que, mesmo que a mulher tenha passado por um processo de muitas conquistas, conforme demonstrado no capítulo 2, simplesmente atribuir à possibilidade de poder trabalhar fora de casa uma melhoria para a categoria feminina não encontra suficiente fundamento. Até porque, em alguns casos, a inclusão no mercado de trabalho não é uma opção da mulher e sim uma obrigação. Ou seja, pode ser por necessidade econômica que ela sai de casa para trabalhar.

Se a sociedade tivesse atingido um estágio onde as diversas atribuições que hoje cabem à mulher fossem realmente compartilhadas por homens e mulheres de forma igual, talvez o estudo apresentado nesta dissertação não tivesse porque, pois não seria mais necessário discutir os desafios enfrentados por mães que trabalham fora de casa, pelo menos não no tocante à relação trabalho-maternidade-lar. Mas, pela realidade atualmente enfrentada por muitas mulheres, esta pesquisa se justifica, pois os desafios são muitos e as soluções só podem ser encontradas num processo de ampla e contínua discussão.

Assim, conclui-se esta dissertação amparada por esta breve discussão que se espera seja seguida por outras para, talvez um dia, a pesquisadora poder voltar a discutir o mesmo tema, mas para demonstrar as reais transformações ocorridas na sociedade com relação ao mundo feminino.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

ADELMAN, Miriam. O gênero na construção da subjetividade: entendendo a diferença em tempos pós-modernos. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (org.). **Coletânea gênero plural**. Curitiba: UFPR, 2002.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997.

ALMEIDA, Ligia Martins de. Betty Friedan (1921-2006). A animadora da mística feminina. **Observatório da imprensa**, 2006. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=367MEM001>>. Acesso em: 2 set. 2007.

ALEXANDRE, Marcos. **Representação social: uma genealogia do conceito**. Rio de Janeiro: Comum. V. 10, n. 23, p. 122-138. Jul.-dez. 2004.

APOLÔNIA, Maria da Ascensão Ferreira. **A dignidade e a valorização da mulher**. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo151.shtml>>. Acesso em: 27 ago. 2007.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ARRUDA, Angela. **Teoria das representações sociais e teoria de gênero**. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 117, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 08/10/2006

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. 9 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **História da vida privada no Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. Maternidade e trabalho feminino: sinalizando tendências. In: **Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil**. Estados Unidos: FHI/Family Health International, out. 1995. (Projeto de Estudos da Mulher: Brasil).

_____; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE, v.2, p.25-106, 2002. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2002/artigo5.pdf>. Acesso em: 15/10/2006.

_____. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. (Orgs.). **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: SENAC, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

_____. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2002.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo**: subsídios para a sua história. 2 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1982.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&Pid=S0103-40142003000300010>. Acesso em: 26 ago. 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução de Leandro Konder. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência**. *Cad. Pesqui.* [on-line]. jan./abr. 2004, vol.34, no.121, p.169-186. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20/04/2005.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FREI BETTO [Carlos Alberto Libânio Christo]. **Marcas de batom**. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed54/frei_betto.asp>. Acesso em: 27 ago. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza.(Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 8 ed. São Paulo: Vozes, 1993.

HABERT, Nadine. **A década de 70**. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 3 ed. São Paulo: Ática, 1996.

HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1970)**. Tradução de Cecy Ramires Maduro. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWN, Eric. J. **A era dos impérios: 1875-1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A era do capital**. Tradução de Luciano Costa Neto. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. In: **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, mai./ago. 2004. Disponível em: <www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf>. Acesso em 24 ago. 2006.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro, 2002.

KARAWAJCZYK, Mônica. **Um manual de comportamento feminino no final da Idade Média**: O Espelho de Cristina de Christine de Pisan (1405). Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=35>>. Acesso em: 26 ago. 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2 ed. São Paulo: 34, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MACEDO, Márcia dos Santos. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Celi Regina J. **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: 34, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, p. 107-125, nov. 1998.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (orgs.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINHO, Míriam. **1979-2004: 25 anos de organização lésbica no Brasil**, 2007. Disponível em: <<http://umoutroolhar.com.br/25anos.htm>>. Acesso em 4 set. 2007.

MEDINA, Carlos Alberto de. Família, ontem, hoje, amanhã. In: **Debates sociais**: Família, ontem, hoje e amanhã. Ano XXVI, nº 50/51, 1991.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 8 ed. São Paulo: Vozes, 1993.

_____. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5 ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.

MOREIRA, Núbia Regina. **Representação e identidade no feminismo negro brasileiro**. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/N/Nubia_Regina_Moreira_06.pdf>. Acesso em: 4 set. 2007.

NOBRE, Miriam. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, Ana Alice et al (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. **Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, June 2004, v.19, n. 55, p.180-186.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A provisão da família. Redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ORTIZ, Renato. Mundialização, cultura e política. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar. **Desafios da globalização.** 4 ed. São Paulo: Vozes, 2002.

PAULSON, Susan. Sexo e gênero através das culturas. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTREIN, Celsi Brönstrup. (org.). **Coletânea gênero plural.** Curitiba: UFPR, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2006.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil.** 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1>.pdf. Acesso em: 17 jan. 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PINHO, Leda de Oliveira. **Princípio da igualdade.** Investigação na perspectiva de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. **Cadernos Ceru**, São Paulo, 1992. p. 13-29.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 89-98, 1998.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil.** 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RAIS. **Características do emprego formal**. Brasília, 2005.

RAMOS, Maria Bernardete. **Ao Brasil dos meus sonhos**: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt. Rev. Estud. Fem., jan. 2002, vol.10, no.1, p.11-37.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense: 2004.

SADER, Emir. **Século XX, uma biografia não autorizada**. O século do imperialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. O que mudou na família brasileira? Da Colônia à atualidade. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, São Paulo, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 01/09/06.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. [Volume 3].

_____. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 1990.

SPINK, Mary Jane. O estudo emprírico das representações sociais. In: _____. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense: 2004.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: a família no mundo. 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

Thompson, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Biblioteca Central Prof. Faris Michael. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva; OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.

WALBY, Sylvia. Gênero. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (orgs.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 332-335.

XAVIER, Roseane. **Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?**. Psicol. Soc. [on-line]. jul./dez. 2002, vol.14, no.2, p.18-47. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 abr. 2005.

APÊNDICE A – Roteiro utilizado para entrevistar as mulheres do grupo A (mães que trabalham fora de casa)

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS (MÃES QUE TRABALHAM FORA)

DADOS

1. Nome (iniciais):
2. Idade:
3. Profissão:
4. Há quanto tempo trabalha:
5. Renda:
6. Renda familiar:
7. Jornada de trabalho:
8. Tempo de casada:
9. Número de filhos:
10. Nome (iniciais) e idade dos filhos:
11. Grau de instrução:

QUESTÕES

1. Sobre sua família:
 - 1.1 Sua educação foi pensada para o matrimônio ou para o mercado de trabalho?
 - 1.2 Sua mãe trabalhava fora na sua infância/adolescência?
 - 1.3 Seu pai concordava que sua mãe trabalhasse fora?
 - 1.4 Tem irmãs? Elas são mães? Trabalham fora?
 - 1.5 O que seus pais e irmãos pensam do fato de você trabalhar fora?
2. Sobre seus filhos:
 - 2.1 O que significa para você a maternidade?
 - 2.2.1 Você acha que a mulher nasceu para ser mãe antes de qualquer coisa?
 - 2.2.2 Você acha que a mãe deve "viver para os filhos"?
 - 2.2.3 Você acha mais importante: conviver mais com os filhos ou trabalhar para suprir suas necessidades materiais?
 - 2.3 Você já teve algum problema com algum de seus filhos por não estar o dia todo com eles? (indisciplina ou questionamentos) Qual?
 - 2.4 Você sente culpa por não estar sempre presente ao cotidiano de seus filhos?

2.4 Você acredita que o dever da educação é da mãe, do pai ou de ambos? Existe alguma diferença entre a educação que você dá para seus filhos e a do seu marido?

2.5 Alguém já questionou o fato de você conviver pouco com seus filhos por causa do trabalho?

2.6 Quem cuida de seus filhos enquanto você está trabalhando?

3. Sobre seu casamento:

3.1 Quando você conheceu seu marido, você trabalhava?

3.2 Você pensava em casar e continuar trabalhando ou parar?

3.1 Seu marido gosta do fato de você trabalhar?

3.2 Há uma participação de seu marido em relação às tarefas domésticas?

3.3 Há cobranças em relação às suas "obrigações" domésticas?

3.4 Você tem alguém que lhe ajuda nos afazeres domésticos, tirando o cuidado com filhos?

3.5 Quais são os dias e horários que você mais se dedica aos afazeres domésticos?

4. Sobre seu trabalho:

4.1 Se você pudesse optar, continuaria trabalhando?

4.2 O que você acha mais difícil: ser mãe ou profissional?

4.3 Você já deixou de aceitar algum emprego por causa da maternidade?

4.4 Se alguém, hoje, lhe oferecesse um emprego que lhe pagasse o suficiente para não existirem mais problemas financeiros na sua família, mas em contrapartida você tivesse que ficar muito tempo longe de seus filhos, você aceitaria?

**APÊNDICE B – Roteiro utilizado para entrevistar os sujeitos do grupo B
(companheiros das mulheres do grupo A)**

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS (COMPANHEIROS DAS MÃES ENTREVISTADAS)

DADOS

12. Nome (iniciais):
13. Idade:
14. Profissão:
15. Há quanto tempo trabalha:
16. Renda:
17. Renda familiar:
18. Jornada de trabalho:
19. Tempo de casado:
20. Número de filhos:
21. Nome (iniciais) e idade dos filhos:
22. Grau de instrução:

QUESTÕES

1. Sua mãe trabalhava fora na sua infância/adolescência?
2. Seu pai concordava que sua mãe trabalhasse fora?
3. Tem irmãs? Elas são mães? Trabalham fora?
4. O que significa para você a paternidade? E a maternidade?
5. Você acha que o homem e a mulher nasceram para ser pais antes de qualquer coisa? Justifique sua resposta:
6. Você acha da expressão: "os pais devem viver para os filhos"?
7. Você acha mais importante: conviver mais com os filhos ou trabalhar para suprir suas necessidades materiais?
8. Se alguém, hoje, lhe oferecesse um emprego que lhe pagasse o suficiente para não existirem mais problemas financeiros na sua família, mas em contrapartida você tivesse que ficar muito tempo longe de seus filhos, você aceitaria?

9. Se sua esposa fosse convidada para um emprego que lhe pagasse o suficiente para não existirem mais problemas financeiros na sua família, mas em contrapartida ela tivesse que ficar muito tempo longe de casa, você concordaria?
10. No casal, a quem você acha que cabe a responsabilidade com relação à educação dos filhos? Por quê?
11. Você fica muito ausente em relação ao cotidiano de seus filhos? Sente culpa por causa disso?
12. Quando você conheceu a D. ela estava trabalhando fora?
13. Você gostaria que ela tivesse parado de trabalhar fora depois do casamento? E depois do nascimento dos filhos?
14. Você participa das atividades domésticas? Como? Em que você ajuda?
15. Você acha que o fato de sua esposa trabalhar fora prejudica o cumprimento de suas funções domésticas? Se entende que prejudica, em quê?

APÊNDICE C – Roteiro utilizado para entrevistar as mulheres do grupo C (mulheres que ajudam as mães do grupo A cuidando de seus filhos enquanto estas estão fora trabalhando)

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS (MULHERES QUE AJUDAM AS MÃES ENTREVISTADAS CUIDANDO DE SEUS FILHOS)

DADOS

- 1 Nome (iniciais):
- 2 Idade:
- 3 Renda familiar:
- 4 Casada?
- 5 Tempo de casada:
- 6 Número de filhos:
- 7 Idade dos filhos:
- 8 Grau de instrução:

QUESTÕES

1. Qual é sua relação com D.D.de O.
2. Há quanto tempo ajuda a D. cuidando dos filhos dela?
3. Sua educação foi pensada para o matrimônio ou para o mercado de trabalho
4. Sua mãe trabalhava fora na sua infância/adolescência?
5. Seu pai concordava que sua mãe trabalhasse fora?
6. Tem irmãs/filhas? Elas são mães? Trabalham fora?
7. O que significa para você a maternidade?
8. Você acha que a mulher nasceu para ser mãe antes de qualquer coisa?
9. Você acha que a mãe deve "viver para os filhos"?
10. Você acha mais importante: conviver mais com os filhos ou trabalhar para suprir suas necessidades materiais?
11. Você acredita que o dever da educação é da mãe, do pai ou de ambos? Existe alguma diferença entre a educação que você dá para seus filhos e a do seu marido?

Caso seja casada e mãe:

12. Quando você conheceu seu marido, você trabalhava?
13. Você pensava em casar e continuar trabalhando ou parar?

14. Há uma participação de seu marido em relação às tarefas domésticas?

15. Há cobranças em relação às suas "obrigações" domésticas?

Caso seja solteira:

16. Você pensa que a mulher deve se casar e ter filhos?

17. Você pensa em trabalhar depois de casar?

18. E se tiver filhos, gostaria de ficar com eles ou de trabalhar fora?

Em relação a trabalho

19. Se você pudesse optar, estaria trabalhando?

20. O que você acha mais difícil: ser mãe ou profissional?

21. Você já deixou de aceitar ou deixaria de aceitar algum emprego por causa da maternidade?

22. Se alguém, hoje, lhe oferecesse um emprego que lhe pagasse o suficiente para não existirem mais problemas financeiros na sua família, mas em contrapartida você tivesse que ficar muito tempo longe de seus filhos, você aceitaria?

APÊNDICE D – Modelo de declaração de cessão de entrevista

PONTA GROSSA,

AO MESTRADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)

Eu _____,estado civil _____, RG
_____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha
entrevista, gravada no dia _____, para **Rosemeri Leane Knebel**,
mestranda em Ciências Sociais Aplicadas,da UEPG, usar integralmente ou em
partes, sem restrições de prazos e citações, a partir desta data, desde que seja fiel
às declarações gravadas.
